

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
MESTRADO**

**CAMILA SOPKO**

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS  
ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS) DA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR**

**PONTA GROSSA  
2019**

CAMILA SOPKO

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS  
ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS) DA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR**

Material de Defesa de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas.

**Área de Concentração:** Cidadania e Políticas Públicas

**Linha de Pesquisa:** História, Cultura e Cidadania.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Reidy Rolim de Moura

PONTA GROSSA

2019

S712 Sopko, Camila  
As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa-PR / Camila Sopko. Ponta Grossa, 2019.  
166 f.

Dissertação ( Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas ), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Reidy Rolim de Moura.

1. Gênero. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Catadoras. 4. Reciclagem. I. Moura, Reidy Rolim de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas . III.T.

CDD: 305.48

## TERMO DE APROVAÇÃO

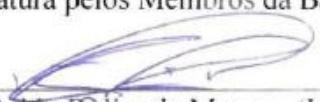
*Camila Sopko*

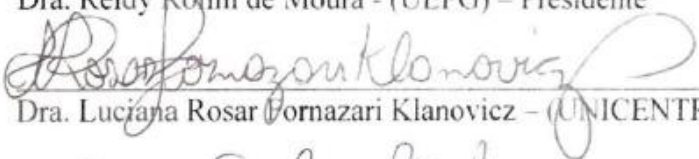
**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS  
ASSOCIAÇÕES DE CATADORES (AS) DA CIDADE DE PONTA GROSSA -  
PR**

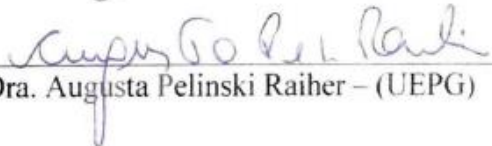
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 27 de março de 2019.

Assinatura pelos Membros da Banca:

  
Dra. Reidy Rolim de Moura - (UEPG) – Presidente

  
Dra. Luciana Rosar Kornazari Klanovicz – (UNICENTRO)

  
Dra. Augusta Pelinski Raiher – (UEPG)

\_\_\_\_\_  
Dra. Silvana Maria Bitencourt – (UFMG) – Suplente Externo

\_\_\_\_\_  
Dra. Edina Schimanski – (UEPG) – Suplente Interno

*Dedico esse trabalho a minha mãe Glaci, mulher que batalhou durante toda sua vida com duplas/triplas jornadas de trabalho para que seus filhos tivessem acesso ao ensino superior. Que lutou incansavelmente para que meu futuro fosse diferente do dela.*

Dedico essa pesquisa a minha irmã Giovana Cristina (*in memoriam*) e minha avó Antônia (*in memoriam*) as quais foram exemplos de força e garra e sei que lá de cima acompanham minha trajetória me dando força e sabedoria para sempre continuar.

*Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa, para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda sua vida. (Simone Beauvoir).*

## AGRADECIMENTOS

Querido Deus, pai do céu, fonte amor e sabedoria, a você toda minha gratidão e meu amor, por me guiar, me dar luz e força para eu começar e concluir esse mestrado e essa pesquisa.

A Minha amada mãe, Glaci, mulher forte, batalhadora, a qual sempre lutou para que eu tivesse uma educação de qualidade, a qual fez tudo para minha inserção em uma universidade pública, mas principalmente fez de tudo para quebrar a regra (Vida Maria) para que meu futuro fosse diferente do dela e de minha avó. Mãe, apesar de todas as nossas diferenças, eu sinto um amor incondicional por você e nada disso seria possível sem você, tenha certeza que todas as minhas conquistas também são mérito seu. Eu te amo com todas as forças do meu coração.

Ao meu querido pai, Antônio, eu cito as palavras de Rupi Kaur “O que eu queria mesmo te dizer é, eu sei que o mundo te despedaçou, foi com tudo para cima de você, não te culpo por não saber ser delicado comigo, às vezes fico pensando em todos os machucados que você tem e nunca vai dizer, eu venho do mesmo sangue dolorido, do mesmo osso tão sedento por atenção que desabo em mim mesma, eu sou sua filha, eu sei que a conversa-fiada é o único jeito que você conhece de dizer que me ama, porque é o único jeito que eu conheço.” Só queria te dizer que te amo muito e que sei de tudo que você abriu mão para eu estudar e continuar estudando, sei do seu sofrimento, da sua força e de seu amor. Obrigada por mesmo sem compreender, sempre soube respeitar e amar.

À minha irmã Giovana Cristina (*in memoriam*) queria que você soubesse Cris, onde você estiver, que eu sinto muito a sua falta, sei que você me ilumina, me dá força para eu continuar, até mesmo nas horas mais difíceis. Espero que você tenha orgulho de mim e de minha trajetória. Eu sempre vou amar você e espero um dia ainda lhe reencontrar.

Toda gratidão do mundo à melhor orientadora e professora que alguém pode ter, Reidy Rolim. Às vezes eu me pego pensando em como eu tive sorte e como fui abençoada em ter uma orientadora tão preocupada, tão dedicada e tão cheia de amor ao próximo como você. A construção teórica e prática que tenho com você é visível, mas a construção pessoal que você me proporciona é imensurável. Quando fui aprovada no mestrado era um dos momentos mais difíceis da minha vida e mesmo assim você não desistiu de mim, você sempre acreditou, sempre me fez levantar a cabeça e fazer focar na minha pesquisa que seria o mais importante para mim, e de fato, você tinha razão, a realização profissional é incrível e nunca ninguém pode nos tirá-la. Obrigada por ser tão boa comigo e ao mesmo tempo tão exigente. Obrigada por nunca passar a mão na minha cabeça e principalmente obrigada por me fazer crescer pessoal e profissionalmente. Você é meu exemplo e eu quero ter você presente sempre em minha vida.

Com todo amor do mundo, agradeço a Hassan Paracat, pessoa que entrou na minha vida durante o mestrado e tudo que fez foi acrescentar. Acrescentou em mim como pessoa e como profissional. Obrigada por todos os momentos e dificuldades que você passou comigo durante essa árdua trajetória. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma não acreditava. Obrigada por ser paz e tranquilidade nos

momentos de dificuldade e desespero. Obrigada por essa linda trajetória que estamos construindo juntos, com você eu aprendo cada dia mais sobre paz, tranquilidade, companheirismo e amor. Obrigada por compartilhar a vida comigo, você é o meu amor de todas as vidas. Eu te amo muito.

Agradeço ao ser mais doce da minha vida, à amada Pitchula. Muitas pessoas não conseguem compreender um agradecimento a um pet (eu mesma um tempo atrás não conseguiria), mas hoje o que eu realmente não consigo compreender é como eu por tanto tempo fiquei sem você. Você me salvou, me protegeu e ainda me protege, me fez companhia e teve paciência comigo quando ninguém mais tinha. Só consigo sentir uma imensa gratidão por ter você em minha vida e me mostrar o que é realmente o amor aos animais. Sempre estarei ao seu lado pequena. Te amo, te amo.

À amiga mais leal e doce que eu poderia encontrar durante essa jornada: Nara. Eu gostaria mesmo de conseguir expressar minha gratidão e minha amizade a você. Às vezes acho que nossa conexão e irmandade é de outras vidas, tenho um afeto e uma confiança enorme em você, que eu realmente não consigo colocar em palavras. Gostaria que você soubesse que eu lhe admiro muito, sempre eu lhe agradeço por tudo que você faz por mim e você nunca ouve, pois você sempre faz tudo sem nunca esperar nada em troca, você é uma amiga maravilhosa e eu vou levar você comigo para sempre. Você é uma irmã para mim e eu espero conseguir retribuir tudo que você faz por mim. Eu te amo muito.

Querida Michele Machado, você compartilhou comigo todos os momentos dentro do programa de pós-graduação e sempre deu seu melhor lá dentro. Seu trabalho é muito importante e foi através da sua dedicação que foi possível terminar essa pesquisa de uma maneira tranquila. Sempre vou levar você em meu coração e desejo que a vida só lhe dê coisas boas, você merece.

Agradeço à minha amada amiga Raissa Luana, pessoa doce, bondosa e generosa, a qual sempre acreditou em mim. Há mais de 10 anos está em minha vida e tudo que faz é acrescentar. Seu coração cheio de bondade e amor ao próximo é uma inspiração para mim. Quero ter sua amizade pro resto da minha vida. Eu te amo muito mesmo.

À minha querida amiga Lillian que me mostra dia-a-dia a importância da vida, que sempre mesmo ausente dá um jeito de estar presente e sempre consegue fazer da minha vida muito melhor. Você é um exemplo e eu amo muito você e nossa amizade e quero que ela seja pro resto da vida.

Agradeço à Manuela Salau Brasil, uma amiga, uma irmã, muito querida. Que desde o início da minha jornada acadêmica esteve presente, com incentivos, com leituras e compartilhando seus conhecimentos comigo. Todas as palavras do mundo vão parecer pequenas para agradecer toda a grandeza que você trouxe em minha vida e eu repito, foi através de você que eu aprendi que as utopias são possíveis.

Agradeço imensamente à querida e amada Fabiane. Saiba que eu te admiro muito, tudo que você fala agrega muito conhecimento para mim. Eu tenho um carinho imenso por você e desejo compartilhar muitas coisas boas e momentos bons com

você. Obrigada por tudo que você é e faz.

Agradeço aos amigos que a pós-graduação me trouxe. Obrigada por todos os momentos que compartilhamos juntos, desejo a todos uma incrível jornada acadêmica.

Agradeço à todas as mulheres catadoras de Ponta Grossa, vocês me receberam e me acolheram em suas associações, me mostraram o quanto o trabalho de vocês é valioso e invisível. Me ensinaram como uma mulher pode estar em um contexto tão precarizado e ainda assim realizar um trabalho de maneira impecável. Tenham certeza que levarei o rostinho de cada uma de vocês na minha memória para sempre. Sou eternamente grata por vocês terem participado dessa pesquisa.

Agradeço à Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Ponta Grossa/PR, em especial à assistente social Jussara, a qual possibilitou e contribuiu ao acesso nas associações de catadores(as) fazendo com que essa pesquisa se tornasse possível.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida, foi através dela que eu pude me dedicar inteiramente ao mestrado e foi essa que permitiu que as mulheres catadoras do município pudessem ter voz.

Enfim, agradeço a todos que de alguma maneira estiveram presentes durante toda essa jornada acadêmica, vocês foram parte essencial de tudo isso. E eu tenho a mais absoluta certeza que nada disso seria concretizado se vocês não estivessem presentes comigo.

MUITO OBRIGADA A TODAS(OS)!!!

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender as relações de gênero e as configurações da divisão sexual do trabalho na realidade das associações de catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa – PR. Tal discussão se torna necessária, uma vez que, a partir de pesquisas empíricas já realizadas, e do contato com a realidade da reciclagem em Ponta Grossa antecedente ao mestrado, observou-se que o número de mulheres dentro das associações de catadores nessa cidade era muito superior ao número de homens, contrariando dados nacionais, segundo os quais o número de homens catadores é maior ao de mulheres. Contudo, o número expressivo de mulheres nas associações nos instigou a problematizar os sentidos e significados do que é ser mulher e homem e de que forma se apresentava a divisão sexual do trabalho neste espaço e contexto específico. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, de cunho qualitativo, a qual, configura uma pesquisa de campo. Para tanto, inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental e num segundo momento a pesquisa de campo foi realizada através de observações e de grupo focal. Os sujeitos da pesquisa para o grupo focal foram as três mulheres mais antigas de cada associação, somando um total de doze mulheres. Para promover a análise dos dados coletados foi utilizada a análise de conteúdo. O capítulo inicial tem como objetivo trazer uma discussão sobre classe social, trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho, elencando assim um conceito com o outro. O segundo capítulo oferece reflexões sobre o conceito de lixo e o processo de catação na sociedade brasileira. Posteriormente destaca-se o debate sobre a situação dos catadores no Brasil, seguido da abordagem da situação dos catadores de materiais recicláveis no contexto da cidade de Ponta Grossa-PR. No terceiro capítulo os resultados da pesquisa mostraram que as mulheres na sua maioria, nunca participaram do mercado formal de trabalho, tendo suas trajetórias marcadas pela reciclagem como meio de sobrevivência e manutenção da família, em jornadas exaustivas com o intuito de sustentar a família. Percebeu-se que a organização dos catadores de materiais recicláveis em associações facilitou o cotidiano, mas a dinâmica de funcionamento e gestão das associações, mesmo com todos os aspectos positivos de existirem, tem reforçado desigualdades nas relações sociais de gênero e impactando na divisão sexual do trabalho onde já se tem inúmeras outras desigualdades. Identificou-se também que há fragilidades no que tange as políticas públicas especialmente para as mulheres catadoras que quando precisam ser assistidas, acabam tendo que contar com a solidariedade e acordos entre os associados, especialmente no caso de doença, gravidez, ou compromisso com a família. Foi perceptível pelos resultados também que essas mulheres possuem duplas/triplas jornadas de trabalho. Observou-se indignação em relação a desvalorização e a invisibilidade de seus trabalhos, mas ao mesmo tempo mostraram-se acostumadas com jornadas tão árduas de trabalhos, tanto na reciclagem quanto no trabalho doméstico. Por fim a pesquisa demonstra a necessidade de ações que venham contribuir para que superação das desigualdades de gênero, expandindo a cidadania e democracia, de forma a contribuir para construção de maior igualdade, em especial das catadores que já vivem em condições extremamente vulneráveis, embutidas de diversas desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Catadoras; Reciclagem.

## ABSTRACT

The present study aims to understand the gender relations and the configurations of the sexual division of labor in the reality of Ponta Grossa - PR recyclable materials collector's associations. This discussion becomes necessary, since, based on previous empirical researches and the contact with the recycling reality in Ponta Grossa prior to the masters, it was observed that the number of women within the collector's associations in this city was much higher than the number of men, contrary to national data, according to which the number of men who collect is higher than that of women. However, the expressive number of women in the associations instigated us to problematize the meanings of what it is to be a woman and a man and how the sexual division of labor was presented in this specific space and context. It is an interdisciplinary research of a qualitative nature, which constitutes a field research. For this, initially, a bibliographical and documental research was carried out and in a second moment the field research was carried out through observations and focal group. The research subjects for the focal group were the three oldest women of each association, totaling twelve women. To promote the analysis of the collected data, content analysis was used. The initial chapter aims to bring a discussion about social class, work, gender and sexual division of labor, thus linking one concept with the other. The second chapter offers reflections on the concept of garbage and the process of harvesting in Brazilian society. Later, the debate about the collector's situation in Brazil is highlighted, followed by the approach of the recyclable materials collector's situation in the context of the city of Ponta Grossa-PR. In the third chapter the research results showed that the majority of women never participated in the formal labor market, having their trajectories marked by recycling as a means of survival and maintenance of the family, in exhaustive days to support the family. It was noticed that the organization of recyclable materials collector's in associations facilitated daily life, but their dynamics of functioning and management, even with all the positive aspects of existence, has reinforced inequalities in social relations of gender and impacting the sexual division of labor, where there are already numerous others inequalities. It was also identified that there are weaknesses in public policies, especially for women collectors who, when need to be assisted, end up having to rely on solidarity and agreements among members, especially in case of illness, pregnancy, or commitment to the family. It was also noticeable from the results that these women have double / triple working hours. There was indignation regards the devaluation and the invisibility of their work, but at the same time they were accustomed to such arduous journeys of work, both in recycling as in domestic work. Finally, the research demonstrates the need for actions that contribute to overcome gender inequalities, expanding citizenship and democracy, so as to contribute to the construction of greater equality, especially of those collectors who already live in extremely vulnerable conditions, embedded in several social inequalities.

**Keywords:** Gender, Sexual Division of Labor; Women collectors, Recycling

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                            |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                    | <b>12</b>  |
| <b>1      CAPÍTULO 1 – GÊNERO, PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....</b>                                                                           | <b>28</b>  |
| 1.1      CONTRIBUIÇÕES DE THOMPSON SOBRE EXPERIÊNCIA E CLASSE SOCIAL: BREVES APONTAMENTOS.....                                                             | 28         |
| 1.2      TRABALHO, GÊNERO E SOCIEDADE PATRIARCAL .....                                                                                                     | 34         |
| 1.3      DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO.....                                                                                        | 50         |
| <b>2      CAPÍTULO 2 – AS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: LUTAS E CONQUISTAS NO CONTEXTO BRASILEIRO E A REALIDADE DE PONTA GROSSA.....</b> | <b>74</b>  |
| 2.1      OS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A REALIDADE NO CENÁRIO BRASILEIRO.....                                                                 | 74         |
| 2.2      ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR: GESTÃO E FUNDAÇÃO.....                                        | 91         |
| <b>3      CAPÍTULO 3 - DANDO VOZ ÀS MULHERES: GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR.....</b>           | <b>106</b> |
| 3.1      A PESQUISA DE CAMPO E A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....                                                                  | 106        |
| 3.2      A DELIMITAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR.....                                                  | 107        |
| 3.3      A PESQUISA QUALITITATIVA, CARACTERIZAÇÃO E DISCUSSÃO.....                                                                                         | 109        |
| 3.3.1      CATEGORIA 1: EXPERIÊNCIA E CLASSE SOCIAL DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR.....                                               | 110        |
| 3.3.2      CATEGORIA 2: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS): QUAL O PAPEL DE CADA UM?.....                                       | 119        |
| 3.3.3      CATEGORIA 3: A DUPLA/TRIPLA JORNADA DE TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS E A BUSCA POR RECONHECIMENTO DESSES TRABALHOS.....                       | 130        |

|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                              | <b>146</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                       | <b>150</b> |
| <b>APÊNDICE A      TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>                                                              | <b>158</b> |
| <b>APÊNDICE B      ROTEIRO DO GRUPO FOCAL REALIZADO COM<br/>CATADORAS DE MATERIAIS RECICLAVÉIS DE PONTA<br/>GROSSA/PR.....</b> | <b>160</b> |
| <b>ANEXO A          PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA<br/>EM PESQUISA .....</b>                                       | <b>162</b> |

## INTRODUÇÃO

Atualmente, não se pode dizer que é simples pensar em uma área de conhecimento cujas categorias de análise sejam gênero e divisão sexual do trabalho. A defesa do uso do conceito gênero passou a adquirir caráter relacional e a ser questionado, até moralmente, sem contar as ameaças que alguns (as) pesquisadores (as) têm recebido. Isso muito por englobar as relações sociais entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens e que tem sido alvo de discursos moralistas e conservadores em diversos setores. Contudo, a construção do conhecimento deve ir além e não se deixar abater por ameaças, pelo senso comum e pelo desconhecimento; afinal, o papel da ciência é esse: construir e contribuir, com olhar científico, principalmente aos temas polêmicos.

Nessa perspectiva, neste trabalho pretende-se discutir as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho junto ao universo de reciclagem. Ao conceito de gênero, destaca-se a importante tarefa de problematizar os sentidos e significados do que é ser mulher e homem nos distintos contextos históricos. Assim como é fundamental para a discussão o fato de que, em nossa sociedade, as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas, obtendo intenção de fortalecer hierarquias que amparem relações desiguais e de dominação, no âmbito específico das relações sociais de gênero e sua articulação com classe, raça, etnia e geração. Da mesma forma acontece com o conceito de divisão sexual do trabalho. Apesar de rumores divergentes, é até o século XIX que se tem conhecimento da insuficiência de compreender a construção histórica da mulher trabalhadora. Porém, essa construção está conexa à configuração do conceito de divisão sexual do trabalho e possibilita questionar como essa divisão cria uma força de trabalho feminina, vista como mão de obra barata para certos tipos de afazeres, e como produz relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas de exploração e opressão, tornando, portanto, os conceitos de gênero e divisão sexual do trabalho possíveis de análise de forma conjunta.

A divisão sexual do trabalho é apenas um aspecto das relações de gênero, sendo que esta última é a categoria de análise que permite questionar padrões, como destaca Hirata (1998), do que é ser trabalhador e trabalhadora em nossa sociedade. É a crítica de gênero que permite, por exemplo, o alargamento do

conceito de trabalho para além do trabalho assalariado e considera as atividades desenvolvidas por mulheres como o trabalho doméstico, a organização da casa, o trabalho não remunerado ou inserido nas mudanças que acompanham a especialização flexível.

Discutir a divisão sexual do trabalho não remete apenas às relações desiguais entre homens e mulheres, mas também busca compreender como se deu sua naturalização, uma vez que, em sua grande maioria, o trabalho doméstico é colocado como obrigação da mulher; já ao homem consta a responsabilidade monetária com a casa, filhos e cônjuge. Compreende-se também a dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres em relação aos homens, uma vez que elas são responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, fazendo assim com que as mulheres tenham menos tempo para dedicarem-se aos trabalhos profissionais, acarretando, na maioria das vezes, que a remuneração masculina torne-se superior à feminina, já que o homem dispõe de mais tempo livre para o trabalho profissional (BIROLI, 2018)

Podem-se elencar tais fatores à questão da naturalização do trabalho da mulher, uma vez que é comum que as atividades relacionadas ao cuidado, ao carinho, ao afeto, ou até mesmo à reprodução sejam destinadas às mulheres, enquanto o trabalho de manutenção da casa é destinado à figura do homem. Ressalta-se que essa naturalização da divisão sexual do trabalho se dá desde criança, onde há uma divisão sexual dos brinquedos (CISNE, SANTOS, 2018).

O trabalho realizado pelas mulheres é efetuado de maneira gratuita e obrigatória, sendo os beneficiários desse trabalho seus familiares, filhos e cônjuge. Isso acontece em nome do amor, do afeto e do dever materno, processos que são considerados natos para as mulheres (KERGOAT, HIRATA, 2007).

Biroli (2018) considera que a divisão sexual do trabalho tem como base para exploração e opressão das mulheres o gênero, que se destaca como uma forma de opressão comum às mulheres, definindo-as como classe, e que essas estariam em conflito com a classe que as explora, ou seja, os homens. Mesmo que a exploração seja através do trabalho doméstico, majoritariamente realizado por mulheres, ela não se efetiva nas mesmas condições para todas, uma vez que as diferenças no gênero também são relacionadas por classe, raça e nacionalidade. Neste trabalho, temos ciência do agravante de estarmos nos propondo a uma análise de gênero e divisão

sexual do trabalho no contexto da informalidade e da pobreza, tornando mais desafiadora qualquer reflexão primária. Compreende-se assim que as convergências existentes na divisão sexual do trabalho não são homogêneas, e que esses processos de desigualdade de gênero devem ser compreendidos de maneiras distintas, uma vez que são múltiplas variáveis de opressão.

Biroli (2018) faz uma reflexão em relação ao trabalho remunerado, que trouxe uma perspectiva de liberdade para as mulheres, perspectiva essa que se realizou em grande maioria para as mulheres brancas, diferentemente da realidade das mulheres negras e provenientes de classes trabalhadoras.

Nesse sentido, este trabalho constrói um olhar que recusa qualquer tentativa de explicação exclusivamente biológica sobre as diferenças entre homens e mulheres, em suas existências, compreensões, costumes, comportamentos e emoções e, a partir disso, nos reportamos a pesquisas com a premissa de refletir sobre o encontro entre gênero e divisão sexual do trabalho, em um primeiro momento, para depois analisarmos o trabalho dentro das associações de catadores de materiais recicláveis propriamente dito.

Justifica-se assim a necessidade de trabalhar o conceito da divisão sexual do trabalho, uma vez que tudo mudou, mas nada mudou (KERGOAT; HIRATA, 2007), pois, no decorrer dos anos, aumentou a quantidade de horas de trabalho profissional das mulheres, mas pouco diminuiu em relação ao trabalho doméstico, dados esses que iremos trabalhar ainda no primeiro capítulo desta pesquisa. Justifica-se ainda o supracitado segundo Moraes e Gassen, (2004, *apud* DIAS; MATOS; DUARTE, 2012 p.9) os quais apresentam os seguintes dados recentes da Organização das Nações Unidas:

1) Mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho desenvolvido no mundo e recebem 1/3 dos salários; 2) Mulheres recebem 1/10 da renda mundial; 3) Mulheres representam 2/3 das pessoas analfabetas no mundo; 4) Mulheres são proprietárias de menos que 1/100 das propriedades no mundo; 5) 1,3 bilhões de pessoas que vivem na pobreza, 70 por cento são mulheres.

Para tal compreensão, faz-se necessário primeiramente entender a inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo Queiroz e Aragón (2015), na década de 70 percebeu-se a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma mais intensa e isso se deve tanto à industrialização/urbanização quanto às mudanças sociais e

culturais que passaram a acontecer. Destaca-se que a inserção das mulheres nesse campo acontece até hoje, mas com mudanças no perfil dessas trabalhadoras conforme o perfil etário, escolaridade e estado civil.

Segundo Ramos e Soares (1994), a inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda é baixa quando comparada à dos homens. Prova disso está nos dados dos anos de 1976/1985, em que a taxa de participação das mulheres (que tinham cônjuges) com 16 anos (ou mais) passou de 28,7% para 36,9%.

Em dados mais atuais, Ramos; Aguas e Furtado (2011) apontam que as mulheres consideradas pobres e sem filhos em idade escolar têm uma maior probabilidade de ter sua força de trabalho inserida no mercado. “A trajetória da taxa de atividade feminina no Brasil, com idade revela um aumento da participação das mulheres de 15 e 64 anos de idade entre 2001 e 2005, quando passou de 58% para 63%, permanecendo estável daí em diante” (Ramos; Aguas e Furtado, 2011, p. 594).

Mesmo com a progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, há de se considerar ainda que as mulheres possuem uma dupla e tripla jornada de trabalho, e isso faz com que tenham que dividir seu tempo entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico/cuidado com os filhos, dificultando assim a inserção e permanência da mulher dentro do mercado formal de trabalho.

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo continuamente no Brasil ao longo das últimas décadas. Alguns fatores que explicam esta mudança estão relacionados à própria expansão do mundo do trabalho; as [sic] transformações culturais que, mesmo lentas, redirecionam as mulheres a outros espaços, além do âmbito privado; à própria escolarização das mulheres, que hoje já apresentam indicadores educacionais superiores aos dos homens; e à redução da taxa de fecundidade, entre outros. Apesar do crescimento contínuo, a proporção de mulheres trabalhando ou à procura de trabalho no Brasil ainda é bastante inferior à dos homens, que tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Com isso, em 2008, enquanto 57,6% das brasileiras participavam do mercado de trabalho, 80,5% dos homens estavam na mesma situação (FONTOURA, GONZALEZ, 2009, p. 21).

Assim, são vários os fatores que explicam a inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, mas sabe-se que a quantidade de mulheres no mercado de trabalho ainda é inferior à quantidade de homens.

São muitas as lutas das mulheres por igualdade, principalmente no que se refere à igualdade de gênero. Atualmente, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a sua permanência são pautas políticas, econômicas e sociais; portanto,

deve-se considerar a importância das relações de gênero, uma vez que essa nos mostra as desigualdades de poder entre homem e mulher. Para tal consideração, torna-se necessária a compreensão do conceito de gênero.

No Brasil o conceito de gênero tem sido utilizado junto às análises sobre a divisão sexual do trabalho, sempre com apoio de caráter interdisciplinar, conceitualmente estável e consistente. No decorrer da presente pesquisa, foi possível tal verificação a partir da delimitação do estado da arte da temática, buscando identificar quais eram as pesquisas de tal tema e a importância que esta tem demonstrando nos últimos anos.

O objetivo deste tipo de trabalho é descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. Entre as muitas razões que tornam importantes estudos com esse objetivo, deve-se lembrar que eles constituem uma excelente fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo, na medida em que condensam os pontos importantes do problema em questão. Devido ao fôlego e experiência necessários para sua elaboração, o trabalho é pouco recomendado para iniciantes (LUNA, 1997, p. 20).

Para o estado da arte desta pesquisa, foi delimitada a busca em gênero, divisão sexual do trabalho e mulheres catadoras. Foi definido, através do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível superior – CAPES –, a pesquisa das palavras-chave “divisão sexual do trabalho”, “catadoras”, “desigualdade social” e “gênero”. No que se refere à busca “divisão sexual do trabalho”, entre os últimos cinco anos (2012 – 2017), foram encontrados um total de 173 pesquisas; destas, apenas 9 que tratam do tema divisão sexual do trabalho e relações de gênero. Na pesquisa sobre “catadoras”, foi encontrado um total de 45 resultados, dos quais apenas 4 darão subsídio para nossa pesquisa. Dessa maneira, o tema “divisão sexual do trabalho e catadoras” nos deu um total de 13 teses e dissertações, mostrando que essa pesquisa é atual e pouco discutida na academia, mesmo sendo um tema interdisciplinar. No que se refere à pesquisa de desigualdade social e gênero, foram encontradas 15 pesquisas ou temas que podem nos dar um maior embasamento sobre a referente pesquisa.

A presente pesquisa se justifica levando em consideração os interesses individuais da pesquisadora, que teve sua inserção no ano de 2012 em um projeto de extensão da UEPG que trabalhava diretamente com uma das associações de

catadores da cidade de Ponta Grossa – PR. Tal interesse se intensificou quando foi realizado um projeto de alfabetização em parceria com o Núcleo de Educação da mesma cidade, por meio do qual a alfabetização dos catadores aconteceu por um período de 16 meses e rendeu artigos e o próprio trabalho de conclusão de curso da pesquisadora em questão.

Ainda como justificativa, coloca-se a questão da difícil inserção das mulheres no mercado de trabalho, devido à dupla/tripla jornada de trabalho e também a questões culturais, como: mulher reprodutora e homem provedor. Ademais, verifica-se a questão da mulher catadora, que configura um segmento fragilizado da sociedade, com mulheres que estão inseridas em um trabalho precário, com baixa remuneração e com inúmeros riscos para sua saúde. Hirata (2009) faz uma importante consideração no que se refere à divisão sexual do trabalho, separada em três eixos: 1) ausência de proteção social e direitos sociais, sendo um exemplo desse o trabalho informal; 2) horas reduzidas de trabalho; 3) níveis baixos de qualificação. Desta forma, encontraram-se nas catadoras da cidade de Ponta Grossa/PR essas três características referentes à divisão sexual da precariedade, justificando assim mais um importante aspecto desta pesquisa.

Sabe-se que, em cargos de grande valor monetário, há uma diferenciação na função do homem e da mulher; porém, no trabalho da catação, considera-se que, com tanta ausência de direitos, não deveria haver diferenciação de funções nesse trabalho, uma vez que a precariedade está presente de forma igualitária para todos.

Mais tarde, com observações realizadas junto aos catadores (as), percebeu-se o aumento significativo de mulheres em relação aos homens nas associações de catadores (as), sendo essa uma das problematizações que nos fizeram elencar o tema gênero junto com o objeto de pesquisa catadoras, fazendo assim, surgir a atual pesquisa.

As questões motivadoras da investigação estão, portanto, relacionadas aos interesses do pesquisador e a contextos socialmente determinados. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a sua complexidade, instiga **a busca, o novo, a superação, o original, a possibilidade de recriação**. Não é casual, portanto, a definição do objeto de pesquisa; é sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional (BOURGUIGNON, 2006, p. 42) (grifo da autora).

Segundo Brasil (2013), estima-se que no cenário brasileiro há 387.910

catadores e catadoras que declararam que essa é sua principal atividade. Tais pessoas vivem em situações insalubres, em um trabalho precário e com baixa remuneração, sendo que, desse total, 31% são mulheres. Ressalta-se que esses dados sofrem alterações, uma vez que, segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores, em 2002, estimava-se que número de catadores estaria entre 800 mil e um milhão, e essa imprecisão se justifica pela dificuldade em quantificar o número de catadores que existe no cenário brasileiro.

Na cidade de Ponta Grossa-PR, as mulheres correspondem à presença majoritária dentro do processo produtivo da reciclagem, sendo 74,3% (Relatório Insegurança Alimentar, 2017), dados diferenciados da realidade brasileira, na qual apenas 31% das mulheres são catadoras. Segundo Brasil (2013), por se tratar de uma atividade secundária, muitas mulheres não consideram a catação como sua principal atividade, acabando assim por considerar apenas o trabalho doméstico e não levando em conta o trabalho com a reciclagem.

O trabalho dos catadores é de utilidade pública, mas pouco valorizado e com grande estigma e preconceito dentro da sociedade por trabalharem com lixo, ou seja, com algo considerado sujo. A relação do catador e do meio ambiente é primordial, e configura uma parte fundamental dentro do processo da cadeia de reciclagem.

Desde o ano de 2002, algumas conquistas vêm fazendo a diferença na vida dos(as) catadores (as) brasileiros(as), como: a consolidação do Movimento Nacional dos Catadores; a inclusão desse segmento dentro do Ministério do Trabalho e Emprego; a criação do programa Pró-Catador; como também a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), através da Lei n.º 12.305 de 2 de agosto de 2010, na qual a principal conquista é a “responsabilidade compartilhada”, que inclui as associações e cooperativas de catadores dentro de maiores possibilidades de financiamento e traz responsabilidades para todos os atores dos resíduos sólidos.

Entre os principais instrumentos previstos para a consolidação da PNRS estão: a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...] (BRASIL, 2013, p. 36).

Como dito anteriormente, a presença majoritária das mulheres dentro do processo produtivo da reciclagem na cidade de Ponta Grossa/PR constituiu nossa inquietação e motivou-nos a essa. Nesse sentido, a pesquisa apresenta como objetivo geral: analisar as relações de gênero e as configurações da divisão sexual do trabalho na realidade das associações de catadores de materiais de recicláveis de Ponta Grossa/PR.

Como objetivos específicos, os quais serão abordados posteriormente nos capítulos da presente pesquisa, destacam-se: a) contextualizar as associações de catadores de materiais recicláveis na política pública para o meio ambiente em Ponta Grossa/PR e os condicionantes vinculados às questões da divisão sexual do trabalho; b) compreender a inserção das mulheres nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa-PR; c) perceber de que forma se apresentam os aspectos da dupla jornada de trabalho das mulheres das associações de catadores na cidade de Ponta Grossa-PR; d) identificar se e de que forma os aspectos relacionados às relações de gênero e à divisão sexual do trabalho interferem na luta por melhores condições de vida das associadas e do reconhecimento do trabalho que exercem enquanto catadoras.

Todos esses questionamentos fazem referências às pesquisas teóricas e empíricas que, através das observações, problematizam-se os fundamentos de como são as relações de gênero e as configurações da divisão sexual do trabalho, bem como o fato de esta ser caracterizada pela dupla jornada de trabalho em relação às mulheres, tendo como recorte as quatro associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR.

Depois de apresentados a introdução, a problematização da pesquisa e seus objetivos geral e específicos, serão aqui explanados o percurso metodológico dessa pesquisa, as etapas e como dar-se-á o desenvolvimento da mesma.

A presente pesquisa tem um caráter qualitativo, que, segundo Minayo, *et al.* (2009), responde a questões particulares dentro das Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A pesquisa qualitativa trabalha através dos universos dos significados, cultura, aspirações, crenças, valores e atitudes, fenômenos humanos que são interpretados como parte da realidade social, pois os sujeitos não se distinguem só por agir, mas por pensar sobre o que fazem e por compreender suas ações dentro e a partir da realidade em conjunto com os

semelhantes.

O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e das intencionalidades e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. Por isso não existe um *continuum* entre abordagens quantitativas e qualitativas, como muita gente propõe, colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupariam um primeiro lugar, sendo “objetivas e científicas”. E as qualitativas ficariam no final da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório, sendo “subjetivas e impressionistas” (MINAYO, *et al.*, 2009, p. 21).

Sendo assim, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois procura compreender relações subjetivas dentro do contexto mulher e mulher e mulher e homem nas relações de gênero e nas configurações da divisão sexual do trabalho. A pesquisa qualitativa consegue responder tais questões, pois busca o conhecimento da realidade de forma subjetiva.

Segundo Minayo *et al.* (1994), a pesquisa qualitativa se difere da pesquisa quantitativa, pois a segunda trabalha com estatísticas, compreende dos fenômenos a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”. Já a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo do significado e das ações humanas, circunscrevendo-se em um contexto mais complexo e subjetivo. Ressalta-se também que os (as) autores (as) compreendem que os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas sim se complementam.

Minayo *et al.* (1994) compreendem que tais afirmações não são pacíficas, mas são questionadas por outras correntes de pensamento, principalmente pelo positivismo, o qual se baseia em termos matemáticos e positivados para compreensão da realidade. “[...] os positivistas atribuem à imaturidade das ciências sociais sua incapacidade de prever e determinar a ação humana” (Minayo *et al.*, 1994, p. 23).

Ainda segundo Minayo *et al.* (1994), em oposição ao positivismo tem-se a sociologia compreensiva, a qual busca a compreensão da realidade humana vivida socialmente e propõe a subjetividade como base do sentido da vida social. Para os autores, para se trabalhar com essa corrente é preciso compreender a experiência, a vivência, o cotidiano e a interpretação das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetiva.

Ademais, compreende-se a necessidade de trabalhar com o método

qualitativo nesta pesquisa, uma vez que a desigualdade de gênero nos faz buscar compreender fatores como: a experiência, o cotidiano, o tempo e suas relações entre homem e mulher e mulher e mulher dentro das associações de catadores de materiais recicláveis.

De acordo com Bourguignon (2006), o processo de investigação exige elementos que possibilitem o rigor teórico-metodológico para poder inserir esses elementos na realidade social.

O processo de pesquisa exige do pesquisador domínio de fundamentos teóricos, de um método de construção de conhecimento, de procedimentos metodológicos coerentes com o objeto de investigação e o exercício da criatividade – qualidade necessária à elaboração de respostas inovadoras às problemáticas de pesquisa (BOURGUIGNON, 2006, p. 42).

Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender como se dá o trabalho na reciclagem, na perspectiva do olhar sobre gênero e divisão sexual do trabalho, para essas mulheres catadoras, analisando seu tempo, seu cotidiano e como esse é entendido e vivenciado pelas mesmas.

Para tal entendimento, utilizou-se a experiência social trabalhada por Edward Thompson cuja experiência social é a “mais rica das possibilidades humanas, como a exploração aberta do mundo e de nós mesmos, como o fazer-se histórico dos sujeitos” (THOMPSON *apud* MARTINELLI, 2009).

Segundo Martins (2006), Thompson traz contribuições da importância da realidade histórica ser compreendida como processo, a experiência como relação entre o ser social e a consciência social, Thompson parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. “A história é concebida como processo da vida real dos homens e das relações que estabelecem entre si, entre si e a natureza, por meio do trabalho” (MARTINS, 2006, p. 116). Desta forma, a experiência social cotidiana se constrói juntamente com fatores exteriores.

Thompson (1987) indaga sobre o termo classes trabalhadoras, e compreende que tal termo é descritivo e esclarecedor, bem como evasivo. Quando se fala em classe, compreende-se um fenômeno histórico que une vários acontecimentos díspares, tanto na matéria prima da experiência quanto da consciência. Para o autor, no conceito classe também há uma relação histórica.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos pregar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p.10)

Compreende-se então que a experiência social cotidiana faz parte de toda relação que o indivíduo tem desde suas experiências individuais e coletivas. Thompson difere a experiência de classe da consciência de classe, uma vez que a primeira é definida majoritariamente pelo nascimento e a segunda compreende aspectos culturais que se formam no decorrer do tempo e da vivência.

Ademais, como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo essa última dividida em duas partes: observações realizadas nas associações de catadores e grupo focal realizado com três mulheres representantes de cada associação, sendo as mais antigas de tempo em cada instituição.

Com relação à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. “[...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”.

A pesquisa bibliográfica é ampla, uma vez que podem existir diversos materiais e acessos para esta, como também os levantamentos de dados e estudos comparativos que podem ser feitos. Na nossa pesquisa bibliográfica, os temas giraram em torno de: Trabalho, Gênero, Patriarcado, Catadores e Divisão Sexual do Trabalho.

Utiliza-se nesse trabalho também a pesquisa documental, que consiste em pesquisas elaboradas por meio de materiais que não receberam tratamento analítico. Segundo Gil (2008, p. 51), “a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes”. Desta forma, a pesquisa documental contém elementos que deram embasamentos

mais pessoais e próximos sobre a realidade tratada. Para essa pesquisa, os principais documentos utilizados foram as atas de fundação e de assembleia das associações de catadores, as quais foram primordiais nesta investigação por servirem de base para um maior conhecimento da realidade em questão.

Ressalta-se também que a lei n.º 12.305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi de grande importância nessa análise documental, por se tratar de uma grande conquista dos catadores em âmbito federal.

Para a pesquisa de campo, o instrumento utilizado para a investigação foram as observações e o grupo focal. A escolha do grupo focal foi definida pela necessidade de interação entre os sujeitos da pesquisa, uma vez que, a partir da temática pesquisada e dos objetivos propostos, a interação grupal entre elas poderia dar melhores considerações para a pesquisa. Como dito anteriormente, o grupo focal foi composto por três mulheres de cada associação, tendo como critério serem as três mais antigas. O grupo focal contou com um total de 12 mulheres, pois Ponta Grossa – PR possui um total de quatro associações.

A metodologia de grupo focal consiste em trabalhar com indivíduos em forma de grupo, no qual busca-se compreender ações e atitudes que possam se desenvolver melhor através da interação entre os participantes do que com uma metodologia de investigação individual.

O grupo focal representa uma fonte que intensifica o acesso às informações acerca de um fenômeno, seja pela possibilidade de gerar novas concepções ou pela análise e problematização de uma ideia em profundidade. Desenvolve-se a partir de uma perspectiva dialética, na qual o grupo possui objetivos comuns e seus participantes procuram abordá-los trabalhando como uma equipe. Nessa concepção, há uma intencionalidade de sensibilizar os participantes para operar na transformação da realidade de modo crítico e criativo (BACKES *et al.*, 2011, p. 438).

O grupo focal torna-se necessário quando há a necessidade de entender diferentes indivíduos, de diferentes culturas e vivências, mas com algo em comum que possa trazer resultados mais apropriados quando estão em grupo. Dessa forma, as opiniões e os sentimentos trazem diversos resultados que acabam sendo intensificados por essa metodologia em questão.

Segundo Kind (2004), a técnica de grupos focais é uma tradição de trabalho com grupos, tanto na Sociologia como na Psicologia Social Crítica, sendo assim,

encontra-se a utilização dessa técnica nas mais variadas fundamentações teóricas, trazendo implicações para análise do processo de investigação.

No âmbito das abordagens qualitativas em pesquisa social, a técnica do grupo focal vem sendo cada vez mais utilizada. Em geral, podemos caracterizar essa técnica como derivada das diferentes formas de trabalho com os grupos, amplamente desenvolvida na psicologia social. Privilegia a seleção dos participantes segundo alguns critérios – conforme o problema de estudo –, desde que eles possuam algumas características em comum que os qualifiquem para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo. Os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados a sua experiência cotidiana (GATTI, 2005, p.7).

Para um melhor resultado da metodologia da pesquisa oral, é necessário que os indivíduos participantes tenham algo em comum. Dessa forma, a pesquisa deve separar as amostras buscando trazer elementos de igualdade entre os indivíduos que participarão da pesquisa.

A composição do grupo focal é feita pelos indivíduos participantes, pelo pesquisador que está desenvolvendo a pesquisa, pelo moderador que será responsável de mediar a conversa entre os sujeitos, trazendo questões e as abordagens necessárias, e por último o observador que terá sua função elencada de observar situações, respostas e atitudes do grupo em relação à pesquisa.

Visando abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo não pode ser grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando a sua dimensão preferencialmente entre 6 a 12 pessoas. Em geral, para projetos de pesquisa, o ideal é não trabalhar com mais de dez participantes. Grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e dos registros (GATTI, 2005, P. 22).

Para nossa pesquisa, o grupo focal foi composto por três mulheres mais antigas de cada associação, totalizando doze mulheres. O grupo focal foi realizado no dia 04 de setembro de 2018, com início às 14h e término às 17h. Foi reservada uma sala na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) onde tinham equipamentos de filmagem e som para registro e documentação dessa metodologia. Quando as catadoras chegaram, havia cadeiras organizadas em um círculo onde todas podiam se olhar e conversar entre elas. Para organização da metodologia, havia um roteiro de perguntas, que serviu como base para auxiliar nas questões

referentes aos objetivos da pesquisa. Quando a atividade se iniciou, foi explicado sobre a pesquisa e realizada a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A), como também se explicou que a pesquisa era facultativa e que poderiam desistir a qualquer momento, se assim quisessem. Todas concordaram e assinaram. O grupo focal se encerrou quando as pesquisadoras terminaram o roteiro de pesquisa e percebeu-se o esgotamento dos objetivos trabalhados na pesquisa.

Justifica-se a utilização do grupo focal como metodologia dessa investigação, uma vez que pressupõe uma grande construção de conhecimento entre os sujeitos participantes e os pesquisadores, fazendo uma relação entre saberes práticos e teóricos, criando assim pesquisas ricas que saem da rotina de pesquisas individuais e vão para a prática com pesquisas e conhecimentos construídos e vivenciados coletivamente.

O recorte da amostragem fez-se necessário por acredita-se que as mulheres com mais experiência dentro das associações teriam maiores vivências e maiores contribuições para esta pesquisa. Dessa forma, a amostragem desta pesquisa ficou nas doze mulheres participantes do grupo focal, mas vale ressaltar que, antes do grupo focal, houve observações realizadas nas associações.

Com relação às observações, foram realizadas no total 15 observações nas associações de catadores e duas visitas junto com a secretária do meio ambiente da cidade de Ponta Grossa. Tais visitas possibilitaram uma maior aproximação com o objeto de estudo e facilitaram o acesso às lideranças das associações. Quando se esgotaram os objetivos da pesquisa, não houve mais necessidade de continuar as observações.

A primeira associação em que se realizou a observação foi a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Oficinas (ACAMARO), compreendendo os dias 17, 22 e 30 de janeiro, sendo o primeiro na parte da manhã e os demais na parte da tarde, e no mês de fevereiro foi feita uma observação no dia 05, no período da tarde.

A segunda associação foi a Associação de Recicladores Rei do “PET” (ARREP), sendo os dias de observação 19, 24, 25, 27 de abril. Todas as observações dessa associação aconteceram no período da tarde, uma vez que o maior número de associados encontrava-se durante esse período.

A Associação de Catadores de Uvaranas (ACAMARUVA) foi a terceira associação onde foram realizadas as observações, nos dias 7, 8 e 9 de maio, no período da tarde.

E por fim, a última associação em que foram realizadas as observações foi a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro da Nova Rússia (ACAMARU), nos dias 6, 7 e 13 de junho.

Vale ressaltar que grande maioria das observações teve uma duração de 4 horas diárias e, para sua realização, foi feito um roteiro de observação. Também foram realizados diários de campos e relatórios com todos os detalhes que foram registrados durante essa etapa da pesquisa.

Depois de coletados todos os dados teóricos e da realização das pesquisas de campo, deu-se início a análise dos relatos das catadoras através de categorias, para essa utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 42) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, a qual visa obter através procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores, sendo quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Bardin (1977) compreende que a análise de conteúdo tem dois objetivos principais: a) ultrapassagem da incerteza – o que julga ter na mensagem estará lá, transformando essa em algo válido; b) enriquecimento da leitura – a qual através de maior aprofundamento das leituras e de mensagens pode-se ter uma descrição de mecanismos que *a priori* não se tinha compreensão.

Bardin (1977) separa a análise de conteúdo em três fases sendo essas: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados sendo a inferência e a interpretação.

Por fim, em relação à apresentação desta dissertação, optou-se por organizá-la em três capítulos. No primeiro capítulo, objetivamos compreender os conceitos de classe social, gênero e patriarcado até chegarmos no ponto principal da pesquisa, que é a divisão sexual do trabalho, sendo que durante toda essa pesquisa bibliográfica buscou-se elencar todos os propostos temas.

No segundo capítulo, apresentam-se aproximações do surgimento do trabalho dos catadores na sociedade, elencando os dados em nível nacional da situação dos catadores para então esses dados serem comparados com os dados dos catadores em âmbito municipal. Nesse capítulo também se inseriram as

observações que foram realizadas nas associações e também informações documentais das leis municipal e federal, bem como das atas de fundação das associações de catadores.

No terceiro capítulo, busca-se discutir e analisar a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada do trabalho das mulheres com as falas do grupo focal em consonância com os demais dados e etapas já realizadas.

Por fim, apresentam-se as conclusões deste trabalho e demais itens formais da dissertação.

## CAPÍTULO 1

### GÊNERO, PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens;  
Mas sobre si mesmas.  
(Mary Wollstonecraft)

Neste capítulo, buscar-se-á compreender como se deu historicamente o surgimento do termo gênero e como este está aliado à luta de classes. Primeiramente, destaca-se a reflexão sobre a sociedade de classes, com a discussão da experiência de Thompson, deixando clara a vertente de análise histórico-crítica no decorrer deste trabalho. Na sequência ainda deste primeiro capítulo, elucida-se uma reflexão sobre a categoria trabalho, que direciona a discussão da Divisão Sexual do Trabalho, sem deixar de abordar também a discussão da sociedade patriarcal no arcabouço teórico fundamental para se tratar de gênero. Destaca-se também neste capítulo a discussão da Divisão Sexual do Trabalho e as relações sociais de sexo, tentando trazer mais enfaticamente como a Divisão Sexual do Trabalho pode produzir o gênero, finalizando com um breve apontamento sobre a importância das políticas públicas para mulheres, considerando que se trata de uma sociedade de classes em que a luta de classes está presente e colabora para a desigualdade de gênero.

#### 1.1 CONTRIBUIÇÕES DE THOMPSON SOBRE EXPERIÊNCIA E CLASSE SOCIAL: BREVES APONTAMENTOS

Considerando a necessidade de compreender e refletir sobre a questão de gênero e a divisão sexual do trabalho, numa perspectiva de análise que leva em consideração as classes sociais, foi fundamental buscar para subsídio teórico as contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson relacionadas ao conceito de experiência - articulada à cultura e à classe social.

Conforme Thompson (1987), para compreensão de classe é preciso entender a formação social e cultural, que surge de processos que só podem ser

estudados quando perpassam durante um considerável período histórico. A classe operária é tomada como uma existência real, ou seja, são homens que se encontram numa certa proporção com os meios de produção. A partir dessa compreensão, deveria assumir-se a consciência de classe, mas isso pouco acontece, uma vez que é preciso consciência de sua posição e interesses reais. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, no final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p.12).

Para Thompson (1987), na consciência de classe as experiências (de relações produtivas) são usadas em termos culturais, dentro de tradições, sistema de valores, e ideias.

Ao valorizar a experiência, a importância do agir humano, Thompson critica o determinismo das abordagens ortodoxas, que põem em segundo plano o papel dos sujeitos na realidade histórico-social. Para ele, trata-se de homens e mulheres que, nas relações com a vida material, tendo em vista suas determinações, vivenciam experiências ao mesmo tempo em que tomam consciência delas (MIRA, *et al.*, 2017, p. 661).

Thompson (1978) aponta que os valores não são chamados, nem pensados, mas são vividos e emergem dentro do mesmo vínculo da vida material e das relações materiais em que surgem nossas ideias. As normas, regras, expectativas são necessárias e aprendidas, como sentimento e como vivência, primeiramente na família, no trabalho e na comunidade. “Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria” (THOMPSON, 1978, p. 194).

Thompson (1978) trabalha com a lógica histórica, que compreende um método lógico de investigação adequado a materiais históricos. Esse discurso histórico disciplinado da prova busca, num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo no qual, de um lado estão as hipóteses sucessivas e, de outro está a pesquisa empírica. Mas, para ter uma maior defesa do materialismo histórico, o autor compreende mais particularmente as posições de Althusser, sendo essas: 1) o objeto imediato do conhecimento histórico, compreendendo fatos e evidências atribuídos de existência real, mas serão apenas cognoscíveis segundo a maneira que são, e preocupando-se com os métodos históricos; 2) o conhecimento histórico é através da natureza, provisório e incompleto, mas não inverídico, limitado e definido pelas perguntas feitas; dessa forma, ele é “verdadeiro” somente dentro do campo definido, e o autor então concorda que a história como ciência acaba por se

inutilizar; 3) a evidência histórica tem determinadas propriedades, e o conhecimento histórico deve ficar aquém da confirmação positiva, mas o falso conhecimento histórico está sujeito à *desconfirmação*; 4) perguntas e respostas são determinantes e essa relação deve ser compreendida como um diálogo; 5) o objeto do conhecimento histórico é a história real, na qual as evidências devem ser incompletas e imperfeitas. A realidade do nosso presente não pode ser modificada tornando-se o passado. O passado não se constitui por histórias separadas, mas uma soma de várias unidades do comportamento humano, em que cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras. Cada vez que as ações e relações dão origem a modificações, essas se tornam objeto de investigação racional.

A história se modificará de acordo com as preocupações de geração, sexo, nação ou classe social, mas isso não quer dizer necessariamente que os acontecimentos passados se modifiquem, ou que cada evidência seja indeterminada,

Dessa forma, o autor considera que, para uma análise dos fenômenos sociais, é preciso considerar suas particularidades, suas vivências, tanto da vida material quanto das relações materiais. 6) A investigação da história como processo de continuação de acontecimentos acaba por desenvolver noções da contradição, medição e organização sistemática da vida social, econômica, política e intelectual; 7) o materialismo histórico não é diferente das demais ordenações interpretativas das evidências históricas por suas premissas epistemológicas, mas sim por suas categorias, hipóteses e procedimentos adotados; 8) certas categorias empregadas no materialismo histórico só podem ser compreendidas como categorias históricas, reconstituindo e compreendendo a realidade do objeto. “Para ele, a dialética do conhecimento histórico é constituída na medida em que uma tese é colocada em relação com suas antíteses e, como resultado, o próprio conhecimento histórico é constituído” (MIRA, et, al, 2017, p. 662).

O materialismo histórico difere de outras tendências interpretativas das evidências históricas devido a categorias, hipóteses e procedimentos adotados. No entanto, o materialismo histórico é o terreno comum a todas as práticas marxistas, que se preocupam com as manifestações – passadas e presentes – do objeto humano real. Nessa perspectiva, a crítica de Thompson se refere à teoria considerada capaz de conhecer o objeto por si mesmo, sem o confronto com as evidências da realidade (MIRA, et al., 2017, p. 662).

Compreende-se então a dialética de Marx, assim como seu método de interpretação de realidade, o materialismo histórico dialético, que acaba por restringir determinadas categorias. Thompson então busca uma teoria que seja capaz de conhecer o objeto e sua realidade histórica.

Segundo Muller e Moraes (2008), os estudos de Thompson fazem uma valorização da práxis, a qual envolve práticas, experiências, aspirações e valores comunitários da classe trabalhadora.

Dessa forma, um dos aspectos fundamentais do método de Thompson é sua capacidade de formar objetivos e aspirações para aqueles submetidos a circunstâncias políticas adversas, mas que precisavam estabelecer e defender sua própria opinião política. Para ele, um dos princípios básicos de uma análise reside na habilidade de articular a teoria a processos diferentes e em constante mudança (MULLER, MORAES, 2008, p. 4).

Thompson (*apud* Muller e Moraes, 2008) compreende que o materialismo histórico se distingue por articular aspirações políticas e o processo histórico. Tal autor (*apud* BEZERRA, 1981) entende que a construção da experiência, a qual é a categoria que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo, responde a muitos acontecimentos inter-relacionados. “A experiência está em toda parte, nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais, construindo coisas de maneiras ativa, sem esperar passivamente o ato conhecedor científico” (THOMPSON *apud* BEZERRA, 1981, p.124).

Dessa forma, a experiência acaba por relacionar diversos fatores, um desses sendo a cultura.

Experiência é um conceito chave nos estudos empreendidos pelo autor, que a compreende como “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15). Nessa perspectiva, não considera que a experiência produz saberes de senso comum ou que estejam contaminados ideologicamente. Para ele, a experiência surge, no ser social, junto com o pensamento, pois homens e mulheres, como seres racionais, ao agirem sobre a realidade, refletem sobre o que acontece a eles e à própria realidade (MIRA, *et al.*, 2017, p. 663).

Compreende-se para Thompson que experiência e cultura constituem a junção entre estrutura e processo.

Para Thompson, homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento. Na cultura, ele afirma (1978: 363), os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas (MULLER e MORAES, 2008, p.10).

Em relação à experiência humana, Thompson (*apud* Bezerra, 1981) compreende que é o que há de mais vivo na história, sendo esses homens e mulheres sujeitos construtores do devir e do presente; o que constrói a história são as pessoas carregadas de experiência.

É nas experiências que os indivíduos determinam a história. Segundo Bezerra (1981), os sujeitos não são livres, suas situações e suas relações produtivas são determinadas segundo suas necessidades. A experiência humana é de grande importância e considera as vivências, experiências as quais são construídas socialmente e individualmente.

O autor afirma que é por meio do diálogo entre ser social e consciência social que se origina a experiência, a qual não é apenas determinada (guiada) pela teoria. À medida que exerce pressões sobre a sociedade, a experiência oferece novos dados para serem lidos e interpretados, ou seja, também determina a produção de novos conhecimentos, que, uma vez concebidos fora dos procedimentos acadêmicos, não podem ser desconsiderados (MIRA, et, al., 2017, p. 663).

Portanto, o ser social e a consciência social originam a experiência. Thompson compreende o pensamento dos trabalhadores e como esses experienciam seu trabalho. É experiência que também pode determinar novas formas de conhecimentos.

E quanto à experiência fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras, visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo que em sua totalidade compreende a genética de todo processo histórico, sistema que se reúne todos, num certo ponto, na experiência humana comum que exerce ela própria (como experiência de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1978, p. 189).

Por meio disso, compreende-se o quanto a experiência é densa e necessita do entendimento das mais diversas expressões. Thompson (1987) acredita que na

análise marxista ficaram algumas lacunas em relação à experiência, que constitui parte essencial para compreensão da totalidade.

Segundo Thompson (1978), a experiência gerada na vida material foi estruturada em termos de classe e, assim, o ser social determinou a consciência social.

[...] E verificamos que com experiência e cultura estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito dos seus pensamentos e seus procedimentos, ou (como supõem alguns práticos teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam a sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte e nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1978, p. 189).

Como supracitado, a experiência e cultura têm uma ligação, uma vez que a experiência segundo o autor acaba por ter sentimentos na cultura, definida como consciência afetiva e moral.

Desse modo, o autor atribui à cultura importância dentro de uma perspectiva histórica, considerando os contextos sociais dentro dos quais os termos foram elaborados. Entendida como lugar de transmissão de habilidades e produção de sensibilidades, sempre permeada pela noção de reciprocidade, a cultura possibilita reinvenção e também perspectiva de conformação (MIRA, *et al.*, 2017, p. 665).

Thompson (1978) compreende, portanto, que a história não é predeterminada, são as relações sociais que as predeterminam, assim como as experiências vividas e compartilhadas. Classe, experiência e cultura representam elementos que acabam por estar interligados e que estão presentes na classe trabalhadora das mais diversas formas, determinadas pelas relações sociais.

O conceito thompsoniano é imprescindível na divisão sexual do trabalho, uma vez que retrata como as relações sociais refletem na experiência, e são essas experiências que fazem o valor e a voz dessas mulheres.

## 1.2 TRABALHO, GÊNERO E SOCIEDADE PATRIARCAL

Compreender as relações de trabalho é central em qualquer discussão, visto que perpassam diversos aspectos de nossa realidade. As relações de trabalho são contraditórias e cíclicas, já que se modificam e se alteram com o passar do tempo.

A experiência social cotidiana faz parte da vida dos trabalhadores e o conjunto de conhecimentos é construído para atender os interesses de determinadas classes. Dessa forma, a experiência, o tempo, o cotidiano e a cultura tornam-se análises necessárias para ser trabalhada na cultura de classes e a categoria *trabalho* torna-se central em discussões de desigualdade, uma vez que existem diferentes tipos de trabalho e são diversificadas as distribuições do trabalho para a sociedade civil.

Segundo Castel (1998) o trabalho é um tema central e por isso esse não perpassa apenas dimensões econômicas, mas também se compreende o trabalho por um universo psicológico, cultural e simbólico, ou seja, as atividades laborais acabam por significar muito mais do que apenas um viés econômico.

Antunes (2009) compreende vários aspectos do trabalhador para sua produção da mais-valia, sendo que entre eles há o termo “classe-que-vive-do-trabalho<sup>1</sup>”, o qual designa e compreende o conceito marxiano de classe trabalhadora, enfatizando o sentido de classe trabalhadora e sua forma de ser. Para o autor, a “classe-que-vive-do-trabalho” são os sujeitos que vendem sua força de trabalho para sobrevivência e nessa definição também estão incluídos os trabalhadores improdutivos, sendo esses os que pertencem aos “falsos custos” do capital, mas que são necessários para a reprodução do capitalismo (também estão incluídos aqui os desempregados, uma vez que esses são necessários nessa lógica de capital). Ademais, o autor considera que todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo.

[...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora,

---

<sup>1</sup> Segundo Ricardo Antunes, em “Os novos proletariados do mundo na virada do século”, o termo “classe-que-vive-do-trabalho” não se trata de um novo conceito, mas sim de tentar compreender quem

encontrando no proletário industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos e Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre seu núcleo central), incorporando também, formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais (ANTUNES, 2009, p. 102).

Dessa forma, articula-se o trabalho dentro do conceito de mais-valia, pois o capitalismo busca cada vez mais intensificar o processo de lucro e com isso consequentemente aumenta a exploração da mão de obra assalariada e do meio ambiente.

Como mencionado anteriormente, para sua sobrevivência os proletários precisam vender sua mão de obra, já que não detêm os meios de produção e exploração. Antunes (1999) compreende que, cada vez mais, aumenta o número de pessoas que necessitam se incorporar dentro dessa lógica de sobrevivência, e que atualmente pertencem à classe trabalhadora todos os que vendem sua força de trabalho e que produzem mais-valia. Há também os trabalhadores improdutivos, os quais não participam diretamente do processo de mais-valia, ou seja, do trabalho industrial. Segundo Antunes (1999, p. 115): “Improdutivos para Marx são aqueles trabalhadores cujo trabalho é consumido como valor de uso e não enquanto trabalho que cria valor de troca”.

Dessa forma, entendem-se os diferentes tipos de trabalho que foram se formando e se adequando segundo a necessidade do capital. Dentro desse sistema não cabe que todos os sujeitos tenham trabalho com valor de troca. Assim, os improdutivos acabaram por se tornar trabalhadores que produzem um trabalho baseado no valor de uso.

Antunes (2005) considera que o mundo do trabalho é vital, tanto para sobrevivência do ser humano, quanto para sua dignidade e sua felicidade social. Mas, ao mesmo tempo, quando a vida humana se submete exclusivamente ao trabalho, ela se torna alienante, levando os indivíduos a um aprisionamento de modo unilateral. Dependendo de qual trabalho, o ser humano acaba por estar imerso nesse trabalho que pode explorá-lo, infelicita-lo e aliená-lo. “E, na marca da superfluidade, cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, ‘flexíveis’, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados” (ANTUNES, 2005, p. 17).

Por se verem em situações nas quais não há escolhas, os indivíduos

acabam por aceitar qualquer tipo de trabalho, seja esse terceirizado, precário, sem qualquer tipo de direito ou garantia, uma vez que esses indivíduos não possuem nenhum meio de produção além de sua força de trabalho e é essa que garante a sua sobrevivência em uma sociedade mercantil e capitalista.

A destrutividade que caracteriza a lógica do capital e de seu processo de acumulação e valorização se expressa também quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados da OIT. A título de similitude: assim como o capital torna “supérfluas” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo, capital torna “supérflua” sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver (ANTUNES, 2005, p. 28).

Assim, Castel (1998) coloca que atualmente estamos marcados, seja pelo desemprego em massa, seja pela instabilidade das situações de trabalho, e até mesmo pelos “inempregáveis”, inempregados ou empregados de um modo precário intermitente.

O trabalho como categoria central não se dá apenas como um fator econômico, mas também reflete nas relações sociais, afetivas, de convivência, entre outras. Considera-se então que o trabalho se torna uma obrigação pelo modo de produção no qual estamos inseridos, e seus reflexos acabam por emergir em fatores psicológicos e emocionais, dos quais o ser humano necessita para sobreviver.

Antunes (2005) questiona a reestruturação do trabalho na sociedade capitalista e considera que o capital produz mercadorias supérfluas, sem as quais o capital não sobrevive, como também torna supérflua sua força de trabalho, sem a qual ele também não vive. Outrossim, Antunes (2005) cita nove consequências que o mundo do trabalho teve baseadas na reengenharia, na empresa enxuta, sendo essas: 1) a crescente redução do proletário fabril estável que diminui cada vez mais com a reestruturação e flexibilização; 2) incremento do trabalho precarizado, ou como o próprio autor denomina, “subproletariado”, citando como exemplo o trabalho terceirizado; 3) incremento de assalariados médios e de serviços, desenvolvendo o sindicalismo desses setores; 4) exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho, e, no caso dos indivíduos com mais de 40 anos, quando excluídos do mercado de trabalho dificilmente conseguem a reinserção; 5) inclusão precoce, precária e criminosa de crianças no mercado de trabalho; 6) aumento significativo do trabalho feminino, que em alguns países chega a atingir mais de 40% da força de

trabalho, sendo muitas vezes precarizado e desregulamentado; 7) expansão do trabalho no Terceiro Setor; 8) expansão do trabalho em domicílio, o qual cresce cada vez mais em várias partes do mundo e mescla-se com o trabalho doméstico; 9) o mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem com essa nova configuração do trabalho. Em relação ao trabalho feminino, o autor destaca: “seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho” (ANTUNES, 2005, p.20).

Essas consequências, citadas anteriormente, dão-nos embasamento teórico para as discussões em relação à mulher no mercado de trabalho, uma vez que a figura da mulher acaba por estar inserida em um contexto de exploração e de dupla jornada de trabalho.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 2005, p. 29).

Compreende-se que há uma exploração da força de trabalho feminina, visto que o trabalho de uma mulher acaba por ter menor valor em relação ao trabalho do homem. A reprodução social recai sobre os corpos das mulheres, atualmente dando-lhes duplas e triplas jornadas de trabalho. Essa reprodução social se deve a dois fatores predominantes: capitalismo e patriarcado.

Engels (1984) faz-nos refletir sobre a família patriarcal e como a palavra do homem é lei através desse tipo de organização, na qual a monogamia é imposta não por uma questão de fidelidade de ambos, mas sim por dominação do corpo da mulher e a garantia da paternidade dos filhos. Quando surge a família monogâmica, esta tem o objetivo de dar a certeza ao homem em relação à paternidade dos filhos, e esta deve ser indiscutível, pois os filhos se tornarão herdeiros dos pais, ou seja, terão a posse de seus bens.

Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor

sexual e individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. Quanto ao mais, o casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir [...] (ENGELS, 1984, p. 70).

Dessa forma, compreende-se que a organização familiar baseada na monogamia teve seu surgimento com objetivos econômicos, buscando alternativas tanto para o controle do corpo da mulher, como para sua herança.

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre homem e mulher para procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1984, p. 71).

Ademais, Engels (1984) afirma que as atividades da mulher, as quais eram a criação dos filhos e a direção do lar, eram atividades tão importantes quanto a dos homens, os quais ficavam encarregados pela busca de víveres e foi a partir da família patriarcal, e mais ainda com a família individual monogâmica, que isso passou a mudar. O lar, nas palavras de Engels (1984), passou a ser um serviço privado, com a mulher como a primeira criada, fazendo com que, se ela decide fazer parte da indústria social para se tornar independente, fica impossível cumprir com suas “obrigações” domésticas, e, se ela cumpre seus deveres no serviço privado, fica impossibilitada de cumprir com o social. Atualmente, os meios de subsistência são de responsabilidade do homem, dando-lhe assim uma posição dominadora em relação à mulher e aos seus dependentes. “Na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 1984, p. 80).

Para se trabalhar o conceito de divisão sexual do trabalho, é preciso primeiramente entender o conceito de gênero, uma vez que, quando a categoria trabalho emerge no sistema capitalista, com ela também vem o surgimento da divisão sexual do trabalho, ou seja, a segmentação do que é trabalho para homem e para mulher. Assim, no decorrer desta pesquisa, teceremos os conceitos de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho, perpassando também por relações sociais,

conceito este que este traz abordagens relevantes dentro do conceito de gênero.

Alves (2013) depreende que foi na década de 1990 que o Brasil se inseriu em uma nova ordem capitalista global, constituindo assim o mundo do trabalho precário, devido aos ajustes neoliberais que maximizaram tais efeitos. Na década de 2000, emergiram outras questões referentes à “nova precariedade salarial”, ou seja, surgiram novas condições de exploração e precarização da força de trabalho, principalmente em empresas.

Na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais e crise da economia brasileira, ocorreu uma das mais profundas e amplas reestruturações capitalistas no Brasil. A ofensiva do capital na produção adquiriu um cariz sistêmico. A precarização do trabalho caracterizou-se pela demissão incentivada, terceirização e degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas. Ela atingiu grandes empresas do setor privado e setor público, principalmente naquelas de maior organização sindical (ALVES, 2013, p. 144).

Portanto, a crise do capitalismo nos anos de 1990 passou a assombrar não só as classes mais baixas, mas até aquelas que, devido aos sindicatos, poderia se supor terem maior consolidação em seu trabalho; ou seja, a crise neoliberal trouxe não só a precarização do trabalho para as classes mais baixas, como também a insegurança e o desemprego para as médias e altas (ALVES, 2013).

Alves (1999) compreende que o movimento dos trabalhadores assalariados está numa posição de sujeito e capital, uma vez que há uma perspectiva ontológica e há uma relação sócio-histórica da posição do capital em processo, em que este constantemente revoluciona as condições sociais. O movimento do capital corresponde ou deveria corresponder a alterações na vida dos trabalhadores assalariados. Outrossim, Alves (1999, p. 34) afirma: “portanto, podemos dizer que o movimento do trabalho é uma necessidade interna do sistema capitalista, que, no entanto, aparece, para os trabalhadores assalariados (e capitalistas), sob a forma da contingência (cujo campo prático é dado pelo processo histórico)”.

Ainda que a datação histórica do capitalismo, seus padrões evolutivos e sua convivência com outras formações sociais sejam objetos de controvérsia, a caracterização geral do modo de produção capitalista é consensual. Ela inclui a separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, o controle privado do investimento, a apropriação privada da riqueza, o assalariamento de uma mão de obra formalmente livre e a produção de bens voltada precipuamente para a troca mercantil. Para seus defensores, é o predomínio do mercado –

apresentado como espaço do exercício da autonomia individual e das interações humanas não coercitivas – que concentra as virtudes da sociedade capitalista. Seus críticos observam como a autonomia da maior parte dos indivíduos é limitada pelas condições materiais de suas vidas. O assalariamento aparece, então, não como uma opção livremente elegida, mas como uma necessidade que obriga os não proprietários a se submeterem ao arbítrio de outrem. O trabalho é “alienado”, isto é, despidido de seu significado intrínseco, e produz uma riqueza que é apropriada por outros. O capitalismo se caracteriza pela “exploração do homem pelo homem”, expressão que também indica a adesão acrítica, por parte dos pensadores socialistas iniciais, à ideia de que o gênero masculino expressa o humano universal (MIGUEL, 2017, p. 1222).

Desta maneira, a categoria trabalho não perpassa apenas a discussão de trabalho coercitivo e alienado, ela perpassa também questões de desigualdade e exclusões. Assim, questionamo-nos: quando falamos em trabalhador, estamos falando apenas da figura masculina? Onde estão inseridas as mulheres neste contexto? Como se deu a inserção da mulher no mercado profissional de trabalho? Como compreender o trabalho doméstico e o profissional?

A instauração de um novo modo de produção envolve um grande ônus para certos setores da população de uma sociedade. Na passagem do modo feudal de produção para o modo capitalista, este ônus social pesará sobre os estamentos inferiores da antiga ordem, que, progressivamente, se vão constituindo como classes sociais subprivilegiadas. Torna-se clara, no novo regime, a divisão da sociedade em classes sociais e a exploração econômica de que é alvo uma delas por parte da outra. O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva do potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum, é que assume na nova sociedade uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria *sexo feminino* que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. **A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher** (SAFFIOTI, 2013, p. 66, grifo nosso).

Miguel (2017) enfatiza que, no capitalismo, pressupõe-se que exista o exercício da autonomia individual, mas devemos considerar que as mulheres foram introduzidas ao mercado de trabalho de forma marginal, já que eram o estoque reserva de mão de obra assalariada. Eram as últimas a serem chamadas em momentos de escassez de mão de obra, porém, as primeiras a serem dispensadas,

e, como atualmente, seus salários eram inferiores e também suas posições profissionais.

Os arranjos familiares, as convenções morais dominantes e o funcionamento do mercado de trabalho agiam em conjunto para que sua posição na estrutura de classes assumisse características diferentes daquelas dos homens. Correspondendo a isso, a reflexão sobre a ordem capitalista e as classes sociais, no marxismo, mas não só nele, sempre pressupôs que o universo dos homens era que determinava a compreensão de toda a sociedade, uma percepção que o feminismo logo denunciaria como parcial e insuficiente. (MIGUEL, 2017, p. 1223).

A historiadora Scott (1995) traz que gênero tem uma história e que esta não se limita a traços de caráter ou sexuais. Recentemente, as feministas utilizaram essa palavra como uma maneira de se referirem à organização social entre dois sexos. Scott (1995) considera os usos descritivos (e não analíticos) de gênero: quando apenas se olham para questões envolvendo mulheres e homens, sem que se vá além. Aponta crítica aos trabalhos que usam o termo para envolver as mulheres sem referenciá-las explicitamente, como na história política, por exemplo. E ainda nos estudos de certos setores da organização social, como a família, a reprodução, as ideologias de gênero, realçando o uso do termo sem mudança de perspectiva. E questiona: onde esteve a mulher nestes casos?

Diferentemente do que, com frequência, se pensa, não foi uma mulher a formuladora do *conceito de gênero*. O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero. Vale a pena retroagir um quarto de século a fim de perceber certas nuances hoje consideradas familiares e, portanto, desconhecidas. Conforme afirmou Rubin, em 1975, um sistema de sexo/gênero consiste numa gramática, segundo a qual a sexualidade biológica é transformada pela atividade humana, gramática esta que torna disponíveis os mecanismos de satisfação das necessidades sexuais transformadas (SAFFIOTI, 2015, p. 115).

Desta forma, podemos afirmar que o conceito “gênero” é relativamente novo, uma vez que foi só a partir de 1975 que, através de uma pesquisadora mulher, este se tornou relevante e conhecido, fazendo deste uma reflexão sobre os mecanismos de satisfação das necessidades sexuais transformadas.

A ideia do termo gênero, segundo Scott (1995), tem sua significação

remetida ao sinônimo de mulheres. Artigos e livros que usaram o termo “mulheres” foram substituídos pelo termo “gênero” com o objetivo de buscar o reconhecimento político, considerando-se que este termo é neutro e objetivo, separando-se assim da política do feminismo.

[...] Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) coloca que essa é uma das terminologias de gênero e também enfatiza que as relações entre os sexos são sociais. Gênero também é colocado para referir-se tanto a homens quanto mulheres, buscando enfatizar que o mundo dos homens também é o das mulheres. Ou seja, estudar apenas uma esfera limitaria um estudo, compreendendo que a experiência de um sexo pouco tem a ver com o outro, ou seja, fragmentaria a compreensão e a interpretação dos estudos. O termo gênero também é utilizado para caracterizar as relações sociais determinadas pelo sexo, daí a importância da compreensão das relações sociais desiguais.

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) considera que o conceito gênero foi erroneamente usado durante anos, porém foi com as feministas que este acabou por ter outra definição, que seria uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.

A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas. Explícita, porque o uso gramatical envolve regras formais que resultam da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades não-examinadas, porque em muitas línguas indo-europeias há uma terceira categoria – o sem sexo ou o neutro. Na

gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados (SCOTT, 1995, p.72).

Scott (1995) compreende que o termo gênero teve sua maior ênfase e aparição entre as feministas americanas, quando estas tinham por objetivo diferenciar socialmente as distinções baseadas em sexo. No que refere à palavra gênero, esta traz uma concepção de igualdade em relação ao feminino e masculino.

Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p.72).

Precisamos ter a compreensão de toda uma totalidade para buscar entender a importância dos sexos e como as suas historicidades influenciam até hoje, buscando assim a compreensão desta ordem social com o objetivo de alterá-la, ou seja, mudar uma realidade já existente. Sob muitos aspectos, Scott (1995) coloca que o termo gênero, quando aliado à pesquisa sobre as mulheres, teria um poder de transformações de paradigmas disciplinares. Afirmando ainda que, segundo as pesquisadoras feministas, escrever as mulheres na história seria escrever uma nova história política e pessoal. Tais pesquisadoras acreditavam ainda que, para ser escrita essa nova história, seria necessário estudar três categorias: raça, classe e gênero.

Saffioti (2015) traz-nos que a independência da mulher só surgiu com o pré-capitalismo, uma vez que a categoria trabalho também surgiu neste mesmo período, ou seja, com a necessidade de trabalho e a ideia de meritocracia também veio a necessidade de independência feminina.

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (está é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui

se o papel econômico lhe assegurava posição social compensatória de sua submissão ao centro de decisões a família: o homem. Trata-se, isto sim, de indagar se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontrava via de integração nas sociedades pré-capitalistas (SAFFIOTI, 2015, p.63).

Há muitos aspectos que devem ser considerados quando trabalhamos gênero, mas, de acordo com Scott (1995), a abordagem de gênero pode ser resumida em três posições teóricas. A primeira se refere a uma interpretação mais feminista, a qual busca compreender a origem do patriarcado e seus efeitos. Já a segunda trata-se de uma abordagem marxista e busca uma relação com as críticas feministas. Quanto à terceira posição teórica, há uma divisão entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação ao objeto, a qual se baseia nas escolas de Psicanálise com o objetivo de explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do indivíduo.

Já o marxismo sempre professou seu compromisso com a igualdade entre os sexos. No entanto, ao estabelecer a centralidade absoluta da diferença de classes como fonte última de todas as formas de opressão social, permitia que se negasse relevância às demandas feministas ou mesmo, na pior das hipóteses, que elas fossem consideradas um tipo de diversionismo nefasto (MIGUEL, 2017, p. 1220).

Compreender o patriarcado, e o efeito que tem em toda uma sociedade e sua cultura, significa entender a construção de toda uma sociedade e suas estruturas. Miguel (2017) compreende que o termo patriarcado é de grande discussão e polêmica, uma vez que é usado de maneiras despreocupadas por grande parte dos estudos feministas. Uma sociedade patriarcal seria uma sociedade na qual a dominação dos homens é predominante sobre as mulheres.

No entanto, “patriarcado” é um termo que possui uma trajetória própria na história das ideias sociais e torná-lo coextensivo à dominação masculina não é isento de consequências. No que se refere à ordem política geral, o patriarcado remete a uma doutrina absolutista específica, associada em particular ao livro póstumo de Robert FILMER (1991 [1680]). Ele vê o poder monárquico como sendo uma derivação direta do poder paterno, transmitido por direito de progenitura a partir de Adão. Trata-se de uma percepção que toma como base o modelo da família patriarcal, entendida como aquela em que a autoridade do pai e marido é total e que é composta não apenas por um núcleo consanguíneo direto, mas incorpora mais de uma geração e, também, um contingente de agregados e serviçais. Mas tais descrições não são condizentes nem com a organização política, nem com a organização familiar atuais, o que leva muitas feministas a preferir entender o patriarcado sendo apenas uma manifestação histórica e datada da dominação masculina (MIGUEL, 2017, p. 1223).

Miguel (2017) faz uma análise compreendendo que a sociedade contemporânea sofreu alterações no que refere à família patriarcal, considerando que não há mais autoridade absoluta do homem. Ainda há diferenciação de acordo com sexo ou/e gênero, mas considera-se que é antes uma “parceria desigual”, na qual permanece uma dominação masculina, mas que a sociedade patriarcal na contemporaneidade já não perpassa as mesmas características que na sua origem.

O capitalismo, ao mesmo tempo em que trouxe características como: desigualdade, concentração de renda, propriedade privada, entre outras, também trouxe a ideia de autonomia e meritocracia para todos os sujeitos. As mulheres continuam num contexto de desigualdade, mas com a perspectiva de mudança na classe social.

Silva (2012) lembra que há desigualdades nas relações sociais e de gênero estas são um dos fatores que colaboram para contribuição de dominação/exploração patriarcal, bem como contribuem para a permanência da divisão sexual do trabalho.

Devemos considerar a visão da mulher no mercado de trabalho tanto para o homem como para ela mesma. Quando uma mulher é inserida no mercado de trabalho, Saffioti (2015) considera que o homem passa a não enxergar mais a sua totalidade histórica, na qual ambos os contextos estão inseridos, uma vez que a mulher passa a ser sua concorrente real no mercado de trabalho, ficando impossibilitado de analisar a situação da mulher determinada pela configuração histórico-social capitalista. Quando incapaz desta compreensão, ele desconsidera não apenas a mulher, mas também a si próprio, da conjuntura alienante na qual está envolvido.

Deste ângulo, uma atitude masculina favorável ao trabalho feminino, além de promover o descrédito dos mitos justificadores da posição social inferior da mulher, poria em xeque a maleabilidade do modo capitalista de produção em resolver os problemas por eles gerados e, em última instância, as limitações inerentes à sua estrutura. Embora este grau de consciência do problema da mulher já tenha feito sua aparição na história das sociedades capitalistas, a mulher se tem constituído, muitas vezes, em objeto da reação negativa do homem que, incapaz de uma visão totalizadora da sociedade, **toma o trabalho feminino como causa do desemprego masculino** (SAFFIOTI, 2015, p. 75, grifo nosso).

A mulher nas sociedades capitalistas e pré-capitalistas, ou melhor, quando a categoria trabalho passa a se tornar universal incluindo a mulher, passa a encontrar

mitos e descréditos em relação a ela, afirmando inferioridade na sua força de trabalho e promovendo a competição entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho. Uma reação positiva dos homens sob esta situação desmobiliza todo esse processo de inferiorização e exclusão da mulher no mercado de trabalho, mas, quando o homem não enxerga a totalidade histórica da inserção da mulher na sociedade, ele passa a vê-la como causa do seu desemprego. “A mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2015, p. 76).

Ressalta-se que a mão de obra feminina é mais barata e explorada que a masculina, e isso se deve a dois fatores importantes e que estão inteiramente ligados: a dupla/tripla jornada de trabalho e a procura da mulher por trabalhos flexíveis, necessidade esta decorrente do primeiro fator. Nesse sentido, Saffioti (2015) utiliza exemplos ocorridos na Inglaterra no século XIX, onde a mão de obra masculina foi substituída pela feminina, por seu valor menor, o qual resultava em maior percentual de lucro.

Como nas manifestações luditas da primeira metade do século XIX os operários ingleses depredam as máquinas tomando-as como responsáveis diretas pelo seu desemprego, os trabalhadores franceses de meio século depois centram na mulher uma hostilidade descabida, sem perceberem que, não ela, mas o sistema, gerava o desemprego (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

Observa-se que as relações desiguais sociais e de gênero estão presentes em diversas áreas do sistema capitalista, mas há aquelas que se podem visualizar de forma maximizada, principalmente quando enxergamos a mulher num contexto cada vez maior de empobrecimento dentro da sociedade capitalista. Essas desigualdades acabam por dar ênfase e colaborar com o sistema patriarcal. “A ideologia patriarcal, por sua vez, é forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana” (SILVA, 2012, p. 89).

[...] Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às

vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade [...] (SAFFIOTI, 2015, p.48).

Segundo Saffioti (2015), o patriarcado não está apenas implícito na família, mas sim em toda sociedade, por isso as brasileiras podem e devem se opor cada vez mais ao machismo.

Scott (1995) afirma que o patriarcado tem suas origens através das relações sociais desiguais existentes entre homens e mulheres. Mas os historiadores mantêm teorias as quais explicam esses problemas. A primeira teoria aponta que as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem em relação com outros tipos de desigualdade. A segunda teoria trata da força física, em relação à qual atualmente ainda existe uma comparação entre homem e mulher. O homem por dominar de maior força física que a mulher, acaba por se apropriar de outros espaços, principalmente no que se refere ao trabalho. “Qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero” (SCOTT, 1995, p. 78). Esta constatação mostra que há uma diferença física que acaba por ser um problema por pressupor um significado permanente.

Perrot (2005) constata que as mulheres sempre trabalharam, mas isso não quer dizer que elas tinham uma profissão. Aponta também que há um modelo quase biologicamente naturalizado das funções da mulher, sendo estas domésticas e maternais.

A noção de “profissão feminina” toma corpo, verdadeiramente, no século 19, em uma conjuntura geral de profissionalização, e, na França, em um equilíbrio demográfico favorável a convocação das mulheres. Uma reflexão, sobre a segmentação do mercado de trabalho se esboça, tendo Jules Simon e Paul Leroy-Beaulieu como testemunhas e porta-vozes de maneiras bem diferentes. O primeiro, muito restritivo ressalta a incapacidade das mulheres para o trabalho criativo – “elas não criam, mas reproduzem maravilhosamente; são copistas de primeira ordem” –, os perigos morais da fábrica e as vantagens de trabalho em domicílio, conciliador de todas as virtudes. Interprete do liberalismo moderno, o segundo insiste, ao contrário, na noção de “profissões próprias para as mulheres” e na possibilidade de aumentar o seu espectro pela formação e por um judicioso uso das aptidões do sexo. O setor terciário, sobretudo, lhe parece conveniente: a instrução – “as mulheres têm, instintivamente, o conhecimento da infância” –, mas também, o comércio, os bancos, as repartições públicas, os correios e telégrafos. A feminização ponderada de certos setores permite uma melhor utilização das capacidades produtivas (PERROT, 2005, p. 254).

Independentemente de a sociedade ser capitalista ou não, sempre houve a segmentação do que é o trabalho para o homem e para mulher, fazendo assim uma segmentação sexual do trabalho, ou seja, a divisão sexual do trabalho.

Perrot (2005) afirma que o termo “fazer carreira” não é algo que estava dentro das perspectivas das mulheres, principalmente na França (recorte abordado pela historiadora em questão), uma vez que, para isso, as mulheres teriam que “abrir mão” do tão desejado casamento no século XIX e nos dias de hoje também.

Outrossim, conseguimos fazer uma comparação com os dias de hoje, já que as mulheres ainda têm menos horas de trabalho profissional que os homens, sendo justificado pela dedicação, naturalização e a responsabilidade com as atividades domésticas.

“[...] As mulheres também querem ter acesso a uma profissionalização que lhes permitam transformar as “qualidades naturais” que lhes são atribuídas, em qualificações oficialmente registradas, única maneira de avaliá-las convenientemente. Em uma sociedade de exames, não existe nenhum outro caminho senão a passagem pelo ensino e a sanção de uma nota ou concurso (PERROT, 2005, p. 256).

Como forma de ilustrar, Perrot (2005) exemplifica com a Alemanha e a França, contando a história do trabalho doméstico nas duas guerras, em que é ilustrado como “fazer uma dona de casa profissional”, transformando cozinha em laboratório e a dona de casa em engenheiro tayloriano. Segundo a autora, isso era organizado por institutos na época, com o objetivo de manter as mulheres em casa e longe do assalariamento. Essa foi mais uma forma de desvalorização do trabalho doméstico, sendo que tal situação dá margem para que ser dona de casa não seja considerado um trabalho, mas sim uma ocupação.

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento), não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho é ainda necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. Todavia, o processo de sua expulsão do sistema produtivo já está esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho. Tanto na economia Feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última que prepara para o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos

compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização das mulheres do sistema produtivo a uma etapa mais avançada (SAFFIOTI, 2015, p. 65).

Podemos compreender então que estamos inseridos em uma sociedade patriarcal, ou seja, onde há preponderância masculina. O papel da mulher nas sociedades capitalistas acaba por se tornar um papel secundário, um papel que serve para dar mais destaque, valorização e relevância ao homem na sociedade.

Saffioti (2015) dá ênfase à instauração de um novo sistema de produção, uma vez que, na passagem de produção de modo feudal para o modo capitalista, grandes foram as mudanças que sucederam na vida dos sujeitos dessas sociedades. Enquanto no feudalismo estava implícito o modo de servidão e desigualdade, o capitalismo torna clara a divisão da sociedade em classes e a exploração econômica e social de uma classe para com a outra, bem como a justificativa para marginalização de alguns setores da população.

Segundo Saffioti (2015), é nesse momento que o sexo passa a intervir de forma efetiva na sociedade, e passa a intervir até mesmo de forma positiva, já que é nesse momento que a figura da mulher passa a fazer parte da sociedade competitiva dentro das classes sociais, o que não muda o fato de que a sociedade capitalista continuou a colocar impasses à realização plena da mulher. Durante séculos, e ainda atualmente, a mulher é alvo de desigualdade social e econômica, e essa desigualdade é uma das justificativas para arrancar o máximo de mais-valia feminina, justificando assim a exploração da mão de obra, da intensificação da jornada de trabalho e de salários mais baixos em relação aos masculinos.

Estar à mercê do sistema capitalista fez com que acontecessem muitas mudanças em todo o sistema econômico e social na sociedade civil e no Estado, tais como o valor da troca, mercadoria e capital, sendo a mercadoria assim definida por Marx (1988, p. 45): “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”.

Ainda, segundo Marx (1988), o que define a utilidade de uma coisa faz dela o valor de uso, ou seja, de alguma maneira isso satisfaz alguma necessidade humana, tendo um conteúdo potencial.

Marx (1988) define a força produtiva de trabalho de acordo com a habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento de ciência, eficácia e condições naturais, sendo nesta última determinação que as mulheres acabam por sofrer

exclusões, pois sempre foi definido que a condição natural de uma mulher está no cuidado, no carinho, no afeto e não em seu desenvolvimento intelectual. Assim, o sexo feminino acaba por ser excluído por não ter todos os requisitos das habilidades de um trabalhador.

Independentemente do contexto econômico, a mulher passa por situações de exploração de sua mão de obra. Mas, segundo Saffioti (2015), no contexto capitalista, a mulher vive num ângulo de marginalização, considerando que este seria um contexto econômico no qual a mulher teria como se desenvolver social e economicamente; mas isso não foi possível, pois, quando houve a ascensão do sistema capitalista, com ele emergiram as categorias trabalho e o assalariamento.

No que tange ao processo de assalariamento do qual participam homens e mulheres, há que se verificar o modo específico em que este processo se desenvolve para representantes de um e de outro sexo e, de outra parte, não somente as contradições neles expressas, mas também a intensificação dessas contradições no trabalho feminino e suas repercussões nas diferentes subestruturas da sociedade (SAFFIOTI, 2015, p. 68).

Eis que existe uma contradição, pois o trabalho tem um significado social e econômico ao sujeito, mas, ao mesmo tempo, a forma como ele se desenvolve no contexto dessas subestruturas faz com que todo tempo aconteçam questionamentos e contradições.

Saffioti (2015) considera que uma empresa tem o desejo e a necessidade do aumento de sua mais-valia, e, para isso, se faz necessário, ou que se tenha menor quantidade de empregados, ou menores salários pagos. Levando em consideração o histórico de submissão e exploração da mulher, isso acaba por elevar o montante de trabalho excedente, ou seja, mais uma forma de exploração e lucro.

Vale reiterar que, quando falamos em gênero, falamos do sexo masculino e feminino, mas quando falamos em feminismo situamos as lutas para igualdade e para o fim da subordinação da mulher em relação ao homem e à sociedade machista e patriarcal na qual vivemos.

### 1.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Segundo a Organização Mundial do Trabalho (*apud* DIAS; MATOS; DUARTE, 2012, p.9) mesmo com todas as tentativas para diminuir as desigualdades

de gênero, levaria 475 anos para haver paridade entre homens e mulheres nas posições mais altas nos setores administrativos.

Hirata (2007) interpreta que, quando consideramos o debate sobre trabalho precário em âmbito internacional, pode-se compreender três indicadores para tal situação, sendo estes:

1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego (HIRATA, 2007, p.26).

Como exposto anteriormente, o trabalho precário acaba por atingir os sujeitos que atuam em uma jornada de trabalho parcial, ou seja, com menos hora de trabalho, o que leva a baixos salários. Dessa forma, sabe-se que as mulheres possuem uma dupla/tripla jornada de trabalho, pois sobre elas recaí a responsabilidade sobre o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e ainda o trabalho profissional.

Biroli (2018) considera que as divisões sexuais já começam no século XIX e XX quando, por estratégia do patriarcado privado, considerou-se em deixar a mulher em casa e em privatizar seu trabalho, fazendo com que a mão de obra feminina se tornasse mais barata em relação à mão de obra masculina. Ademais, considera-se que isso seja um dos fatores para as dificuldades na luta por direitos trabalhistas, tal como a equiparação salarial, e também na desigual designação de tarefas em cuidar dos filhos e do trabalho doméstico.

Hirata (2007) considera que esses indicadores marcam uma divisão sexual da precariedade, considerando que as mulheres têm quantidade de horas inferiores de trabalho em relação aos dos homens, como também níveis mais baixos na escala de qualificação. A autora cita ainda, como ponto de convergência entre os países de Norte e Sul, um aumento significativo da inserção de mulheres em campos de trabalho de profissões intelectuais superiores, como: advogadas, professoras universitárias, pesquisadoras, arquitetas etc., e do outro lado um crescente número

de mulheres em ocupações “consideradas femininas”, como: cuidadoras, enfermeiras, educadoras, serviços particulares, professoras, empregadas, faxineiras, etc..

A intensificação do trabalho é, de modo geral, uma das consequências da flexibilização e da precarização do emprego, mesmo que se observem também causas ligadas ao processo de trabalho e às suas novas formas de organização em um sentido estrito. A intensificação do trabalho é, hoje em dia, a regra tanto no setor secundário quanto no terciário, entre os dirigentes e entre os empregados, seja no Japão, na França ou no Brasil. As consequências desta intensificação são duplas: de um lado, observam-se danos múltiplos à saúde física e psíquica dos trabalhadores (as); de outro, o aumento da distância entre os assalariados (as) e os desempregados e, de modo mais amplo, entre os trabalhadores e aqueles que se encontram sem emprego (HIRATA, 2007, p. 34).

Federici (2017) compreende que as mulheres são afetadas negativamente em todas as classes. Seja no sistema feudal ou no sistema capitalista, as mulheres, de uma maneira ou outra, foram exploradas e subordinadas ao domínio das classes. Quando se compara o sistema feudal com o sistema capitalista, não se busca compreender em qual desses a mulher foi mais ou menos explorada, uma vez que foi no sistema capitalista que surgiu a categoria trabalho e, nessa categoria, o trabalho doméstico passou a não ser considerado mais como trabalho, por ser realizado gratuitamente dentro de suas casas. Ressalta-se assim que as formas de mandar eram igualitárias dentro do sistema feudal, visto que o senhor feudal tomava decisões tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo ele quem mandava no trabalho e nas relações sociais das mulheres. O senhor feudal também tinha o direito de decidir se uma viúva deveria casar-se novamente e até mesmo quem seria seu esposo. Em algumas regiões, o senhor feudal tinha até mesmo o direito sobre o corpo da mulher e poderia deitar-se com ela na noite de núpcias.

A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual (FEDERICI, 2017, p. 52).

Visto assim, a exploração da mulher e de seu corpo acontecia mesmo antes de o capitalismo estar inserido como sistema econômico dominante. Mas, no que se refere à divisão sexual do trabalho, Federici (2017) afirma:

O trabalho no feudo era organizado com base na subsistência. Na aldeia

feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter sua horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho (FEDERICI, 2017, p. 53).

Bezerra (2014) coloca que foi a partir da revolução industrial que a figura da mulher passa a ter mais visibilidade, como também e a dupla opressão que estas vivem, já que mesmo com mão de obra assalariada continuavam responsáveis pelos trabalhos domésticos.

A Política Neoliberal, o ascenso dos movimentos sociais que incendiaram a Europa e a rápida inserção das mulheres no mercado de trabalho desde a década de 1950 nos países ocidentais centrais, que se intensificaram e espalharam por diversas regiões do mundo na década de 1970, formavam o contexto em que surgiu o conceito de Divisão Sexual do Trabalho. Estas transformações provocadas pela crise do Modo de Produção do Capital nos anos de 1970 suscitaram negativas repercussões na vida das mulheres, pois intensificaram a tendência à precarização das condições do trabalho remunerado, assim como aumentaram o montante de trabalho doméstico realizado pelas mulheres, devido à redução de gastos do Estado com as Políticas Sociais (BEZERRA, 2014, p. 52).

Ainda segundo Bezerra (2014), tais situações fizeram ressurgir o movimento feminista francês na década de 1970, o qual era contestatório, e foi a partir daí que se desencadeou o estudo da divisão sexual do trabalho, que se apresentava enquanto conceito analítico em diversas disciplinas.

O Movimento Teórico-político Feminista impulsionou o surgimento de diversos estudos sobre a temática e em pouco tempo formularam-se “as bases teóricas desse conceito” (idem, ibidem). A partir da realidade material, questionava-se a estrutura da divisão do trabalho entre os sexos, o montante de trabalho doméstico realizado de graça e as razões naturalizantes que encobriam a opressão das mulheres a esse tipo desvalorizado de trabalho (BEZERRA, 2014, p. 52).

Ademais, Bezerra (2014) coloca que a divisão sexual do trabalho compreende o trabalho da produção e das reproduções sociais, isso devido às transformações que ocorrem no mercado capitalista no século XX, sofrendo transformações em sua organização e modificando o mercado de trabalho e o sistema de assalariamento.

No entanto, a estrutura familiar ou reprodutiva apesar de ter sofrido modificações na forma como se apresentam, permaneceram estruturadas sob a mesma base material de opressão dos homens sobre as mulheres, ou seja, sob o imperativo da Divisão Sexual do Trabalho típica do sistema capitalista – racista – patriarcal (BEZERRA, 2014, p.53).

Biroli (2018) acrescenta que foi em meados do século XIX e XX que se caracterizaram algumas lutas feministas, das quais resultaram o direito ao voto, à propriedade, à educação e o direito de deixar um casamento, e, através dessas conquistas, pôde-se fazer um contexto favorável para o acesso ao trabalho remunerado e conseqüentemente para a independência da mulher.

Para uma abordagem da divisão sexual do trabalho, tem-se a necessidade do entendimento do trabalho e do trabalho feminino, e como as desigualdades acabam por contribuir nas relações de poder que existem numa sociedade capitalista e patriarcal.

Biroli (2018) compreende que trabalhar a divisão sexual do trabalho significa adentrar num contexto onde historicamente é deferido o que é trabalho de mulher, competência de mulher e lugar de mulher e é necessária a compreensão dessas divisões para entender as hierarquias de gênero, classe e raça, uma vez que a percepção de quem somos no mundo, o que representamos e quais são os nossos papéis, está atrelada à divisão sexual do trabalho. Ainda há de se destacar que é na divisão sexual do trabalho que acontecem as definições de trabalho para as mulheres, das quais os homens são liberados.

Com todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa (BIROLI, 2016, p. 720).

Com o decorrer do tempo, mesmo as mulheres tendo um maior acesso à educação, ensino superior e sua introdução no mercado de trabalho, isso pouco significou no que se refere à divisão das tarefas domésticas e à igualdade de tempo em relação ao homem no trabalho fora de casa.

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a

responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA E GUEDES, 2016, p. 125).

Sousa e Guedes (2016) compreendem que a não consideração dos afazeres domésticos como trabalho ocultou por muito tempo relações assimétricas e de poder. O trabalho doméstico era um dos vínculos do casamento no qual estavam inclusos a subalternidade e opressão entre os sexos. Para o homem ficava a responsabilidade financeira e para as mulheres o cuidado com a casa e a criação dos filhos.

A realização desse trabalho gratuito “ao longo da vida inteira” como se diz da formação hoje, fora do contexto coercitivo (escravidão, servidão etc.), coloca um problema ao sociólogo, notadamente quando: 1) admite-se que se trata efetivamente de trabalho (pois pode-se dizer que não se trata de trabalho, mas de serviços prestados em troca de compensações afetivas, materiais, simbólicas; ou que se trata do resultado de negociações no interior do casal, o que pressupõe necessariamente interação e reciprocidade etc.); 2) postula-se que se trata de amor (pois pode-se dizer que não se trata de sentimento amoroso mas de uma lógica interiorizada, de normas e papéis socialmente impostos, de alienação etc.; ou, do ponto de vista do sujeito, de escolhas estratégicas etc.) (HIRATA, p. 44, 2004).

Sousa e Guedes (2016) justificam a permanência da responsabilidade das mulheres no trabalho doméstico pela relação entre produção e reprodução, que se materializa entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado e nas relações sociais entre os sexos. Dessa forma, naturalizou-se o trabalho remunerado como o do homem e o não remunerado como o de mulher.

Essa oposição entre o masculino e o feminino, no entanto, vem sendo colocada em xeque à medida que as mulheres ocupam mais funções ditas masculinas no mercado de trabalho e na vida pública e os guetos femininos passam também a ser ocupados por homens. Vale ressaltar que o adensamento de mulheres nos espaços historicamente masculinos não significa alteração na essência da divisão social do trabalho, pois ainda há hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino (SOUSA E GUEDES, 2016, p. 126).

Biroli (2018) relata que foi nas últimas décadas do século XX que o perfil do acesso das mulheres brasileiras ao trabalho remunerado e à educação teve uma alteração significativa.

[...] Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Modificaram-se assim, os ritmos e as feições da vida cotidiana. A posição delas se modificou, também, no acesso à escolarização. Hoje têm, em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e o dos homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações. Em todos os casos, é na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições relativas se estabelecem de fato. Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e a profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população (BIROLI, 2018, p. 22).

Sendo assim, percebemos que nas últimas décadas o cenário de desigualdade entre homens e mulheres vem se modificando e caracterizando-se cada vez mais como um cenário de igualdade de gênero, mas quando se trata da mulher negra as relações de oportunidades de gênero não são as mesmas. Como já mencionado, a divisão sexual do trabalho também se divide em classe e raça.

Nesse caso, a concentração de renda é um componente incontornável das hierarquias, embora não suspenda os padrões de gênero na responsabilização pelo trabalho doméstico e no acesso a ocupações. O ponto aqui é que as desvantagens que atingem as mulheres não são suficientes para que se faça delas um grupo minimamente homogêneo. Nessa dinâmica, gênero, raça e classe organizam conjuntamente sua vivência. Em outras palavras, o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, nem é acessório relativamente a essas variáveis (Biroli, 2016, p. 720).

Ademais, gênero, raça e classe acabam por caminhar juntos na luta de igualdade e transformações, uma vez que são as mulheres, pobre e negras, que sofrem cada vez mais os impactos relacionados à desigualdade no cenário brasileiro.

Biroli (2018) considera ainda que a divisão sexual do trabalho não afeta somente as mulheres, mas também os homens, relacionando sua posição de classe e o racismo estrutural que incide sobre esses. São as mulheres brancas que estão mais próximas da igualdade dos homens brancos, apresentando vantagem em relação aos homens negros e mulheres negras. Confirma-se assim:

[...] Quando se observa a distribuição, na população, do trabalho precarizado, as mulheres negras estão na posição de maior desvantagem. Elas são 39% das pessoas que exercem esse tipo de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), pelas mulheres brancas (27%) e, por fim pelos homens brancos (20,6%). Se acrescentarmos entre esses dados o fato de que 98% das pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado são mulheres e que, entre estas, muitas estão inseridas em relações precarizadas de trabalho, teremos um dos eixos em que a divisão sexual do trabalho se funde com as hierarquias entre mulheres, permitindo padrões cruzados de exploração (BIROLI, 2018, p.22).

Dada tal visão, compreende-se a necessidade de entender classe social e gênero. A hierarquia e a desigualdade de gênero existem em diferentes classes sociais e de formas diferentes, uma vez que as mulheres burguesas conseguem explorar o trabalho dos homens e mulheres proletárias. Também deve-se considerar que as mulheres de classes sociais baixas acabam por sofrer maiores formas de responsabilização do trabalho doméstico, visto que as mulheres de classes médias e altas conseguem terceirizar essa atividade, mas isso não quer dizer que não há desigualdade e responsabilização das mulheres em todas as classes sociais.

Como gênero é um aspecto central da divisão do trabalho, tal abordagem faz com que as preocupações feministas se tornem nativas de qualquer descrição bem informada do mundo social. Afinal, a divisão sexual do trabalho – ou “divisão do trabalho por gênero”, como prefere Young – foi a primeira forma histórica da divisão do trabalho. As divisões posteriores, como entre trabalho manual e intelectual, são transformações dentro da divisão primária por gênero. Em suma, conclui a autora, a divisão do trabalho não explica toda a situação das mulheres em uma determinada sociedade, mas qualquer explicação deve passar por ela (YOUNG, 1981, p. 53 *apud* MIGUEL, 2017. p. 1232).

Biroli (2018) constata que a divisão sexual do trabalho produz o gênero, mesmo que isso não aconteça de forma isolada. A autora destaca que a divisão sexual do trabalho acaba por ser a base para a opressão das mulheres: o gênero, desta forma, aparece como fator primordial para a exploração do trabalho das mulheres e da vulnerabilidade que recai sobre elas.

A autora ainda considera que existe um tipo de trabalho no qual as mulheres sofrem maior exploração: o trabalho doméstico, que é realizado majoritariamente pelas mulheres. Porém, vale destacar que ele não é realizado nas mesmas condições por todas as mulheres, sejam elas brancas, negras, pobres, ricas ou de diferentes partes do mundo.

Do mesmo modo, a divisão sexual do trabalho não se organizou historicamente segundo um padrão único. Os padrões variam quando se considera a posição de diferentes mulheres (e homens), levando em conta as relações de classe e de raça (BIROLI, 2018, p, 37).

Sendo assim, ressalta-se que as formas de exploração são diversificadas para as mulheres. Uma mulher negra e pobre acaba por sofrer diferentes formas de exclusão e exploração do que uma mulher rica e branca. Compreende-se então que a desigualdade acaba por ser de gênero, classista, sexista e ainda em relação à nacionalidade das pessoas, nesse caso, das mulheres.

O termo divisão “sexual do trabalho” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Esse tipo de análise foi e continua sendo indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a igualdade profissional homens/mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Mas, a nosso ver, falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como diferenciação para hierarquizar as atividades, portanto os sexos, em suma para criar um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), houve uma tomada de consciência em relação à opressão, que deu início ao movimento das mulheres, tornando evidente que uma enorme quantidade de trabalho era realizada pelas mulheres de forma gratuita, e não sendo para elas próprias, mas sim para os outros; um trabalho imperceptível e sempre realizado em nome da natureza, ou seja, do amor, da fraternidade, daquilo que supostamente “nasceu com a mulher”. Desta forma, o não reconhecimento do trabalho da mulher e a naturalização de sua obrigação passaram a se tornar um impasse às mulheres. Pouco a pouco, essa problematização se tornou análise de trabalho nas ciências sociais (os primeiros trabalhos sendo citados entre 1985 e 1998).

[...]. Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho”. Assim, inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas. Porém, essa noção de articulação logo se

mostra insuficiente, o que nos levou a um segundo nível de análise: a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e das mulheres. Essa foi a origem do que nós, francesas, chamamos de “relações sociais de sexo” [...] (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598).

Hirata e Kergoat (2007) nos mostram que o conceito de divisão sexual do trabalho tem sua origem na França e por isso fica implícita a necessidade em se trabalharem os conceitos de relações sociais de sexo<sup>2</sup>, já que um é indissociável à teorização do outro. Foi esse movimento na França que fez com que se repensassem o trabalho e suas categorias, tais como sua produção e reprodução na sociedade.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa fórmula é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária os homens à esfera produtiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Posteriormente a essa definição conceitual, Hirata e Kergoat (2007) estendem-se com o objetivo de distinguir claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e duas modalidades.

A forma particular da divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Esses dois princípios, o de separação e o hierárquico, fazem-nos distinguir e compreender a valoração e a segmentação dos papéis femininos na sociedade. Mesmo depois de conquistas no mercado de trabalho, ainda os trabalhos considerados pesados remetem à figura masculina e os trabalhos delicados e frágeis são das mulheres. Quando se rompe essa lógica, ainda há resistência para sua aceitação. Referente ao princípio hierárquico, basta considerarmos que o

---

<sup>2</sup> Nesta pesquisa, perpassa-se pelo conceito de Relações Sociais de Sexo de forma breve, já que esse não é foco deste trabalho.

trabalho doméstico não tem valoração alguma e é naturalizado como sendo da mulher.

A posição das mulheres nas relações de trabalho caracteriza-se por formas de exploração de gênero e patriarcado, a qual “trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessados pelo problema da correlação entre divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas” (BIROLI, 2018, p. 27).

Hirata e Kergoat (2007) deferem que os princípios de separação e hierárquico encontram-se em todas as sociedades e são legitimados pela ideologia naturalista. Consideram ainda que a divisão sexual do trabalho pode variar no tempo e no espaço, mas são estáveis na distância entre os grupos de sexo. “Esta análise deve tratar dessa distância, assim como das ‘condições’, pois, se é inegável que a condição feminina melhorou, pelo menos na sociedade francesa, distância continua insuperável” (Hirata e Kergoat, 2007. p. 600).

A divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante, ou seja, ela não é a expressão de escolhas das mulheres e dos homens, mas são essas estruturas de responsabilização desiguais dos trabalhos domésticos que fazem com que existam condições favoráveis a essa reprodução. Essas estruturas incitam julgamentos biológicos e naturais (uma vez que consideram ações e aptidões naturais para homens e mulheres). Quando se fundamentam esses papéis na sociedade e na vida dos sujeitos, alimenta-se essa estrutura e assim passa-se a garantir essa reprodução desigual dos papéis (BIROLI, 2018).

Por isso entendo que a divisão sexual do trabalho é produtora do gênero ainda que não seja isoladamente. Ela compõe as dinâmicas que dão forma à dualidade feminino-masculino, ao mesmo tempo que posiciona as mulheres diferente e desigualmente segundo classe e raça (BIROLI, 2018, p. 44).

A reprodução social que recai sobre as mulheres, que hoje em dia possuem duplas e triplas jornadas de trabalho, está inteiramente ligada ao processo de naturalização das funções mulher-homem, ou seja, a mulher desde criança é naturalizada a ser afetuosa, cuidadosa, etc.. E o menino desde criança é naturalizado a ser o provedor, protetor e etc.. Dessa forma, conseguimos compreender o quanto a divisão sexual do trabalho acaba por produzir o gênero, uma vez que é nesse processo que se identificam quais os papéis que mulheres e

homens devem ocupar na sociedade.

Quando se considera essa lógica naturalista dos papéis da mulher e do homem, acabamos por incorporar a responsabilidade do sustento da família aos homens e do cuidado do lar e dos filhos às mulheres, sendo essa divisão de responsabilidades prejudicial tanto ao homem quanto à mulher.

[...] O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens que se beneficiam coletivamente desse sistema (BIROLI, 2018, p. 28).

Silva (2012) considera que a divisão sexual do trabalho é uma das expressões das desigualdades relacionadas ao sistema patriarcal. A figura masculina tem um papel no qual predominam as atividades ditas como mais importantes; já a feminina tem sua função atrelada ao trabalho doméstico. Isso se dá ao papel hierárquico do homem sobre a mulher e mostra a relação de opressão e dominação que estas ainda vivem no contexto atual. A lógica de feminilidade que perpassa o cotidiano das mulheres configura um motivo para o processo discriminatório da mulher no campo do trabalho, o que reforça as relações de exploração que estas sofrem, fazendo uma naturalização dessa reprodução patriarcal até mesmo nos dias de hoje na sociedade contemporânea.

Silva (2012) coloca que a conexão de patriarcado e capitalismo condiciona formas de exploração do trabalho das mulheres, o que acaba por remeter na divisão sexual do trabalho, fragmentando entre trabalhos para mulheres e trabalhos para os homens, resultando que os trabalhos realizados por estes agreguem mais valor do que os realizados pelas mulheres. O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho não significa que elas tenham se emancipado, pois atualmente ainda persistem relações de subordinação que condicionam sua atuação. Por um lado, vivemos num contexto econômico capitalista no qual a visão lucrativa está implícita, fazendo com que haja setores específicos para as mulheres no mercado de trabalho, e a segmentação faz que aconteça a exploração da força de trabalho delas.

Biroli (2018) coloca como ponto central a diferenciação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Para a autora, o trabalho não remunerado

se refere ao cuidado dos filhos e dos serviços domésticos, deixando assim os homens livres para o trabalho remunerado. “São elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e essa *gratuidade* se define numa relação: o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo [...]” (BIROLI, 2018, p. 28, grifo da autora).

Biroli (2018) ressalta também como o casamento acaba por condicionar a mulher a um papel exploratório dentro da sociedade capitalista, pois os trabalhos domésticos tornam-se gratuitos dentro de um casamento, já que eles não têm valor dentro da casa, mas, quando necessários fora, passam a agregar valor econômico. “Daí a afirmação de que, ‘se um homem se casa com sua empregada doméstica ou com uma prostituta, o mesmo trabalho e a mesma mulher repentinamente se tornam não remunerados e improdutivos’” (BIROLI, 2018, p. 29).

Ainda segundo a autora, os limites dessa exploração não acabam no divórcio, uma vez que, depois do término do casamento, grande parte das mulheres tornam-se responsáveis pelos filhos. As obrigações adquiridas durante o casamento fazem com que essas percebam a divisão da apropriação de seu trabalho, sendo esses: os limites na sua formação e profissionalização e a responsabilização pelos filhos mesmo quando o casamento chega ao fim (BIROLI, 2018).

Para aprofundar o conceito de divisão sexual do trabalho, precisamos compreender também o processo de relação social de sexo, o qual, segundo Devreux (2005), foi um conceito elaborado na França a partir dos anos de 1980:

O ponto mais importante reside na acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social. O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação. No sentido marxista, uma relação social é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos. Com o estudo das relações sociais de sexo assistimos a um enriquecimento do marxismo (DEVREUX, 2005, p. 562).

Cisne e Santos (2018) consideram que a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo. É através das relações sociais que se perpassam as divisões, desde a infância, na divisão sexual dos brinquedos, e, posteriormente, na divisão da força de trabalho e na divisão sexual da política e do poder.

Devreux (2005) traz questionamentos referentes aos conceitos gênero e relação social de sexo, afirmando que este último pode ser dividido em três

modalidades: divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder e categorização do sexo.

Essas três modalidades de divisão e de hierarquização dos homens e das mulheres, de sua atividade de trabalho, de seu poder e dos valores ligados a ambos constituem a relação social de sexo ela mesma, propriamente falando. Conjuntamente, essas três modalidades constituem a relação social de sexo (Devreux, 2005, p. 567).

Deve-se considerar que muito se caminhou ao longo dos anos no que se refere aos direitos das mulheres em relação aos homens, mas tem-se uma distância muito grande para se chegar à igualdade. Os fatores que mais influenciam nesse aspecto são o tempo livre e a renda, uma vez que o homem não tem a “responsabilidade do trabalho doméstico” como as mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Quando trabalhamos a divisão sexual do trabalho, estamos discutindo como o trabalho da mulher acaba por ser diferenciado em relação ao do homem, isto é, desvalorizado em relação a este. Assim, Devreux (2005) expressa que a divisão sexual do trabalho perpassa toda a sociedade e, desta forma, articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo.

Como mencionado, Hirata e Kergoat (2007) elucidam que o termo “divisão sexual do trabalho” tem sua origem na França nos anos de 1970, com o impulso dos movimentos feministas. A divisão sexual se dá em relações profissionais e também do trabalho doméstico. Os homens têm vantagens quando se trata do “profissional”, já que o trabalho do provedor ainda é seu e o trabalho doméstico ainda é da mulher, mesmo quando esta tem um trabalho fora. Nesse contexto, conseguimos caracterizar a dupla jornada de trabalho da mulher, na qual ela tem o trabalho público (profissional) e também o trabalho privado (doméstico).

A presença das mulheres no mercado de trabalho coloca novas facetas à questão das tarefas domésticas – que continuam sendo responsabilidade delas. Permanece a transferência de trabalho de mulheres para homens e a dupla jornada significa que há um fardo desigualmente distribuído. Mas há também o impacto na posição feminina no trabalho assalariado (MIGUEL, 2017, p. 1232).

Segundo Dias, Matos e Duarte, (2012) as relações de gênero são profundamente desiguais e são as mais diversas mundialmente falando, seja na vida

cotidiana ou no trabalho. O valor do trabalho atribuído de forma diversificada para homens e mulheres é um exemplo disso, vivenciado em muitos países.

Sabe-se ainda que tais relações assimétricas são baseadas em dimensões tradicionais e estereotipadas da divisão sexual do trabalho e continuam a organizar nossas relações. Ainda que seja verdade que homens e mulheres vêm participando de atividades produtivas (às vezes idênticas) no mercado de trabalho, é importante reconhecer as segregações em determinadas ocupações e as desigualdades inaceitáveis em termos de salários, por exemplo (DIAS; MATOS; DUARTE, 2012 p. 9).

Para Sousa e Guedes (2016), a mulher mesmo tendo inserção no mercado de trabalho não se livra nem ao menos passa a dividir de forma igualitária o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos com o homem ou com seu cônjuge. A relação entre mulher e trabalho mudou à medida que sua jornada de trabalho duplicou.

Ainda, Souza e Guedes (2016) correlacionam dois termos: o trabalho público e o privado, e esta divisão nada mais é do que a separação do trabalho entre homem e mulher. O trabalho público é o trabalho do homem, remunerado, visualizado e valorizado, enquanto que o trabalho privado é o trabalho doméstico, da mulher, sem valor, apenas visto por ela, seu cônjuge e filhos. A relação do trabalho doméstico sem valor passa pela relação do trabalho mal remunerado das mulheres, que, por sua grande carga de trabalho em casa, acabam por trabalhar menos horas em relação aos homens no trabalho público.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD/IBGE, os dados referentes a horas trabalhadas entre homem e mulher no ano de 2004, relacionados ao ano de 2014, apresentam que a diferença de tempo remunerado é de no mínimo 5 horas a menos para a mulher, uma vez que esta tem tempo restrito para sua dedicação de trabalho fora.

TABELA 1: HORAS TRABALHADAS PROFISSIONALMENTE POR SEMANA EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2004.

| Região       | Masculino    | Feminino     | Diferença    |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Sul          | 44,87        | 36,04        | -8,83        |
| Sudeste      | 44,91        | 37,32        | -7,59        |
| Nordeste     | 41,69        | 32,15        | -9,54        |
| Centro-Oeste | 46,43        | 36,45        | -9,98        |
| Norte        | 43,30        | 33,86        | -9,44        |
| <b>Media</b> | <b>44,24</b> | <b>35,16</b> | <b>-9,08</b> |

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136

Organização: Os autores

TABELA 2: HORAS TRABALHADAS PROFISSIONALMENTE POR SEMANA EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2014

| Região       | Masculino    | Feminino     | Diferença    |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Sul          | 42,5         | 36,59        | -5,91        |
| Sudeste      | 42,67        | 37,05        | -5,62        |
| Nordeste     | 39,34        | 32,08        | -7,26        |
| Centro-Oeste | 43,13        | 36,82        | -6,31        |
| Norte        | 40,26        | 33,45        | -6,81        |
| <b>Media</b> | <b>41,58</b> | <b>35,20</b> | <b>-6,38</b> |

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136

Organização: Os autores

A região Nordeste do Brasil se destaca por ser a região onde as mulheres têm menos tempo para o trabalho pago. A região Centro-Oeste foi a que, durante esses 10 anos de análise, teve a maior conquista para as mulheres nesse sentido, pois a diferença em 2004 era de quase 10 horas a menos do trabalho remunerado em relação ao homem, e em 2014 a diferença é de 7 horas a menos trabalhadas semanalmente.

Aqui fica claro o que destacaram Hirata e Kergoat (2007) e Sousa e Guedes (2016) sobre o trabalho de homens e mulheres: a relação da dupla jornada da mulher acaba por afetar diretamente em sua remuneração, visto que o trabalho doméstico consome seu tempo, fazendo com que ela se dedique menos ao trabalho público em relação ao homem.

Sousa e Guedes (2016) analisam também, através dos dados PNAD/IBGE, as horas de afazeres domésticos entre homens e mulheres nos anos de 2004 e 2014:

TABELA 3: HORAS DE TRABALHO DOMÉSTICO POR SEMANA EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2004

| Região       | Masculino    | Feminino     | Diferença    |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Sul          | 10,39        | 26,10        | 15,71        |
| Sudeste      | 11,14        | 26,71        | 15,57        |
| Nordeste     | 11,22        | 29,25        | 18,03        |
| Centro-Oeste | 9,85         | 25,52        | 15,67        |
| Norte        | 10,55        | 24,60        | 14,05        |
| <b>Media</b> | <b>10,63</b> | <b>26,44</b> | <b>15,81</b> |

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136

Organização: os autores

TABELA 4: HORAS DE TRABALHO DOMÉSTICO POR SEMANA EM CADA REGIÃO BRASILEIRA NO ANO DE 2014

| Região       | Masculino     | Feminino     | Diferença                |
|--------------|---------------|--------------|--------------------------|
| Sul          | 10,51         | 23,51        | 13,00                    |
| Sudeste      | 10,91         | 25,05        | 14,14                    |
| Nordeste     | 11            | 27,01        | 16,01                    |
| Centro-Oeste | 10,57         | 24,48        | 13,91                    |
| Norte        | 11,58         | 24,23        | 12,65                    |
| <b>Media</b> | <b>10,914</b> | <b>24,86</b> | <b>13,94<sup>3</sup></b> |

Fonte: Souza, Guedes, 2016, p. 136

Organização: os autores

No ano de 2004, a maior diferença era da região Nordeste, onde as mulheres acabavam por trabalhar mais de 18 horas semanais em serviços domésticos em relação aos homens, e, em 2014, passando-se 10 anos, a diferença foi de apenas 2 horas de trabalho a menos, ou seja, 16 horas de serviço doméstico a mais do que os homens.

Souza e Guedes (2016) destacam ainda que a dedicação dos homens é maior que a dedicação das mulheres no trabalho público, mas isto se deve à obrigatoriedade que estas têm sobre o trabalho doméstico. Podemos acrescentar que, muitas vezes, as mulheres acabam por sofrer a precarização do trabalho por aceitarem trabalhos informais, com mais flexibilidade de horários em seu trabalho público, a fim de ter maior dedicação ao trabalho doméstico. Essa não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou, e ainda silencia, por muito tempo a dupla jornada de trabalho das mulheres na sociedade civil.

Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social (SOUZA, GUEDES, 2016, p. 125).

Como mencionado anteriormente, a figura da mulher historicamente remete a algo frágil, dócil e delicado, e, conseqüentemente, suas funções estão atreladas ao

<sup>3</sup> Os dados da referente pesquisa foram retirados do artigo “A desigual divisão do trabalho: um olhar sobre a última década”, de Luana Passos de Sousa e Dyeggo Rocha Guedes, do ano de 2016, mas as análises referentes a estes dados correspondem a interpretação própria.

cuidado e ao amor, enquanto o homem possui a figura do cuidador, provedor, responsável e suas atribuições se dão por essas “características” que a figura masculina apresenta.

A divisão sexual do trabalho se constitui no paradigma em que existe o trabalho do homem e o trabalho da mulher, assim como funções que cada um deve desempenhar, tanto historicamente quanto contemporaneamente. As mulheres são marcadas por segmentos, divisões e desvalorizações da sua figura para o mercado formal de trabalho.

A divisão sexual do trabalho nos traz concepções de que o homem tem um valor social maior referente à mulher e isso se deve aos princípios de separação que predominam, os quais afirmam existir trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, com papéis definidos através da ideologia naturalista, a qual rebaixa o gênero ao sexo biológico.

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como fundamentadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, restrições que se definem pelo gênero, pela raça e pela classe social conformam as escolhas, impõe desigualmente as responsabilidades e incitam a determinadas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (BIROLI, 2016, p. 737).

A mulher no mercado de trabalho é uma expressão de conquistas ao longo dos anos, porém devemos considerar que esta inserção trouxe a elas a dupla jornada de trabalho. Mesmo com todas as lutas feministas e por igualdade, a mulher conseguiu sua integração ao mercado de trabalho, mas não deixou o trabalho doméstico agregado à sua obrigação.

Saffioti (2015) considera que a mulher é responsável pela reprodução da sociedade, ou seja, existe uma dependência da sociedade com ela, e essa mesma sociedade deveria procurar reduzir as problemáticas que uma gravidez traz à mulher, como seu afastamento do mercado de trabalho. Nesse sentido, considera-se que a licença maternidade deu maior segurança à mulher que trabalha, já que ela tem um período posterior para sua recuperação e sua volta ao trabalho. Mas ainda assim são muitas as responsabilidades colocadas sobre a mulher, que estão, em sua grande maioria, relacionadas ao cuidado dos filhos e do cônjuge. Por exemplo,

quando estes ficam doentes, é responsabilidade da mulher cuidar, o que a leva a faltar ao trabalho. Assim, justificam-se os motivos das empresas pelo baixo número de contratação de mulheres.

Saffioti (2015) coloca que são fatores de duas ordens diversas que justificam sobre a mulher no mercado de trabalho: a ordem social e a ordem natural.

Esses fatores biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda sua existência, o que, por vezes, tem consequências extremamente desastrosas quer para o equilíbrio da personalidade feminina, quer para socialização dos filhos, quer ainda para as relações conjugais (SAFFIOTI, 2015, p. 85).

Os fatores considerados como de ordem natural se acrescentam aos fatores de ordem social, uma vez que a naturalização de funções das mulheres afeta diretamente sua vida social e profissional. Saffioti (2015) afirma que uma das razões para a descontinuidade do trabalho feminino está inteiramente ligada a essa questão.

Como já mencionado anteriormente, um trabalho significa muito mais do que amonetização da mão de obra. Para a mulher, Saffioti (2015) considera que significa também participar da vida comum, sair da natureza para fazer cultura, mas principalmente sentir-se mais segura na vida; assim, o trabalho para a mulher acaba por torna-se fonte de equilíbrio.

Há de se considerar, segundo Saffioti (2015), as famílias proletárias, uma vez que essas, diante dos limites de suas possibilidades, adotam a ideologia da classe dominante, compreendendo que o papel da mulher está ligado exclusivamente aos afazeres domésticos, ou seja, ser dona de casa. Assim, as próprias mulheres passam a acreditar que seus papéis estão ligados a essas funções naturalizadas como suas, e isso dá embasamento às empresas que contratam as mulheres para justificar que os salários podem não ser altos, mas são suficientes para os gastos de uma mulher. Fatores como esses tiram a responsabilidade econômica da mulher nos gastos da casa e dos filhos e acaba por responsabilizar o homem pela geração de renda dentro da casa.

Muitos são os fatores que envolvem a exclusão das mulheres do mercado de trabalho, principalmente das mulheres proletárias, devendo ser considerado todo

o contexto histórico que emerge sobre essas. A luta de classes nos mostra o contexto de desigualdade em que vivemos na sociedade capitalista, que é formada por proletários e burgueses, os quais são explorados e exploram, respectivamente. Considera-se que uma sociedade dividida em classes é uma sociedade desigual, que nunca chegará à igualdade dos seus membros, pois, para existirem os detentores dos meios de produção faz-se necessário existir a classe trabalhadora, explorada para o interesse desses.

A mulher sempre foi explorada independentemente do contexto socioeconômico que vivemos, mas a mulher sente a desigualdade no trabalho somente na sociedade capitalista, pois é apenas nessa configuração que emerge a categoria trabalho.

A divisão sexual do trabalho começa com uma sociedade patriarcal onde se considera a palavra do homem como lei, que deve ser ouvida e obedecida. Essa formação deu-se num contexto histórico e familiar que hierarquiza as atividades do homem e da mulher dentro da família patriarcal.

O conceito debatido dentro dessa discussão passa pela divisão sexual do trabalho, e analisa a diferenciação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho, bem como a desigualdade do trabalho doméstico entre os homens, e essas divisões são usadas para hierarquizar as atividades dos homens e das mulheres, criando assim uma sociedade de gênero.

Como já mencionado anteriormente, o conceito de divisão sexual do trabalho problematiza a segmentação de que os homens estão ligados à esfera produtiva, enquanto as mulheres estão na esfera reprodutiva. Existem ainda os princípios organizadores: princípio da separação e princípio hierárquico, os quais consideram que há trabalho de homens e de mulheres e que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher, respectivamente.

Dadas essas considerações sobre uma sociedade dividida em classes, uma sociedade patriarcal onde a mão de obra da mulher é explorada e dominada, e ainda uma sociedade na qual o trabalho é dividido em gênero, acredita-se na necessidade de compreender como se dá essa divisão sexual do trabalho dentro de um contexto de mulheres empobrecidas, as quais não tiveram acesso à educação quando crianças e jovens, as quais necessitam de políticas públicas para manterem seus filhos na escola, as quais necessitaram ingressar em um trabalho precário para a

geração ou complemento de renda dentro de suas casas.

A participação e o reconhecimento das mulheres no mercado de trabalho são conquistas históricas que revelam momentos de lutas e resistências das mulheres para ocuparem seus espaços. Sabe-se que muito mudou no decorrer dos anos, mas ainda existem obrigações e papéis destinados às mulheres que precisam ser modificados e avançados. Na maioria das vezes, tais papéis são naturalizados às mulheres, sem que essas muitas vezes questionem o porquê de isso acontecer.

Segundo Sousa e Guedes (2016), as relações sociais de sexo são dinâmicas e não lineares; assim, avanços e retrocessos podem acontecer e variar de acordo com os sujeitos e o cenário envolvido, configurando novas relações em antigas tensões.

Como vem sendo argumentado, compreende-se que as mulheres fazem parte de uma classe social e são oprimidas pelo capitalismo e pelo patriarcado, fazendo com que o processo de desigualdade se torne latente para essas. Dessa forma, é imprescindível buscar refletir como as ações governamentais podem amenizar tais efeitos, uma vez que as mulheres, tendo uma dupla/tripla jornada de trabalho, necessitam de políticas públicas que permitam sua participação no mercado de trabalho.

O papel do Estado é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça (SOARES, 2004, p.114).

Compreende-se que há determinadas responsabilidades do Estado em uma construção de uma sociedade igualitária. Para isso, necessita-se que ele intervenha através de políticas públicas para as mulheres, que permitam sua inserção e participação no mercado de trabalho.

O Estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades e do seu papel determinante nas ações capazes de combater as desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. É indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade (SOARES, 2004, p.144).

Soares (2004) compreende que o Estado não assume um papel neutro

diante das desigualdades de gênero, uma vez que possui dentro de sua organização secretarias e coordenadorias de políticas públicas para as mulheres.

As políticas públicas precisam ser capazes de abranger os mais diversos sujeitos que foram prejudicados pelo sistema econômico atual. O Estado precisa estar à frente e garantir a cidadania das pessoas.

Por exemplo, ao atuar no mercado de trabalho, ampliando as possibilidades de emprego das mulheres, é preciso pensar nas condições para que haja uma articulação entre sua vida profissional e doméstica, ou seja, é preciso atuar também na oferta dos serviços de atenção às crianças. A mesma situação aplica-se às políticas de combate à violência, que devem estar integradas às ações de apoio às mulheres vítimas de violência com medidas que permitam sua autonomia econômica. As políticas públicas precisam deixar de tratar de forma segmentada os direitos da cidadania (SOARES, 2004, p.115).

Compreende-se a dificuldade da mulher na inserção no mercado de trabalho, como também na sua permanência depois dos filhos, uma vez que sua responsabilização pelo trabalho doméstico e pela educação das crianças faz com que essa muitas vezes não consiga retornar ao mercado de trabalho depois da licença maternidade, pois passaria a ter uma dupla/tripla jornada de trabalho.

Há uma necessidade de políticas públicas tanto para os filhos, quanto para as mulheres, demandando a intervenção do Estado para que as mulheres consigam ingressar e/ou retornar ao mercado de trabalho profissional sem serem lesadas monetariamente, uma vez, quando essas não retornam a seus trabalhos, ficam à mercê e na dependência financeira de seus companheiros, ou então acabam por optar por trabalhos flexíveis e precários.

Esse dilema com que muitas mulheres ainda convivem, qual seja o de ser mãe ou estar no mercado de trabalho, não faz mais sentido neste século. O sofrimento de muitas mulheres ao vivenciarem o trabalho remunerado e conquistar sua educação e ao mesmo tempo arcar sozinhas com a responsabilidade de criar os filhos, não pode mais ser admitido, considerando-se que é possível uma ação do Estado em agir no sentido de permitir uma vida plena. Para colocações desta natureza, as respostas enfocam, invariavelmente, que a divisão sexual do trabalho dentro de casa não cabe ao Estado. No entanto, é preciso reafirmar que o Estado deve exercer um papel fundamental na construção e na oferta de equipamentos públicos como escola em período integral, creches para todas as crianças etc. que permitam a articulação da vida pública e privada (SOARES, 2004, p. 117).

Nesta perspectiva, é a política de Assistência Social, na sua forma mais

recente, que tem avançado nesse caminho. Mariano e Carloto (2009) colocam que a política de assistência social brasileira tem como parâmetro o combate à pobreza com prioridade a programas de transferências de renda, e esses programas priorizam o repasse de rendas para as mulheres.

A política de assistência social brasileira orienta-se pela perspectiva das políticas de combate à pobreza. Desde a década de 1990 têm recebido destaque os programas focalizados de transferência de renda. Os principais deles são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PBF, sendo o primeiro sem e o segundo com condicionalidades. As transferências condicionadas de renda priorizam o repasse de renda às mulheres e envolvem-nas em uma rede de obrigações com as ações estatais. Desse modo, referimo-nos a políticas e programas com claro marcador de gênero e, a partir de perspectivas feministas, os interpelamos acerca da condição de cidadania das mulheres usuárias (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 903).

Assim como essas, outras políticas públicas, que não serão aqui exploradas por questão de recorte de objeto de pesquisa, são exemplos de políticas públicas destinados especificamente às mulheres e mães, as quais mostram a necessidade de suporte frente às questões desiguais que as mulheres/mães vivem na sociedade brasileira. Também se destaca a importância dessas políticas em relação a uma forma de independência da mãe e mulher.

Segundo Soares (2004), as políticas públicas devem vir para enfrentar possíveis desigualdades que são latentes em nossa sociedade. As políticas públicas significam redistribuir de forma igualitária recursos entre homens e mulheres, bem como minimizar os impactos atuais e futuros numa perspectiva econômica.

Conceber políticas que visem a igualdade entre homens e mulheres, significa que o Estado tem que abordar outros temas além dos que usualmente estão nas suas pautas: tratar das opções<sup>4</sup> sexuais dos indivíduos, tratar da articulação entre a questão racial com a questão de gênero, tratar da gravidez na adolescência, tratar do direito das mulheres que trabalharam fora, mas que seja sem tanto sofrimento. Para agir nestes eixos que constroem a desigualdade, as políticas públicas devem incidir nos seguintes âmbitos: 1) na desigualdade de gênero, que surge das construções socioculturais e históricas, que transformam as diferenças sexuais em discriminações e se expressam na divisão sexual do trabalho, no acesso diferencial e hierarquizado aos recursos, tanto materiais como simbólicos, assim como ao poder, nas suas mais distintas expressões; 2) na divisão sexual do trabalho, que faz com que a designação quase exclusiva das tarefas domésticas de caráter reprodutivo e de cuidado das pessoas

---

<sup>4</sup> Mesmo não sendo o foco desse estudo, é válido compreender que não se usa mais a expressão “opções sexuais” e sim “orientações sexuais, pois considera-se que essa é nata e não uma escolha. “Cabe lembrar que orientação sexual diz respeito ao foco dos desejos dos sujeitos, e identidade de gênero ao gênero ao qual a pessoa se identifica.” (YARED E MELO, 2018, p. 191)

caibam às mulheres; 3) no acesso diferenciado, do uso e do controle dos recursos produtivos (do trabalho, terra, capital, informação, novas tecnologias, recursos naturais), atuar assim nas limitações que as mulheres têm para gerar renda, obter benefícios, de acordo com sua contribuição, assim como se incorporar nos processos de mobilidade social; 4) na distribuição desigual do poder, entre homens e mulheres e nas dificuldades que as mulheres encontram para participar ativamente dos processos de decisão, tanto em casa, como na comunidade, na sociedade. Interferir nos obstáculos que impedem as mulheres de intervir na definição dos recursos, dos objetivos, dos programas e das políticas, ou seja, da participação das mulheres nos momentos de decisão (SOARES, 2004, p. 119).

Segundo Godinho (2004), as demandas de políticas públicas para as mulheres reivindicam a colaboração do governo para as mulheres cidadãs, a fim de modificar as desigualdades sociais. Para isso, a inserção do Estado deve acontecer nas mais diversas áreas onde exista a desigualdade de gênero.

Dessa forma, considerando esse estudo bibliográfico e a particularidade do trabalho da mulher em uma sociedade de classes, patriarcal e que explora sua mão de obra, mais uma vez destaca-se a necessidade de estudar a divisão sexual do trabalho dentro das associações de catadores. Trata-se de um trabalho precário, realizado em sua maioria por homens no contexto brasileiro; mas, quando trazemos a amostra da cidade de Ponta Grossa – PR, essa situação se inverte, mostrando que uma grande maioria desse trabalho é realizado por mulheres. Diante disso, no segundo capítulo buscaremos compreender como se deu a formação de catadoras e catadores no contexto brasileiro, como também as diferenciações e implicações no trabalho de catador para homem e para mulher.

## CAPÍTULO 2

### **AS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: LUTAS E CONQUISTAS NO CONTEXTO BRASILEIRO E A REALIDADE DE PONTA GROSSA**

Não vou aceitar as coisas que não posso mudar.  
Vou mudar as coisas que não posso aceitar.  
(Ângela Davis)

As catadoras e catadores de materiais recicláveis são protagonistas de uma história de sofrimentos, lutas e conquistas dentro do cenário brasileiro, uma vez que fazem parte de uma categoria profissional explorada e trabalham em condições insalubres.

Este capítulo tem por objetivo apresentar o contexto da catadora e do catador no cenário brasileiro, como também explanar como se encontram e como foi a formação das quatro associações de reciclagem na cidade de Ponta Grossa – PR, e, por último, trazer as especificidades de cada associação, nas quais foram realizadas observações que nos auxiliaram a conhecer esse cenário municipal e a compreender suas diferenças frente a toda uma realidade brasileira.

#### **2.1 OS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A REALIDADE NO CENÁRIO BRASILEIRO**

Sempre fez parte da sociedade o lixo produzido pelo ser humano, uma vez que uma sociedade que visa ao consumo exacerbado acaba por produzir e descartar cada vez mais, aumentando assim o consumismo; porém, cabe questionar: para onde vai todo esse lixo que é produzido e não é reutilizável?

Horst (2015) considera que foi somente na década de 1970 que o lixo passou a incomodar a sociedade. Inicialmente, a preocupação era com seus efeitos na saúde das pessoas, e, com a urbanização, ruas de cidades passaram a servir de depósito de lixo.

A partir da emergência dos movimentos ambientalistas, os aterros sanitários eram indicados como alternativa viável à destinação dos resíduos, em substituição aos lixões – forma mais barata e ainda muito utilizada na

destinação do lixo e que se liga a problemas sanitários, ambientais e sociais. Contudo, os próprios aterros já se mostram insuficientes; seu espaço é limitado dentro dos aglomerados urbanos e, se sua utilização não for adequada, pode resultar na contaminação da água e do solo (HORST, 2015, p. 79).

Segundo Waldman (2010), nas sociedades humanas o lixo é indissociável das atividades realizadas pelo homem e pela mulher. Ainda no período paleolítico, os ocupantes das cavernas colocavam resíduos nas reentrâncias das rochas. Já nas civilizações agrárias, havia a preocupação com os restos agrícolas, sendo esses exemplos de como a geração do lixo está ligada à trajetória humana. “De um ponto de vista semântico, podemos certificar que lixo seria todo o material inútil, todo material descartado posto em lugar público, tudo aquilo que ‘se joga fora’, ‘não presta’ [...]” (WALDAMAN, 2010, p. 18).

Waldaman (2010) considera ainda que as pessoas não enxergam o lixo que produzem como sua responsabilidade, e sim veem essa responsabilidade como dos catadores, da sociedade, da prefeitura, mas não como sua.

O que é Resíduo Sólido? A NBR (Norma Brasileira Registrada) n.º 10.004/1987, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece que resíduos sólidos são os que se apresentam “no estado sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas partículas tornem inviáveis o lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível” (Norma Brasileira Registrada nº10.004/1987 *apud* Waldaman, 2010).

Dessa forma, compreende-se como se dá o processo de lixo e a denominação de Resíduos Sólidos, para assim entender o contexto dos catadores na sociedade.

Todo material descartado é visto como inutilizado, uma vez que não se tem mais utilidade para quem o descartou. Dessa forma, buscam-se alternativas para seu reaproveitamento<sup>5</sup> dentro da sociedade.

---

<sup>5</sup> BRASIL (2013). Ressalta também que a reciclagem tomou proporções diferentes de apenas benefícios econômicos, uma vez que essa nos dias atuais evita externalidades do próprio processo produtivo, tais como: perda de recursos madeireiros e não madeireiros, danos ao ciclo hidrológico, perda da biodiversidade, danos à saúde ocupacional e uma questão muito importante, refere-se à redução do consumo de energia. Dessa forma, compreende-se que a reciclagem extrapolou os

Pinhel (2013) traz-nos que há registros de compradores de sucata, principalmente de garrafas e materiais ferrosos, no bairro do Brás, em São Paulo, denominados como “garrafeiro”. Aos poucos, a figura do “garrafeiro” foi desaparecendo e dando lugar à figura do catador(a), sendo esse a figura responsável por recolher os resíduos recicláveis em diferentes locais sem precisar pagar ou trocar por algo.

No decorrer do século XX houve uma mudança no perfil desse trabalhador, acarretada pelo crescimento das cidades e pelo modelo consumista que passou a imperar na sociedade. A urbanização intensa e o estilo de vida adotado alteraram significativamente a quantidade de resíduos sólidos gerados, enquanto houve um aumento do nível de desemprego em razão das exigências para acesso ao mercado de trabalho, que restringiram as possibilidades de sobrevivência para importantes contingentes sociais. Nas últimas décadas, o Brasil mudou seu tipo de lixo em quantidade e qualidade, em volume e em composição, estando muito diferente daquele que se produzia há quarenta anos (PINHEL, 2013, p.18).

Assim, elencamos a figura do(a) catador(a) como sendo um(a) trabalhador(a) responsável por essa atividade de reaproveitamento do material descartado.

Nesse prisma, os trabalhadores e trabalhadoras que se auto reconhecem como catadores(as) de material reciclável realizam um serviço de utilidade pública muito importante no contexto atual das cidades, atuando na coleta de materiais para reciclagem que, caso fossem descartados, ocupariam maior espaço em aterros, sanitários e lixões (BRASIL, 2013, p.5).

Segundo Pinhel (2013), surgiram outros materiais além do papel e da sucata nas últimas décadas, sendo esses os produtos descartáveis (embalagens) que têm vida curta no ciclo do consumo capitalista. “Muitas embalagens não alcançam mais de sessenta dias entre saída da indústria e a chegada ao lixo. Só no Brasil se movimentam mais de 7 milhões de toneladas de embalagens por ano” (PINHEL, 2010, p. 18).

A trajetória dos(as) trabalhadores da reciclagem vem desde sua nomenclatura até seu reconhecimento em 2002, através da portaria n.º 397, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a qual reconhece o trabalho das catadoras e dos catadores de material reciclável.

Foi através da organização dos próprios trabalhadores que direitos foram

---

limites econômicos, passando pelo processo produtivo e hoje a reciclagem tornou-se um objeto de *status*, pois passou a estar associadas a países desenvolvidos.

conquistados cada vez mais e a voz e a representatividade dos catadores (as) foram intensificadas. Essa intensificação veio quando surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, movimento esse que consolidou e representou catadoras e catadores em diferentes situações.

Pasqueleto (2018) afirma que o Movimento Nacional dos Catadores surgiu de uma articulação nacional dos catadores(as) objetivando articulação e diálogo através de uma força política para com o poder público, a fim de buscar a exigência e o cumprimento de diversas leis. Segundo Pasqueleto, (2018, p. 48):

Portaria nº 397, de 2002, do MTE, que inseriu na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) a profissão de catador de material reciclável; no mesmo ano foi criado o Comitê Interministerial de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC); em 2006, contou-se com o Decreto Presidencial nº 5940, que institui a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal; em 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e, em 2010, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305 após 20 anos de tramitação no Congresso Nacional e o Programa Pró-Catador (IPEA, 2012, 2013).

Para Silva (2006), o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é um reflexo de um movimento articulado acompanhado de atores sociais que, desde a década de 50, aprenderam a viver e sobreviver do lixo, fazendo dele sua fonte de renda. Mas ressalta-se que foi apenas em 2001 que o grupo se organizou politicamente e deu origem ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR):

[...] protagonizará mudanças e criará oportunidades de trabalho no campo da reciclagem dos resíduos sólidos alinhando nos últimos anos os discursos de governação ambiental, protagonismo no cenário de direitos do trabalho e reconhecimento como parceiro prioritário das instâncias municipais e federais na coleta seletiva do material reciclável (SILVA, 2006, p. 11).

Silva (2006), Brasil (2013) e Pinhel (2013) destacam que em 2001 aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores(as) de materiais recicláveis em Brasília-Distrito Federal, e teve por objetivo impulsionar a luta dos catadores(as) por diversas regiões do país. Nessa mesma época, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressava as necessidades da população que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Nesse

documento, podem ser ressaltados três grandes eixos reivindicatórios: “propostas de ações do MNCR em relação ao Poder Executivo, à cadeia produtiva da reciclagem e à cidadania dos moradores de rua” (SILVA, 2006, p. 15):

À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias de poder as questões inerentes a sua cidadania social e atividade profissional. Assim, o Estado brasileiro, em suas distintas esferas administrativas, tem instituído nos últimos anos uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas sobre a gestão dos resíduos sólidos, muito em medida da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana. Esses atos normativos, ao incidirem sobre todas as etapas que compõem o processo de gestão dos resíduos sólidos (desde a sua geração, até o seu descarte, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, beneficiamento e disposição final), passam a regular o comportamento de todos os atores envolvidos, como o próprio poder público, as empresas, os consumidores e, evidentemente, os catadores (BRASIL, 2013, p. 32).

Já em 2003, segundo informações de Pinhel (2013), aconteceu o 1º Congresso Latino-americano de Catadores, com catadores de vários países, no qual foi divulgada a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores da América Latina e unifica a luta desses trabalhadores(as). Assim, podemos observar como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis começou a mostrar sua força e como conseguiu se articular com as mais diversas regiões do país.

Com a *Declaração dos Princípios e Objetivos*, o MNCR norteia suas ações para a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe. No que concerne à vida do trabalhador, o documento busca a coleta de recicláveis feita por catadores, o pagamento aos catadores pelos serviços de coleta, o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva dos recicláveis, a conquista de moradia, o acesso à saúde, à educação, e as às creches para eles e a suas famílias. Do ponto de vista da gestão dos resíduos sólidos, o documento defende o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sua sobrevivência signa de todos.

O surgimento do MNCR promoveu uma articulação sociopolítica dos catadores em prol de seu protagonismo, buscando garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva. Os catadores começam a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao envolvimento político de sua organização, que conseqüentemente promove modificações em seu perfil (PINHEL, 2013, p. 27).

É através dessas lutas e conquistas que evidenciamos a identificação e

consolidação da profissão de catador(a). Hoje, o Movimento Nacional dos Catadores identifica e representa milhares desses espalhados pelo Brasil, sejam eles organizados em formas de cooperativas, associações, ou catadores individuais. Foi também através dessas lutas que leis, decretos, políticas, projetos de financiamento se viabilizaram em prol dos catadores(as) de materiais recicláveis.

[...] dificilmente os catadores conseguirão auferir melhores remunerações e maior poder de negociação, seja com outras empresas na comercialização, seja com o poder público na formação de parcerias, sem que antes consigam alcançar maior grau de organização interna de sua força de trabalho, o que contribui para a melhoria não só econômica do grupo, mas também em âmbito político e social, uma vez que é por meio dos coletivos que os catadores passam a consolidar uma classe de trabalhadores organizada (PASQUALETO, 2017, p.49).

Os catadores(as) representam em elo frágil dentro da cadeia da reciclagem, mostrando que sua distribuição pelo Brasil não é homogênea, como também a precariedade está implícita nesse trabalho.

À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias de poder as questões inerentes a sua cidadania social e atividade profissional. Assim, o Estado brasileiro, em suas distintas esferas administrativas, tem instituído nos últimos anos uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas sobre a gestão dos resíduos sólidos, muito em medida da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana. Esses atos normativos, ao incidirem sobre todas as etapas que compõem o processo de gestão dos resíduos sólidos (desde a sua geração, até o seu descarte, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, beneficiamento e disposição final), passam a regular o comportamento de todos os atores envolvidos, como o próprio poder público, as empresas, os consumidores e, evidentemente, os catadores (BRASIL, 2013, p. 32).

Em 2010, foram criados dois novos marcos normativos de grande importância: a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador (BRASIL, 2013). Ressalta-se que a Lei n.º 12.035/2010, a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, traz a responsabilidade dos resíduos sólidos aos geradores e ao poder público. Destaca-se também a aplicação de mais de R\$ 500,00 mil nos últimos seis anos para a promoção da reciclagem por meio de cooperativas de catadores(as), também consolidando o Movimento Nacional dos Catadores, que é exemplo de representação dessa categoria profissional, como já

mentionado anteriormente (BRASIL, 2016).

Segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ocorreu por intermédio da Lei n.º 12.305 de 2 de agosto de 2010, e uma das principais conquistas trazidas pela referida lei é a “responsabilidade compartilhada”, a qual responsabiliza todos os atores envolvidos no processo de fabricação, descarte e reciclagem dos resíduos. Esse termo “responsabilidade compartilhada” também é conhecido como “lógica reversa” e refere-se à ideia de todos estarem envolvidos na responsabilização da reciclagem, sendo esses: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores(as), titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Lourenço e Lira (2012) compreendem que a lógica reversa vem desde a década de 90, impulsionada pelas questões referentes à preocupação com a preservação do meio ambiente. Segundo os autores, a lógica reversa pode ser entendida da seguinte forma:

A logística reversa atua em duas grandes áreas, a logística reversa de pós-venda e de pós-consumo, sendo estas diferenciadas pelo estágio ou fase do ciclo de vida útil do produto retornado. A logística pós-venda se ocupa do equacionamento e operacionalização do fluxo físico e das informações logísticas correspondentes de bens pós-venda, sem uso ou com pouco uso, que por diferentes motivos retornam aos diferentes elos da cadeia de distribuição direta (LORENÇO; LIRA, 2012, p. 22).

Ou seja, a lógica reversa refere-se à destinação do produto depois de já vendido e já consumido, retornando esses materiais para suas origens. Um exemplo que pode ser destacado sobre a lógica reversa refere-se às lâmpadas, considerando que essas não são recicláveis ou reutilizáveis, faz-se necessário um descarte correto; então, as empresas que as fabricaram têm a responsabilidade de recolhê-las e dar a destinação correta.

O êxito da gestão compartilhada dos resíduos sólidos, conforme preconiza a PNRS, requer das prefeituras municipais o comprometimento com a inclusão social dos catadores, a inserção efetiva destes agentes nos programas de coleta seletiva, além do reconhecimento das externalidades sociais e ambientais da atividade de catção. No entanto, a inserção dos catadores de forma estratégica na implementação de uma política tão complexa e que necessita de um enorme esforço de coordenação, conforme estabelecido na PNRS, não é algo trivial, uma vez que se trata de um

campo permeado por muitas tensões, dificuldades e constrangimentos (BRASIL, 2013, p. 38).

Outrossim, o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) compreende que a PNRS traz aos catadores(as) a necessidade da organização e mobilização, uma vez que estes farão diálogos com poder público e demais tipos de organizações e, para isso, precisam estar organizados e cientes do que a PNRS acrescenta em suas vidas.

Silva (2015) considera que o surgimento dos catadores(as) de materiais recicláveis ainda é algo novo no cenário brasileiro e sua organização como um movimento social ainda é bastante recente, com particularidade forte no contexto latino-americano. A informalidade da profissão do catador(a) e o estigma ligado ao manuseio e trabalho com o lixo fez que essa passasse despercebida pelos historiadores.

Pinhel (2013) acredita que os catadores(as) fazem parte de uma massa de desempregados que, por várias determinantes, como idade, condição social, baixa escolaridade, não encontraram nenhum outro lugar no mercado de trabalho formal. Relaciona-se, dessa forma, a atividade da catação com níveis extremos da pobreza e da exploração, e essas pessoas são marcadas por situações de violência e preconceito.

O crescimento da atividade de catação tem fortes vínculos com níveis extremos de pobreza. Parte dessas pessoas busca materiais recicláveis em sacos de lixo na rua ou marca presença nos lixões à procura desses resíduos. Entretanto, a maioria coleta resíduos recicláveis para vender, o que lhes permite sustentar suas famílias, cuja qualidade de vida é péssima, em especial para as crianças, sujeitas aos riscos de viver no lixo e do lixo (PINHEL, 2013, p. 19).

Para Bosi (2008), o trabalho dos catadores(as) está relacionado às formas alternativas de geração de trabalho e renda para os trabalhadores considerados como “excluídos”. O trabalho do catador(a) de materiais recicláveis não é recente no Brasil, mas esses passaram por anos despercebidos. Quando quantificados, os números de catadores(as) em 2005 no Brasil já se calculava em milhares. Estima-se que a população de catadores(as) no Brasil já teria ultrapassado 1 milhão de trabalhadores. “Se considerarmos, por exemplo, que no ano de 1999 existiam cerca de 300 mil trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis, o aumento percebido

em relação ao ano de 2005 foi superior a 240%” (BOSI, 2008, p. 103).

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) traz-nos o questionamento relacionado à categoria social dos catadores, uma vez que essa é marcada pela heterogeneidade entre seus membros. Parte dos catadores exerce a catação em tempo integral e por muitos anos, alguns desde a infância, passando essa atividade a ser seguida pelos filhos, acredita-se que por falta de melhores opções de trabalho. Ressalta-se também que outros sujeitos iniciam nessa atividade por questões contingenciais, como, por exemplo, a falta de emprego. Além disso, considera-se que alguns sujeitos participam da atividade intercalando com outros trabalhos, ou até mesmo trabalham como catadores nos intervalos entre um emprego eventual e outro. Há catadores que seguem uma rotina de trabalho, outros que fazem esse trabalho com dinâmicas mais flexíveis, trabalhando menos horas ou em dias variados. Dessa forma, compreendemos que a categoria social dos catadores não é homogênea, variando entre os sujeitos envolvidos.

Segundo Pinhel (2013), foi a partir da década de 1990 que as campanhas de coleta seletiva e inclusão de catadores começaram a se intensificar, apoiadas pelo governo, organizações não governamentais, instituições sociais, incubadoras, etc.. Esse apoio era principalmente em questões referentes a políticas e ações no gerenciamento de resíduos. “Consequentemente, começaram a surgir alternativas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes. Uma das alternativas que tem se mostrado bastante eficaz é a organização em cooperativas” (PINHEL, 2013, p. 19).

Há que se destacar que as incubadoras tiveram um papel essencial no que se refere ao apoio e fomento na organização dos catadores em cooperativas e associações, uma vez que as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) buscam alternativas para formação e complemento de rendas de sujeitos que procuram trabalhar dentro dos princípios da Economia Solidária.

A Economia Solidária tornou-se tão importante para os catadores formados em associações e cooperativas que essa se quantifica através do banco de dados Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES)<sup>6</sup>. “O Sies visa fazer um

---

<sup>6</sup> Esse trabalho não tem como objetivo discutir os dados do SIES, mas ressalta-se a importância de citar esse banco de dados que disponibiliza a distribuição dos empreendimentos de catadores que trabalham sob a perspectiva da Economia Solidária.

levantamento nacional desses empreendimentos para verificar informações sobre diversas dimensões de seu funcionamento” (BRASIL, 2013, p.26).

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) coloca que o SIES teve dificuldades para realizar o mapeamento, uma vez que esse sistema não constitui um censo, mas citam-se aqui alguns desses resultados:

TABELA 5: SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE RECICLAGEM NO CENÁRIO BRASILEIRO

| %  | Situação do empreendimento <sup>7</sup> |
|----|-----------------------------------------|
| 38 | Informalizados                          |
| 34 | Associações                             |
| 28 | Cooperativas                            |

Fonte: Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013)  
Organização: a autora.

Desses empreendimentos acima mapeados, 49% se encontram no Sudeste do país, 28% no Sul, 11% no Nordeste, 6% no Norte e 6% no Centro-Oeste (BRASIL, 2013). No entanto, não se pode negar que o trabalho associativo tem se disseminado nos últimos anos entre os catadores no Brasil, e que atualmente representa uma possibilidade real de organização produtiva, geração de renda e inclusão social de milhares de famílias envolvidas nesse tipo de trabalho (BRASIL, 2013, p. 29).

As associações de catadores de materiais recicláveis representam cada vez mais sujeitos que foram excluídos do mercado de trabalho e hoje encontram-se dentro da informalidade; porém, percebe-se que esse é um trabalho insalubre, marcado por diversas situações de risco para os sujeitos.

A catação dos resíduos recicláveis no Brasil tem como marca a baixa participação de empresas privadas na coleta, a presença maciça de trabalhadores informais e uma participação pouco significativa dos poderes públicos em programas de coleta seletiva. Nesse contexto, a possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração. Assim, a estruturação de cooperativas busca romper algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização de resíduos, com o intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores (PINHEL, 2013, p. 20).

<sup>7</sup> Os empreendimentos mapeados pelo Sistema de Informações de Economia Solidária se caracterizam apenas por empreendimentos autogestionários e que atuem conforme os princípios da Economia Solidária.

Em relação à atividade organizacional, considera-se a importância de as associações possuírem maquinários próprios, como também seu local para trabalho e estar com a associação/cooperativa formalizada. Sendo assim, Brasil (2016) define a atividade organizacional dos catadores nos seguintes níveis: grupo 1: desorganizados e sem equipamentos; grupo 2: catadores que têm alguns equipamentos; grupo 3: com organização formal, mas incapazes de produção; grupo 4: organizados formalmente, capazes de produção e ampliação tanto da estrutura física quanto do aumento do número de catadores na associação; grupo 5: organizações de catadores com grande processo produtivo e tecnologia avançada; grupo 6: a organização faz a transformação da matéria-prima secundária em produtos acabados e/ou semiacabados.

Segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), a profissão de catador entrou, em 2002, para o documento “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO) e foi dessa forma que a categoria profissional do catador passou a ser identificada nas pesquisas domiciliares, sendo essas: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) e os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Antes disso, a nomenclatura dada aos catadores chegava a ser pejorativa, como também não representava a eles próprios.

Ainda segundo o mesmo relatório, a situação dos catadores(as) no Brasil deve ser compreendida de maneira heterogênea, pois são muitas as variáveis que podem influenciar na produção, renda ou mesmo na dedicação do catador(a) ao empreendimento, podendo ser essas: serem donos ou não dos equipamentos de produção, acesso a créditos que beneficiem a associação/cooperativa, estabelecimentos, parcerias, entre outros (BRASIL, 2013).

Para formalização dos catadores como trabalhadores, o Ministério do Trabalho coletou dados através do PNAD de 2012 e o CENSO de 2010 e foi feita uma tentativa para retratar a situação dos catadores no Brasil. Assim, “em 2010 foram promulgados dois novos marcos normativos de grande importância para o fortalecimento dos catadores e suas organizações coletivas de produção: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Programa Pró-Catador” (BRASIL, 2013, p. 35).

Ressalta-se que o reconhecimento da profissão do catador(a) pelo Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE) e a organização e a representatividades desses pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) mostram a ampliação dessa categoria profissional. “Hoje, sua categoria profissional é oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações e eles são protagonistas de um importante movimento político” (PINHEL, 2013, p. 25).

A crescente organização dos catadores constitui um divisor de águas na história desses trabalhadores. Tendo na atuação em grupo uma ferramenta na inserção social, eles vêm estabelecendo seus deveres como profissionais e conquistando seu direito a emprego, renda, respeito e uma vida mais digna. De habilidade simples, como aquela exercida pelo “garrafeiro” ao tocar o sino quando percorria as casas de antigamente passam a ter que desenvolver habilidades mais complexas, inserindo-se de maneira efetiva e significativa na cadeia da reciclagem. Os catadores chegam aos dias atuais caracterizados como profissionais - “catador de matéria reciclável” - e protagonistas de um crescente e importante movimento (PINHEL, 2013, p. 26).

A partir dos dados do Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), percebe-se que as atividades dos catadores(as) são realizadas através de relações informais, fazendo com que esses não tenham acesso a muitos direitos trabalhistas. Essa informalidade também dificulta o reconhecimento da profissão pelos órgãos de administração pública e instituições de pesquisa. Destaca-se no relatório citado que há uma estimativa de 387.910 catadores(as) no Brasil, sendo que destes 58.928 estão no Sul do país, 161.417 no Sudeste, região com a maior concentração desses profissionais no país, 116. 528 no Nordeste, 29.359 no Centro-Oeste e 21.678 no Norte, sendo este último onde tem a menor concentração de catadores(as). Nesses dados, o número mais elevado de mulheres está no Sul, com uma porcentagem equivalente a 34,10%.

Segundo Pereira e Goes (2016), o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável estima que há entre 800 mil e 1 milhão de catadores e catadoras no Brasil, dado este do ano de 2002. Há uma divergência entre esse dado e a pesquisa do Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), no qual consta que o número de catadoras e catadores no Brasil não chegava a 400 mil. Essas questões são explicadas pela dificuldade na quantificação do trabalho do catador(a), atividade que é marcada pela

informalidade.

O trabalho do(a) catador(a) de material reciclável no Brasil tem crescido cada vez mais (como se verá adiante) e é através da organização em associações e cooperativas que cada vez mais se tem o reconhecimento do catador(a). Mas há de se considerar que este ainda é um trabalho insalubre, precário e no qual a renda continua baixa para seus sustentos.

Os dados, segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), constataam que a média de idade dos catadores está entre 39 e 40 anos, tendo pouca variação de região para região. Além disso, 25,5% encontram-se entre 18 e 29 anos. Tais dados são referentes a todo o território brasileiro. Ressalta-se que o número de homens catadores representa 69,9% dos catadores, contra 31,1% das mulheres, ou seja, nestes dados, os homens são a maioria em relação às mulheres. Nesse relatório, também consta a análise de que existe justificativas em relação ao número de homens ser tão superior ao das mulheres no processo da reciclagem, já que as mulheres podem compreender a atividade da catação como complementar, por exercerem atividades referentes ao trabalho doméstico e o cuidado com o lar e a família. “O maior percentual de mulheres foi encontrado na região Sul, com 34,1%, enquanto que o menor foi no Nordeste, 29,3%” (BRASIL, 2013, p. 48).

Outras desigualdades dignas de nota em termos de renda do trabalho dos catadores são diagnosticadas quando se verificam as médias por gênero e raça. Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino. Em termos raciais, os catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos), que é de R\$ 525,22 (BRASIL 2013, p. 54).

Como já mencionado anteriormente apenas 31% dos catadores são mulheres, o que deixa claro que este é um trabalho mais vulnerável para as mulheres, e se trata de um trabalho insalubre, como o próprio Ministério da Saúde coloca. Essa profissão tem um perfil majoritário: homem, pobre e negro, sendo a área urbana o principal ponto de referência desses trabalhadores, uma vez que o lixo reciclável tem uma característica da região urbana e não da rural (BRASIL,

2013).

Catadoras e catadores enfrentam diversos desafios relacionados ao próprio manuseio de resíduos, atividade que nem sempre é reconhecida por seus benefícios ambientais e econômicos para uma cidade. Catadoras também enfrentam o fardo adicional de ter que lidar com a reprodução de relações de gênero hierarquizadas em casa, no ambiente de trabalho e em suas respectivas comunidades. (DIAS; MATOS; DUARTE, 2012, p. 1).

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) constata que a formalização da força de trabalho do catador(a) consta em apenas 38%, sendo um número baixo. A concentração do número de catadores(as) se dá na região Sudeste com 161.417 trabalhadores, que corresponde a 41,6% do total. A seguir vem a região Nordeste com 30%, após vem o Sul (15,2%), Centro-Oeste (7,5%), e por fim o Norte, com 5,6% do total.

Com relação à renda dos catadores(as) de materiais recicláveis, ressalta-se que tal renda é em média de R\$ 571,00, enquanto que o salário-mínimo na época (2012) era de R\$ 510,00, ou seja, eles ganhavam um pouco mais que um salário-mínimo. Os indicadores nos mostram que a maior renda está no Sudeste, com R\$ 629, 89, seguido pelo Centro-Oeste, com R\$ 619,00, após vem o Norte, com R\$ 607, 25, já a renda do Sul corresponde a R\$ 596,90 e finalizando com o Nordeste, com R\$ 459,34. Vale relembrar que o Nordeste Brasileiro é a segunda região com maior número de catadores(as) no Brasil e, nos indicadores de análise Brasil (2013), aparece como a região com renda inferior a todas as outras. Em termos de gênero, a renda tem grandes mudanças: os homens ganham em média R\$ 611,00 mensais, enquanto a mulher ganha R\$ 460,00, ou seja, há uma diferença de 32% a menos da renda de um para o outro. Em termos de raça, também temos uma disparidade, já que a média para a renda mensal dos negros está em R\$ 525,22, enquanto para os brancos está em R\$ 642,98 mensais, sendo então 22% a menos.

Pode-se assim relacionar que, apesar de as mulheres não serem a maioria entre os catadores(as) brasileiros, vemos que a desigualdade de gênero passa por caminhos extremos, em que a mulher chega a ganhar 32% a menos que o homem dentro das associações de catadores(as) desempenhando a mesma função. Isso nos faz questionar por que acontece essa discrepância tão grande. Essa discussão nos mostrou que o trabalho dos catadores(as), além de informal, é marcado pela

desigualdade de gênero e raça, como também pela baixa escolaridade e pouco acesso às políticas públicas.

Os dados segundo o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) e de acordo com Censo (2010) compreendem que, em relação ao analfabetismo, os catadores(as) são 20,5% analfabetos. No Nordeste, 34% são analfabetos, seguido pelo Centro-Oeste (17,6%), Norte com (17,2%), já o Sul em quarto lugar com 15,5% e por último Sudeste 13,4%. No Brasil, 36% dos brasileiros têm ensino médio completo, sendo que nesse índice os catadores(as) são apenas 11%, ou seja, há um grande número de analfabetos e um baixo número de trabalhadores com o ensino médio completo entre os catadores(as).

O Brasil ainda apresenta taxas preocupantes de analfabetismo. Segundo o Censo 2010, esse valor chega a 9,4% da população. O analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social, com forte impacto negativo na sua qualidade de vida e de sua família. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Entre as catadoras e os catadores, esse percentual atingiu 20,5%, ou seja, mais que o dobro nacional. A região Nordeste apresentou a situação mais preocupante, com 34% desses trabalhadores se declarando analfabetos. Já a região Sudeste possui a menor taxa de analfabetismo, 13,4% (BRASIL, 2013, p.59-60).

Apresentam-se os dados das catadoras(es) em âmbito nacional para melhor considerar os objetivos dessa pesquisa. Faz-se necessário apresentar também os dados referentes às catadoras(es) no município de Ponta Grossa – PR.

Destaca-se que no ano de 2017 o programa em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do Núcleo temático Questão ambiental, gênero e condição de pobreza<sup>8</sup>, realizou uma pesquisa quantitativa com os catadores de materiais recicláveis que estavam vinculados às associações existentes na cidade. A pesquisa foi realizada nas quatro associações e contou com

---

<sup>8</sup> O núcleo em questão, no ano de 2017, realizou uma pesquisa com os catadores da cidade de Ponta Grossa, sobre a (in) segurança alimentar desses sujeitos. Para isso, foram aplicados, com participação ativa desta pesquisadora, questionários com perguntas fechadas e uma aberta, buscando saber o que era “comer bem” para essas pessoas. O relatório dessa pesquisa está disponível nos arquivos do programa e nos possibilitou dados que servem de comparativo para a situação dos catadores em âmbito municipal.

a participação de setenta<sup>9</sup> associados.

Dessa pesquisa surgiu um relatório, o qual nos fornece alguns dados importantes de serem contextualizados, referentes à situação educacional, socioeconômica e o acesso dos catadores(as) a programas de assistência social.

Na tabela abaixo, é possível vislumbrar características individuais dos catadores que estão trabalhando em associações<sup>10</sup> em Ponta Grossa:

TABELA 6 – CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS – ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES – PONTA GROSSA – 2017

| <b>Categorias</b> | <b>Variáveis</b>        | <b>Freq.</b> | <b>%</b> |
|-------------------|-------------------------|--------------|----------|
| Sexo              | Masculino               | 18           | 25,7     |
|                   | Feminino                | 52           | 74,3     |
| Faixa etária      | 18 a 35 anos            | 25           | 35,7     |
|                   | 36 a 50 anos            | 30           | 42,9     |
|                   | 51 a 60 anos            | 11           | 15,7     |
|                   | Mais de 60 anos         | 4            | 5,7      |
| Estado Civil      | Solteiro(a)             | 33           | 47,1     |
|                   | Casado(a)               | 32           | 45,7     |
|                   | Viúvo(a)                | 5            | 7,1      |
| Raça              | Sem resposta            | 2            | 2,9      |
|                   | Branca                  | 31           | 44,3     |
|                   | Parda                   | 28           | 40,0     |
|                   | Negra                   | 8            | 11,4     |
|                   | Indígena                | 1            | 1,4      |
| Escolaridade      | EF incompleto           | 50           | 71,4     |
|                   | EF completo             | 10           | 14,3     |
|                   | EM incompleto           | 4            | 5,7      |
|                   | EM completo             | 4            | 5,7      |
|                   | Assina o nome           | 2            | 2,9      |
| Anos de estudo    | Sem resposta            | 8            | 11,4     |
|                   | Não frequentou a escola | 8            | 11,4     |
|                   | Até 4 anos              | 20           | 28,6     |
|                   | De 5 a 8 anos           | 30           | 42,9     |
|                   | De 9 a 11 anos          | 4            | 5,7      |

Fonte: Relatório Catadores (In) Segurança Alimentar  
Autores: Raiher. *et al* (2018).

Como podemos observar na tabela acima, de setenta sujeitos que responderam a pesquisa, cinquenta e duas são mulheres, sendo apenas dezoito

<sup>9</sup> Esses dados são relevantes para comparação com os dados referentes à situação educacional, socioeconômica e o acesso às políticas de assistência social.

<sup>10</sup> A pesquisa não abrangeu os catadores que trabalham na rua.

homens. Em relação à faixa etária, 42,9% estão entre trinta e seis e cinquenta anos, seguida de 35,7% entre dezoito e trinta e cinco anos. Sobre a raça, 44,3% consideram-se brancos e 40,0% consideram-se pardos. A escolaridade, como mostra a tabela, é outro dado preocupante, uma vez que 71,4% dos sujeitos mostram-se com ensino fundamental incompleto, ou seja, das setenta pessoas com as quais foram aplicadas esse questionário, cinquenta encontram-se nessa situação de escolaridade, sendo que 42,9% responderam que estudaram entre cinco e oito anos.

Em relação ao nível de escolaridade por gênero, Raiher *et al.* (2018) alertam que as mulheres detêm uma formação educacional menor, como podemos observar no quadro, já que essa pesquisa mostrou que 55,6% dos homens têm o ensino fundamental incompleto, contra 76,9% das mulheres.

TABELA 7: PERCENTUAL DOS ASSOCIADOS EM CADA NÍVEL DE ESCOLARIDADE – GÊNERO – ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES – PONTA GROSSA – 2017

| ESCOLARIDADE  | GÊNERO (%) |          |
|---------------|------------|----------|
|               | Masculino  | Feminino |
| EF incompleto | 55.6       | 76.9     |
| EF completo   | 16.7       | 13.5     |
| EM incompleto | 16.7       | 1.9      |
| EM completo   | 5.6        | 5.8      |
| Assina o nome | 5.6        | 1.9      |

Fonte: Relatório Catadores (In) Segurança Alimentar  
Autores: Raiher *et al.* (2018).

Se compararmos aos dados nacionais, compreende-se primeiramente que os homens são a maioria no que se refere às pessoas que exercem a atividade da coleta. As mulheres são 31,3%, em contrapartida os homens representam 68,9% dos catadores no Brasil.

Neste momento do trabalho, para que se possam empreender maiores reflexões, tentando trazer um panorama da realidade da reciclagem em Ponta Grossa, torna-se importante destacar especificamente como surgiram e como funcionam as associações de reciclagem na cidade, conforme os itens a seguir.

## 2.2 ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR: GESTÃO E FUNDAÇÃO.

Na cidade de Ponta Grossa – PR existem quatro associações de catadores(as) de materiais de reciclagem, localizadas distantes uma da outra, sendo essas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Oficinas (ACAMARO), Associação de Recicladores Rei do “Pet” (ARREP), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Rússia (ACAMARU) e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Uvaranas (ACAMARUVA).

Como já mencionado anteriormente, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi uma maneira de articular os catadores(as) em âmbito nacional e dialogar junto com o poder público. Dentre essas leis e decretos, destaca-se a importância da Lei n.º 12.305, a qual instituiu a Lei dos Resíduos Sólidos. Essa lei traz diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público.

Em relação a leis municipais, na cidade de Ponta Grossa – PR temos a Lei n.º 12.657 de 2016, a qual dá prioridade para a educação ambiental, a coleta seletiva, o programa de geração de renda mínima e a inclusão social dos catadores(as) de materiais recicláveis – “pró-catador”. Essa lei também dá apoio e fomento à organização produtiva dos catadores(as) de materiais recicláveis, melhorando suas condições de trabalho e renda, e também a expansão da coleta seletiva dos resíduos sólidos.

As associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa – PR estão ligadas à Secretária Municipal de Meio Ambiente, mantendo forte vínculo com a prefeitura da cidade. Contam também com outras parcerias externas, tanto públicas, quanto privadas, como é o caso da própria UEPG com a incubação de uma dessas associações, conforme se contará mais adiante.

As quatro associações de catadores(as) recebem material do programa municipal Feira Verde<sup>11</sup>, que, dependendo da associação, leva diariamente ou semanalmente materiais para os catadores(as). Há também o programa Ponto de Entrega Voluntária (PEV), o qual é um programa municipal que conta com depósitos

---

<sup>11</sup> O Programa Feira Verde é um programa municipal que tem por objetivo a troca de materiais recicláveis por frutas, verduras, legumes, ovos e mel, com a população de Ponta Grossa. O programa ainda não tem a abrangência em todos os bairros da cidade.

para materiais recicláveis em pontos de grande fluxo de pessoas na cidade. As pessoas deixam voluntariamente o material e não recebem nada em troca, sendo esse material recolhido pela prefeitura municipal, que terceiriza essa coleta e entrega, e é levado para as associações fazerem o processo de triagem, separação, pesagem e enfardamento desse material.

De acordo com as observações<sup>12</sup> realizadas nas associações, os materiais vão de acordo com a demanda necessária para cada associação. Dessa forma, tem associações que recebem mais materiais e tem associações que recebem menos materiais. Há também pessoas que entregam voluntariamente direto na associação os materiais recicláveis.

Apesar de o Programa Municipal Feira Verde ser um programa de incentivo para sociedade, uma vez que ele oferece algo em troca para quem deseja trocar o material, os associados relatam que os melhores materiais (mais limpos, sem sujeira e realmente recicláveis) vêm do Ponto Entrega Voluntária. Em relação à importância do setor municipal frente ao fortalecimento da reciclagem, citamos o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013, p. 14):

Um dos principais instrumentos a serem levados em conta para o fortalecimento da reciclagem é a instalação, nos municípios brasileiros, de programas de coleta seletiva, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado por famílias e empresas. Tais programas, além de possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais diversos, também reduzem os impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, uma vez que permitem a redução do volume a ser descartado e seu redirecionamento para uma destinação mais adequada.

Em Ponta Grossa, pode-se dizer que há, portanto, essa iniciativa de fortalecimento e incentivo à reciclagem, que se configura pelo apoio às associações no que diz respeito à entrega de material para triagem nas mesmas, pagamento do local de funcionamento da associação, assessoria na parte contábil de cada uma das associações, assim como o incentivo também realizado pelo programa Feira Verde. Contudo, não se pode deixar de destacar que neste processo são diversos os desafios ainda para se percorrer, especialmente com relação à questão de gênero e

---

<sup>12</sup> Foram realizadas observações nas associações de catadores de materiais recicláveis como parte da pesquisa empírica dessa investigação.

divisão sexual do trabalho dentro das associações, como poderá ser percebido mais adiante neste trabalho.

Antes disso, entende-se como necessário destacar aqui elementos de formação de cada uma das associações para que se conheça mais sobre cada uma delas, sendo que assim, no momento de discussão do objeto desta pesquisa, possam se compreender melhor as falas e posicionamentos das participantes.

Segundo a Ata<sup>13</sup> da Assembleia Geral de Fundação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro da Nova Rússia- ACAMARU, essa foi fundada no dia 12 de abril de 2006, com os interessados reunidos no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora do Pilar – Palmeirinha. Essa assembleia teve como objetivos: a aprovação do Estatuto Social da Associação de Catadores em questão e a eleição da diretoria e do conselho fiscal para a tomada de posse. Entre os trâmites legais para efetivação do trabalho da associação, esta também tinha o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas dos catadores, através de um trabalho organizado. A associação contava com o apoio da prefeitura e com a participação de chefes e diretores da Divisão Ambiental, funcionários da Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Também nesse mesmo dia houve a leitura e acompanhamento do estatuto, citando os direitos e deveres dos associados, responsabilidades dos associados, atribuições dos membros da diretoria, do presidente e do conselho fiscal. Também foi falado sobre o trabalho na associação, despesas, comercialização dos materiais.

Ainda segundo a Ata da assembleia, a organização dos catadores em associação trata-se de um processo que reduziria os gastos no processo da coleta até a comercialização dos materiais. A prefeitura disponibilizaria o barracão e o trabalho de separação e preparo seria o lucro dos associados.

No dia da fundação da Associação em questão, houve a participação de vinte associados, mais os representantes citados anteriormente. A diretoria da associação formou-se por: um homem presidente, um homem vice-presidente, um homem primeiro-secretário, uma mulher segunda-secretária, um homem primeiro-tesoureiro, um homem segundo-tesoureiro, três homens formando o conselho fiscal, e três mulheres de suplente destes.

---

<sup>13</sup> A ata da Associação foi disponibilizada pela Secretária Municipal de Meio Ambiente da cidade de Ponta Grossa – PR. Existe uma certa dificuldade na interpretação da ata, uma vez que essa não se encontra escrita adequadamente.

Constatamos então que a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Nova Rússia (ACAMARU) contou com o apoio da prefeitura para sua realização, sendo que a primeira diretoria da associação foi composta majoritariamente por homens, e as mulheres que estavam nos cargos de diretoria acabavam por assumir funções secundárias ou de suplência.

Em relação à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Oficinas – ACAMARO, a ata de fundação dessa associação consta que, no dia 08 de março de 2006, na sede da Associação de Moradores Divino Espírito Santo Núcleo Araucária Maria Otilia, foi realizada a assembleia geral, convocada pelo presidente da comissão provisória, com objetivos: leitura e aprovação do Estatuto Social da Associação de Catadores em questão, eleição da diretoria e conselho fiscal, tomada de posse e assuntos em geral.

Essa assembleia contou com a participação das seguintes autoridades: Diretor do Departamento de Ação Ambiental; Chefe da Divisão de Desenvolvimento Socioambiental e o Assessor da Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

A ACAMARO também tinha como objetivo melhorar a condição socioeconômica dos associados, através de um trabalho organizado. Nessa assembleia, também foi citado o apoio que a prefeitura poderia dar para associação assim que ela fosse legalizada. Nessa mesma assembleia, teve a aprovação que o presidente da comissão provisória (o mesmo que solicitou a assembleia) iria ser assessorado e acompanhada pelo mesmo.

Em relação à composição da diretoria e do conselho fiscal da ACAMARO, ficou definido que seria uma diretoria composta por seis associados e o conselho fiscal seria composto por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes.

Ressalta-se que, nessa mesma ata de fundação, houve um acordo com o estatuto aprovado que a diretoria e o conselho fiscal teriam a validade de dois<sup>14</sup> anos. Depois de discutida e aprovada com unanimidade, a primeira diretoria da ACAMARO ficou definida como: um homem presidente, um homem vice-presidente, uma mulher como secretária, uma mulher como vice-secretária, um homem como tesoureiro, e um homem como vice-tesoureiro. O conselho fiscal ficou definido como: duas mulheres e um homem como membros efetivos, e como suplentes ficaram

---

<sup>14</sup> Posteriormente serão explicadas as contradições entre teoria e prática nessa associação.

também duas mulheres e um homem.

Nessa assembleia estiveram presentes um total de trinta sócios-fundadores<sup>15</sup> da associação de catadores de materiais recicláveis do bairro de oficinas e ainda as demais autoridades públicas.

Sobre a fundação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Uvaranas (ACAMARUVA), a ata de sua fundação informa-nos que foi no dia 16 de março de 2006, na Escola Municipal Carlos Ribeiro de Macedo na Vila São Francisco, que se reuniram 36 catadores de materiais recicláveis da região de Uvaranas e a equipe do Departamento de Ação Ambiental em assembleia geral, convocada pela presidenta provisória da associação, para tratar da leitura e aprovação do Estatuto Social da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Uvaranas (ACAMARUVA); eleição da diretoria e do conselho fiscal e tomada de posse das mesmas, como também tratar dos assuntos gerais que poderiam permear a associação.

Em relação ao poder público, estavam presentes: Diretor do Departamento de Ação Ambiental, Chefe da Divisão de Ação Ambiental, Chefe da sessão de Educação Ambiental, Chefe da Seção da Coleta Seletiva.

Essa associação também tinha como objetivo a melhoria socioeconômica dos associados através de um trabalho organizado. Também foi citado o apoio que a prefeitura poderia dar depois de legalizada a associação quanto a assessoramento e comercialização dos materiais recicláveis.

Em relação à leitura e aprovação do Estatuto Social da associação, foram frisados os direitos e deveres dos associados, responsabilidades desses e atribuições da diretoria e do conselho fiscal.

Vale ressaltar que, nessa assembleia, houve o questionamento se os caminhões da prefeitura iriam até a casa dos associados para reconhecer o material coletado e houve como devolutiva uma resposta positiva, desde que o material para ser coletado fosse em grande quantidade e com muita distância entre a casa do associado e o barracão em questão.

Na assembleia<sup>16</sup> dessa associação também foi citado que se os catadores,

---

<sup>15</sup> Com a realização das observações, pode-se perceber que ainda há membros sócios-fundadores que permanecem na associação até os dias de hoje.

<sup>16</sup> Percebe-se que o modelo de ata e de assembleia foi o mesmo realizado nas três associações aqui já analisadas. A pauta eram as mesmas, assim como os deveres e obrigações da diretoria e dos associados. Poucas coisas diferem de uma ata de fundação para outra.

incluso os diretores e membros do conselho fiscal, não fizessem a separação, triagem ou pesagem do material como os demais sócios, teriam que custear outros sócios que fizessem esse trabalho por eles.

O estatuto em questão foi aprovado com unanimidade. No que tange à composição da diretoria e do conselho fiscal, estes também teriam a validade de dois anos (assim como analisado na Ata de Fundação da associação anterior). A diretoria dessa associação ficou composta por: uma presidenta mulher, um homem como vice-presidente, uma mulher como secretária, um homem como vice-secretário, um homem como tesoureiro e uma mulher como vice-tesoureira. Sobre o conselho fiscal, ficaram dois homens e uma mulher como efetivos e, como suplentes, ficaram três homens.

Nessa assembleia, contou-se com a participação de um número significativo de representantes do poder público e com trinta e seis sócios-fundadores, os quais aprovaram e assinaram o estatuto social da associação.

Segundo a Ata de Fundação da Associação de Recicladores Rei do “PET”, no dia 06 de junho de 2011, no bairro Chapada, na cidade de Ponta Grossa – PR, foi realizada a assembleia para a discussão e aprovação do Estatuto Social, eleição da diretoria e do conselho fiscal e a definição da sede provisória. Depois de lido e explicado, o Estatuto Social da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rei do “PET” (ARREP) foi aprovado com unanimidade pelos associados, sem emendas ou modificações. A validade da diretoria e do conselho fiscal seria de um ano para a associação em questão.

A diretoria da ARREP ficou definida por: uma mulher como presidenta, um homem como vice-presidente, uma mulher como secretária, uma mulher como vice-secretária, uma mulher como tesoureira e como vice-tesoureira também ficou definida uma mulher. No que se refere ao conselho fiscal, este ficou composto por: três mulheres como conselheiras efetivas, não havendo suplência nesses cargos.

A realização dessa assembleia e a aprovação desse estatuto contou com a participação de vinte e dois membros sócios-fundadores, um representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o qual foi presidente da assembleia, e mais um homem, o qual foi secretário da assembleia.

Destaca-se, a partir das atas de fundação das associações de catadores que

---

foram disponibilizadas pela Secretária do Meio Ambiente da cidade de Ponta Grossa – PR, que as associações ACAMARU, ACAMARO e ACAMARUVA tiveram sua fundação no ano de 2006, enquanto que a única associação que teve seu surgimento posteriormente foi a ARREP, a qual, segundo sua ata, teve sua constituição no ano de 2011.

As associações tiveram distintas formas de surgimento e isso pode trazer diferenças na composição de uma diretoria, como, por exemplo, quando a demanda para consolidação da associação vem dos próprios catadores. Esses podem ser lideranças que venham ocupar cargos na diretoria de uma associação.

Para melhor visualização e análise dos cargos da diretoria das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa – PR, observa-se a tabela abaixo:

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR.

|                              | ACAMARO | ARREP  | ACAMARUVA | ACAMARU |
|------------------------------|---------|--------|-----------|---------|
| Ano                          | 2006    | 2010   | 2006      | 2006    |
| Presidência                  | H       | M      | M         | H       |
| Vice-presidência             | H       | H      | H         | H       |
| Secretária                   | M       | M      | M         | H       |
| Vice-secretária              | M       | M      | H         | M       |
| Tesouraria                   | H       | M      | H         | H       |
| Vice Tesouraria              | H       | M      | M         | H       |
| Conselho Fiscal              | 1H, 2M  | 3M     | 1H, 2M    | 3H      |
| Suplência do Conselho Fiscal | 1H, 2M  | Não há | 3M        | 3M      |

Legenda: H = Homem; M = Mulher

Fonte: Atas de fundação.

Elaboração própria.

Em relação à análise dos cargos da primeira diretoria das associações, percebemos que os cargos titulares em grande maioria foram ocupados por homens. Na presidência destacava-se uma divisão igual, com duas associações em que havia presidentas e duas em que havia presidentes. No cargo de vice-presidente, há uma grande discrepância, sendo que não havia nenhuma mulher nas quatro associações ocupando esse cargo.

No cargo de secretária(a) da associação, percebe-se que havia um homem e três mulheres ocupando essa função dentro das associações mencionadas e essa mesma proporção prevalece na vice-secretaria das associações. Em relação à tesouraria, nas quatro associações só havia uma mulher ocupando esse cargo; nas demais, eram homens que ocupavam tal função. Na vice-tesouraria, pudemos

observar que também havia um equilíbrio, uma vez que duas mulheres e dois homens ocupavam o cargo, nas quatro associações aqui estudadas.

Em relação aos conselhos fiscais das associações, totalizava-se um número de 12 vagas (uma vez que são três conselheiros fiscais por associação), havendo uma equidade na ocupação desses cargos, em termos gerais, pois seis mulheres e seis homens ocuparam tais cargos.

Quando se analisa individualmente, compreende-se que os cargos titulares ou de suplência, em relação à vice-presidência, em grande maioria das associações estavam sob os cuidados de homens.

Já nos dias atuais, para compreender como se dá o papel do homem e da mulher dentro desse espaço de trabalho, foi necessária então a realização das observações dentro das quatro associações de catadores. Ressalta-se que essa não é uma pesquisa antropológica e por isso a quantidade de observações pode variar entre uma e outra associação.

A primeira associação em que foi realizada a observação foi a ACAMARO e nela temos um homem na presidência; vale ressaltar que essa é a única entre as quatro associações onde um homem encontra-se nesse cargo. A vice-presidência está na responsabilidade de uma mulher, mas, em contrapartida, um homem novamente acaba por ocupar o cargo de tesoureiro. O presidente e o tesoureiro dessa associação não trabalham na parte de coleta, triagem, separação e etc, da associação, mas são responsáveis por trabalhos administrativos e burocráticos, tais como: pagamento, compras de comida, reuniões com prefeitura, ministério público, entre outros. O presidente é responsável pela fiscalização e ordem do trabalho dentro da associação.

Nessa associação, foram 5 dias de observações em horários variados, e pontuaremos aqui as principais observações realizadas nessa associação. Do mesmo modo se detalhará sobre as demais e, na sequência, realizar-se-á um quadro comparativo mostrando as diferenças entre uma associação e outra no que se refere às configurações da divisão sexual do trabalho.

Como já exposto, a associação de catadores de materiais recicláveis do bairro de Oficinas tem como uma de suas características a presença majoritária de homens compondo a diretoria da associação.

Em uma das primeiras visitas realizadas, observou-se que havia uma divisão

sexual do trabalho, uma vez que as mulheres ficavam na mesa de separação, enquanto que os homens puxavam e recolhiam os bags, com o objetivo de “facilitar” o trabalho das mulheres.

Característica importante dessa associação está no fato de que a prensa fica por responsabilidade das mulheres trabalharem, fato esse que difere essa associação das demais nesse quesito.

Ainda referente ao cargo de presidente e tesoureiro, podemos considerar que são funções privilegiadas em relação às demais, uma vez que não precisam trabalhar com o lixo, algo com pouco respeito e muito estigmatizado. Os relatos das associadas é que ninguém as deixa participarem da diretoria; em contrapartida, o relato da diretoria é que nenhum (a) dos outros associados tem interesse em participar.

Uma característica importante que as quatro associações têm comum é o fato de que todas as associadas que ficam na cozinha e que realizam todos os trabalhos domésticos da associação são mulheres. Não há relato de que os homens participem desse trabalho.

Nessa mesma associação, os homens ajudam a limpar, deixando o barracão limpo e com fácil acesso. Porém, as mulheres quando pedem ajuda aos homens muitas vezes não são levadas a sério, como aconteceu no caso que uma associada pediu ajuda e o associado jogou o bag com força para a mulher.

Ademais, há uma grande segmentação entre homens e mulheres nessa associação, há divisão de trabalho para homens e mulheres. Em algumas funções, os responsáveis são homens, tais como: carregar bags, cargos da diretoria, responsabilidade com burocracias referentes à associação. Já as mulheres são responsáveis por: serviços da cozinha, prensa e separação do papel. O trabalho em comum entre ambos os sexos é a separação do material em prensa.

A segunda associação onde foram realizadas as observações foi a Associação de Recicladores Rei do “Pet” - ARREP, associação essa que se encontra com um total de 26 pessoas, e dessa composição, apenas 8 são homens. Na prensa ficam 2 homens, no desmonte de eletrodoméstico e de cobre ficam 2 homens, na cozinha fica uma mulher e na separação do vidro fica um homem. O restante das mulheres e dos homens ficam na separação dos materiais na esteira.

Nessa associação, a diretoria é formada por mulheres, 2 homens apenas

fazem parte desta, ocupando o cargo de vice-secretário e vice-tesoureiro.

Característica importante dessa associação é que o expediente se encerra até as 16h e 40min, sendo que esse horário foi estabelecido para que as mulheres possam pegar seus filhos na escola sem serem prejudicadas por sair antes do trabalho. Nessa associação, percebe-se também que os homens dão preferência para trabalhos que possam realizar sozinhos e longe das mulheres, como prensa e separação dos vidros e cobres; eles só trabalham nas mesas (que é um trabalho coletivo com as mulheres) quando não há outra opção de trabalho. Nessa situação, percebe-se outra divisão sexual do trabalho.

As mulheres puxam os bags sozinhas, sem a ajuda dos homens. Elas se demonstram comunicativas umas com as outras, conversam, dão risada e principalmente se solidarizam e se preocupam umas com as outras.

Em uma das observações realizadas, as duas mulheres que compõem a diretoria estavam tratando sobre a compra de materiais de limpeza para a associação. Nesse mesmo dia, dois homens foram trabalhar nas mesas, pois faltaram algumas associadas. Duas mulheres subiram as montanhas de materiais para separar algo que ainda poderia ser reaproveitado lá, levando em consideração que maioria é lixo. Tudo o que as mulheres encontram nos lixos, elas tentam de alguma forma reaproveitar (sombrinhas, brinquedos), verificam se está em bom estado e levam embora.

Na última observação realizada, houve um número considerado de mulheres faltantes (seis), pois foram levar seus filhos para a pesagem do Programa Bolsa Família. Ressalta-se que, nesse mesmo dia, não tinha material na associação e, por isso, as associadas (os) estavam fazendo outros trabalhos, como a limpeza, sendo que uma mulher estava limpando a cozinha e a outra, o banheiro.

Dessa maneira, ficou perceptível que nessa associação também há uma divisão sexual do trabalho, uma vez que os homens preferem trabalhos em que não precisem estar junto com as demais associadas. Às mulheres, ficam os trabalhos: administrativos, referentes à diretoria, pagamento e gestão da associação, mesa de separação de materiais e trabalhos domésticos que são realizados na associação; aos homens, ficam os trabalhos: de prensa, pesagem, separação de vidros e cobres. Para descarregar o caminhão, percebe-se o envolvimento de ambos os sexos.

A terceira associação em que foram realizadas as observações trata-se da

Associação de Catadores de Uvaranas (ACAMARUVA). Essa associação funciona também à noite, uma vez que a prefeitura tem um programa de coleta seletiva que recolhe o material nesse período na cidade. A associação tem um total de 15 homens e 25 mulheres trabalhando, e essa é a associação com o maior número de homens na cidade. Dentre esses, 5 homens e 9 mulheres trabalham à noite, e todas essas têm filhos e todos moram com elas. A cozinha da associação funciona tanto de dia quanto à noite, ofertando aos associados almoço, janta e café. A associada responsável por esse trabalho é uma mulher, e a limpeza é realizada pelas associadas que ficam responsáveis pela cozinha. A presidenta da associação fica apenas na parte burocrática; quando tem grande demanda, esta vai “ajudar” nas mesas. Em relação à divisão do trabalho, percebe-se que um homem pesa o material e dois homens ficam na prensa.

Ressalta-se também que, nas associações ACAMARO e ARREP, há uma mulher responsável pela separação do papel; já na ACAMARUVA, não há ninguém em específico designado para essa função.

A associação ACAMARUVA tem um funcionamento das 8h às 17h e volta a funcionar das 22h até as 6h. No momento que não há ninguém, é pago um homem para vigiar a associação.

Há uma senhora de 67 anos no desmonte do cobre, mas a grande maioria das mulheres ficam nas mesas na separação do material; já os homens puxam os bags (mas as mulheres também fazem isso). As mulheres são extremamente ágeis e os associados usam carrinhos de mercado para o transporte de alguns materiais.

Os associados conversam e integram entre si. Nesse dia, havia 10 mulheres e um homem na separação dos materiais nas mesas; os demais estavam carregando os bags e havia um homem limpando ao redor da mesa. Os associados descarregaram 3 caminhões em duas horas, sendo que o último foi descarregado apenas por mulheres.

Vale destacar que, em uma das observações realizadas, os filhos de algumas associadas saíram das escolas e foram ao encontro das mães na associação (a escola fica a aproximadamente 3 quadras de distância em relação ao barracão). Observa-se aqui a responsabilidade da mãe com o cuidado com os filhos, uma vez que essas, mesmo trabalhando profissionalmente, ainda são responsáveis pelo cuidado com os filhos.

A quarta e última associação em que foram realizadas as observações trata-se da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro da Nova Rússia (ACAMARU). Nessa, há um total de 13 pessoas na associação, e nesse dia estavam presentes 10. A associação está com falta de material e, devido a isso, a presidenta escolheu por trabalharem apenas aqueles que mais precisam (têm filhos).

Característica importante dessa associação é que ela passou a aceitar homens na sua composição há pouco tempo, e só passou a aceitar os homens que fossem parentes (filhos ou esposos das associadas) e para ajudar no complemento de renda familiar.

Há dois homens os quais são responsáveis pela prensa. A associação tem uma divisão por mesas de trabalho, ou seja, são distribuídos os bags de maneira igualitária e a mesa que separar mais, ganha mais. Os homens prensam os materiais de ambas as mesas, mas ganham referente à mesa que tirar maior renda na semana. Uma mulher fica na cozinha, mas recebe diferente, pois trabalha menos horas que os demais (essa mulher recebe R\$ 160,00 na semana). No dia em que foi feita a observação, a mulher responsável por essa atividade ficou apenas 40 minutos a menos que os demais associados. Nesse mesmo dia, uma senhora saiu às 16 h e 20 min para buscar o filho na escola. Uma mulher chegou atrasada, pois foi deixar o filho na escola, e um homem saiu às 16 h e 30 min para buscar a filha no CMEI.

Outra referência dessa associação está no fato de que a associação paga a passagem de ônibus de ida e volta da presidenta (apenas dela), considerando assim que o trabalho que ela realiza é mais importante que o de separação e triagem que os catadores realizam.

Mulheres ficam na mesa e homens na prensa, mulheres carregam os fardos sozinhas. Havia pilhas de materiais acumulados e, em apenas duas mulheres, elas desmontaram e separaram todo esse material em dois dias. Vale acrescentar aqui que nessa associação as mulheres são mais jovens do que nas demais, encontrando-se um grande número de filhas e mães associadas. O trabalho das associadas é rápido e elas puxam bags cheios de materiais sozinhas.

Nessa associação, percebe-se uma desvalorização do trabalho da mulher, uma vez que a mulher da cozinha ganha menos do que os demais associados e muito menos do que os preenseiros. Em contrapartida, percebe-se uma valorização do trabalho dos homens (prensa), que recebem o maior valor que as mesas

arrecadarem. A divisão sexual do trabalho fica evidente quando se percebe que homens ficam na prensa e as mulheres na mesa e cozinha.

QUADRO 1: RELAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES REALIZADAS NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR, APONTAMENTO BASEADO NAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS.

| OBSERVAÇÕES                                             | ACAMARO                                                                                                                                                 | ARREP                                                                                                         | ACAMARUVA                                                    | ACAMARU                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Surgimento</b>                                       | 2006                                                                                                                                                    | 2011                                                                                                          | 2006                                                         | 2006                                                                                                                                                                                        |
| <b>Estrutura Física</b>                                 | 4 banheiros (sendo um com chuveiro)<br>Cozinha<br>Escritório (com rede wi-fi)<br>Refeitório<br>Essa é a associação que melhor se encontra nesses termos | 4 banheiros (3 deles sendo úmidos)<br>Cozinha<br>Escritório<br>Há uma casa pequena na qual uma associada mora | 7 banheiros<br>Cozinha<br>Refeitório<br>Escritório (pequeno) | 2 banheiros (sendo que nos dias das observações um deles estava com um aviso para não usar)<br>Refeitório pequeno junto com cozinha<br>Escritório pequeno<br>Essa é a menor das associações |
| <b>Presidência</b>                                      | Homem                                                                                                                                                   | Mulher                                                                                                        | Mulher                                                       | Mulher                                                                                                                                                                                      |
| <b>Tempo na presidência</b>                             | 12 anos                                                                                                                                                 | 1 ano (são feitas eleições anualmente)                                                                        | 9 anos                                                       | 6 anos                                                                                                                                                                                      |
| <b>Relação entre os associados</b>                      | Há pouca interação de um(a) para o outro(a)                                                                                                             | Tem bastante interação e conflitos                                                                            | Tem bastante interação                                       | Tem bastante interação                                                                                                                                                                      |
| <b>Questões referentes a Divisão Sexual do Trabalho</b> | Há trabalhos para homens e para mulheres                                                                                                                | Há trabalhos para homens e para mulheres                                                                      | Há trabalhos para homens e para mulheres                     | Há trabalhos para homens e para mulheres                                                                                                                                                    |
| <b>Desigualdade salarial</b>                            | Não há                                                                                                                                                  | Não há                                                                                                        | Não há                                                       | Há                                                                                                                                                                                          |
| <b>Responsabilidade com os filhos</b>                   | Não observado                                                                                                                                           | Mulheres                                                                                                      | Mulheres                                                     | Homens e mulheres                                                                                                                                                                           |

Fonte: Relatórios de campo, 2019.

Organização: a autora.

Compreende-se então que o trabalho nas associações não é realizado de maneira homogênea, uma vez que variam de associação para associação: a divisão dos trabalhos, os horários, a quantidade de pessoas, de material entregue e consequentemente o salário dos associados. Percebe-se primeiramente a diferença na estrutura física das associações: a ACAMARO conta com barracão próprio, já os outros barracões são alugados via prefeitura. Essa mesma associação conta com espaço limpo, arejado e com pintura feita recentemente, como também com computador, impressora e internet Wi-Fi. O espaço tanto do refeitório como da cozinha também é adequado e com boa higiene. A ARREP é a associação que

possui o maior barracão das quatro em questão, mas três dos banheiros da associação ficam próximos ao local dos materiais, são escuros e pouco arejados, mesmo com os associados mantendo a limpeza e a higiene em dia. O outro banheiro fica na cozinha/refeitório e tem uma localização e uma estrutura melhor que os demais. A ACAMARUVA conta com sete banheiros adequados e arejados. A situação mais preocupante fica na ACAMARU, que conta com dois banheiros pequenos, sendo que um deles não estava apto para ser utilizado, ou seja, as mulheres acabam por dividir o banheiro com os homens.

A interação entre as pessoas, ao mesmo tempo em que pode ser um problema, por trazer distrações, reduzir o tempo de trabalho e refletir na renda, ela pode também ser um momento de alívio e descontração para um trabalho que é duro, estigmatizado, difícil e sujo. Em sua grande maioria, percebe-se que as associadas têm interação, conversam entre si, são animadas e até mesmas amigas. A associação com menor interação, de acordo com as observações, foi a ACAMARO, e isso pode ser pelo fato de o presidente fiscalizar o trabalho delas.

A divisão sexual do trabalho, fator primordial nesta pesquisa, mostrou-se de forma intensa nessas observações, uma vez que percebemos a existência de trabalho para homens e trabalhos para mulheres, como também a maior valorização do trabalho do homem em relação ao da mulher. A naturalização do trabalho doméstico como obrigação da mulher aconteceu em todas as associações, visto que as responsabilidades pela limpeza e almoço/janta dos associados ficam única e exclusivamente como responsabilidade das mulheres. A desigualdade salarial aparece quando o trabalho que o homem realiza na prensa é mais valorizado do que o trabalho que a mulher faz na cozinha.

A divisão sexual do trabalho também acontece quando se observa que os homens fazem o trabalho da prensa e pesagem, já as mulheres ficam nas mesas e trabalhos domésticos. As funções administrativas das associações ficam majoritariamente sobre os cuidados das mulheres, mas enfatiza-se aqui a problemática de uma presidenta (e) estar ocupando um cargo há anos. Percebemos a importância de líderes para um bom funcionamento da associação, mas questionamos a ausência do processo democrático.

A responsabilidade com os filhos foi um outro questionamento trabalhado no capítulo anterior desta dissertação, uma vez que as mulheres no cenário brasileiro

possuem uma dupla/tripla jornada de trabalho, muitas vezes naturalizada como sua obrigação. Nas observações realizadas, apenas um homem saiu antes para pegar seu filho no CMEI; o restante das obrigações com os filhos, sejam escolares, ou do Bolsa Família, foram todas realizadas pelas associadas.

Ademais, compreende-se a complexidade desta pesquisa, considerando-se que os resultados não são homogêneos, até porque o trabalho acontece de maneira heterogênea em todos os sentidos. Assim, no próximo capítulo e em proposta de continuidade das reflexões já trazidas até aqui, faremos então a análise dos dados do grupo focal realizado, que reforça o que já vinha se demonstrando através das observações.

### CAPÍTULO 3

#### DANDO VOZ ÀS MULHERES: GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

“Se eu ajudo em casa,  
é porque eu reconheço que alguém é responsável,  
e esse alguém é uma mulher”  
(autor desconhecido)

Neste capítulo, pretende-se explorar os resultados da presente pesquisa empírica, a qual se deu a partir das observações nas associações de catadores na cidade de Ponta Grossa – PR e também do grupo focal realizado junto com as mulheres participantes dessa pesquisa. Primeiramente, serão destacadas algumas observações de caracterização dos sujeitos participantes para, na sequência, apresentar as categorias que se optou em organizar e discutir nesse momento da dissertação. Por fim, apresentam-se então as análises propriamente ditas.

#### 3.1 A PESQUISA DE CAMPO E A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta etapa, será realizada a caracterização das participantes, através de uma tabela que apresentará seus principais dados, retirados do grupo focal realizado em setembro de 2018.

TABELA 9: DADOS PRINCIPAIS DAS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL, 2018

| Sujeito        | Sexo     | Idade   | Nome fictício  | Associação |
|----------------|----------|---------|----------------|------------|
| Entrevistada A | Feminino | 42 anos | Participante A | ACAMARO    |
| Entrevistada B | Feminino | 37 anos | Participante B | ACAMARO    |
| Entrevistada C | Feminino | 56 anos | Participante C | ACAMARO    |
| Entrevistada D | Feminino | 74 anos | Participante D | ARREP      |
| Entrevistada E | Feminino | 41 anos | Participante E | ACAMARUVA  |
| Entrevistada F | Feminino | 44 anos | Participante F | ACAMARU    |
| Entrevistada G | Feminino | 46 anos | Participante G | ACAMARUVA  |
| Entrevistada H | Feminino | 61 anos | Participante H | ACAMARU    |
| Entrevistada I | Feminino | 48 anos | Participante I | ACAMARU    |
| Entrevistada J | Feminino | 57 anos | Participante J | ACAMARUVA  |

|                       |          |         |                |       |
|-----------------------|----------|---------|----------------|-------|
| <b>Entrevistada K</b> | Feminino | 47 anos | Participante K | ARREP |
| <b>Entrevistada L</b> | Feminino | 50 anos | Participante L | ARREP |

Fonte: a autora

Elaboração: Organização própria.

Para delimitação deste estudo, foi definido que participariam da pesquisa para o grupo focal as mulheres catadoras, visto que na cidade de Ponta Grossa/PR as mulheres são maioria entre esses trabalhadores(as). Percebe-se que há uma grande diversidade entre suas idades, variando desde 37 anos até 74 anos. Vale considerar que a mulher de 74 anos já está aposentada, mas ainda trabalha na associação diariamente.

Além das observações e do grupo focal, a pesquisadora também participou de reuniões entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e as (os) associadas (os), com o objetivo de conhecer e compreender melhor a relação entre esses. Mesmo não sendo um dos objetivos da pesquisa, essa etapa acrescentou muito na compreensão e apreensão de elementos da realidade das associações. Destaca-se que se tentou fazer uma entrevista com algum membro da Secretaria de Meio Ambiente, porém não obtivemos sucesso.

### 3.2 A DELIMITAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR

Primeiramente, há de se considerarem as teorias de Edward Palmer Thompson sobre a experiência social cotidiana, na qual o autor considera que esta é uma modalidade de inserção na vida social.

Como já mencionado no primeiro capítulo, Thompson faz uma análise através da dialética marxista, compreendendo neste “entendimento da natureza provisória e exploratória de toda teoria, e da abertura de espírito com que se deve abordar todo conhecimento” (THOMPSON, 1981, p. 186, *apud* MIRA *et al*, 2017, p. 660).

Thompson acredita na necessidade de uma análise baseada em evidências da realidade. “Parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. A história é concebida como processo da vida real dos homens e das relações que estabelecem entre si, entre si e a natureza, por meio do trabalho” (MARTINS, 2006, p. 166). Depreende-se assim que o trabalho acaba por

influenciar em todo o processo da vida real dos sujeitos e se torna fundamental em suas vidas e em suas relações.

Martins (2006) apresenta que a experiência social cotidiana é o diálogo existente entre o ser social e a consciência social, compreendendo assim a resposta de um indivíduo ou de um grupo social. As práticas e pensamentos são redefinidos através da experiência, que também é fundamental, uma vez que é nela que os sujeitos constituem suas relações.

A desigualdade social e econômica para as mulheres é uma questão atual, uma vez que, devido às suas duplas e triplas jornadas de trabalho, as mulheres têm menos tempo para se dedicar ao trabalho profissional. Desta forma, encontram-se outras duas importantes categorias de análise: a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada de trabalho. O conceito de divisão sexual do trabalho teve seu surgimento em 1970 na França, o qual compreende o que é trabalho de mulher e o papel da mulher na sociedade capitalista.

Aliadas à análise dessas categorias, também se apresentará uma análise relacionada ao cotidiano, uma vez que as experiências e o cotidiano dos sujeitos catadores acabam por ter ações, costumes que constituem seu dia a dia.

É claro que as experiências cotidianas dos sujeitos acabam por retomar o componente econômico, na medida em que, como conceitos históricos, a classe está ligada à luta de classes, e esta é, por definição, baseada no aspecto econômico das relações sociais. De outro modo, as relações sociais e culturais, na luta de classes, são experiências derivadas das relações econômicas de produção e/ou dominação. Essa formulação não é simples, mas é a defendida por Thompson ao se referir à classe social em seu sentido heurístico (MEIRA, 2014, p.195).

Segundo Meira (2014), a experiência é o terreno comum no qual os trabalhadores se reconhecem como classe, sendo assim os sujeitos de sua própria história, não sendo definidos pela posição econômica que possuem.

Consciência de classe para ele não era apenas o reconhecimento das condições materiais e da dominação socioeconômica resultante disso; significava também a compreensão do conjunto de valores, ideias, tradições, manifestações culturais e religiosas de cada grupo humano, que os diferenciava e, ao mesmo tempo, aproximava os seus membros (MEIRA, 2014, p. 198).

Dessa forma, compreende-se que a experiência representa um elemento importante para o entendimento de classe e consciência de classe. A experiência acaba por acrescentar mais um fator para o entendimento desse conceito.

### 3.3 A PESQUISA QUALITATIVA, CARACTERIZAÇÃO E DISCUSSÃO

O presente material é resultado de observações realizadas nas associações de catadores, da participação de reuniões junto à Secretária Municipal de Meio Ambiente e do grupo focal realizado em setembro de 2018. Tais conteúdos foram analisados e serão apresentados nos itens a seguir.

O processo de categorização se deu a partir da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977), tem como objetivo o desvendar crítico. Para a autora, a análise de conteúdo é um método empírico.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (BARDIN, 1977, p. 117).

Segundo Bardin (1977), é na a categorização semântica que todos os temas que têm o mesmo significado ficam agrupados na mesma categoria. Na categorização, faz-se necessária uma análise comportada em duas etapas: o inventário (isolar os elementos) e a classificação (dividir os elementos e organizar as mensagens). Assim, no quadro abaixo se destacam as categoriais e os elementos de análise para esta etapa da dissertação:

| <b>Categoria 1: Experiência e Classe Social das mulheres catadoras da cidade de Ponta Grossa – PR</b>        |                                                                                   |                                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| a) Da inserção na catação à rotina de catadora: as principais dificuldades das mulheres no trabalho          | b) O reconhecimento e/ou a ausência dele diante das pessoas e do poder público    | c) a experiência do que é ser catadora e seu significado para si próprias. |
| <b>Categoria 2: A divisão sexual do trabalho nas associações de catadores (as): Qual o papel de cada um?</b> |                                                                                   |                                                                            |
| a) Divisão sexual do trabalho: A divisão do trabalho por gênero                                              | b) A divisão desigual e instrumentos de poder dentro das associações de catadores | c) a necessidade ou não de homens na associação                            |

| <b>Categoria 3: A dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres catadoras e busca por reconhecimento desses trabalhos</b> |                                                                                                                 |                                                                                                                        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| a) Do lar ao trabalho profissional: as dificuldades que mulheres encontram diante de jornadas cansativas de trabalho      | b) A ausência de políticas públicas para garantir às mulheres sua inserção e permanência no mercado de trabalho | c) Diferença salarial entre homens e mulheres, desvalorização do trabalho da mulher e a divisão de tarefas domésticas. |

Quadro 1: Categorização dos sujeitos do grupo focal

Fonte: Elaboração própria.

### 3.3.1 CATEGORIA 1: EXPERIÊNCIA E CLASSE SOCIAL DAS MULHERES CATADORAS DA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

Como já explanado no primeiro capítulo, os conceitos experiência e classe social são muito importantes na análise do autor Edward Thompson. O conceito de classe social é amplo e, quando analisado por Marx e Engels (2010), compreende-se que vivemos em uma sociedade dividida em classes, sendo essas: os detentores dos meios de produção e os que possuem apenas sua mão de obra para sua sobrevivência, ou seja, os burgueses e os proletários.

Marx (1988), no volume I de O Capital, compreende que há tendências do capitalismo como a acumulação de riquezas e de capital, ou seja, há cada vez menos capitalistas e cada vez mais donos de mais empresas. Essas acumulações geram tensões no capitalismo e Marx (1998) compreende que é a partir dessas que é possível organizar a classe trabalhadora. Marx (1988) faz uma divisão econômica da sociedade, já Thompson (1978) acredita que, para compreensão de classe social, faz-se necessário compreender a experiência individual que cada sujeito traz consigo.

Como já mencionado anteriormente, a experiência compreende respostas mentais e emocionais e ela está em toda parte, nas ações, no cotidiano, na forma como os indivíduos se relacionam, construindo assim sujeitos carregados de experiência.

Para compreensão do processo de experiência das mulheres catadoras abordar-se-á sua inserção dentro da catação, como também suas principais dificuldades nesse trabalho.

a) Da inserção na catação à rotina de catadora: as principais dificuldades das mulheres no trabalho

Como descrito no primeiro capítulo, para Antunes (1999), os proletários não são os detentores dos meios de produção. Devido a isso, eles precisam articular maneiras para sua sobrevivência, qual seja, vender sua mão de obra e produzir mais valia para o capital. A lógica de trabalho foi se formando e se adequando segundo a necessidade do capital.

Com a lógica do capital, não existe trabalhar sem lucro e, conseqüentemente, sem explorar. Dessa forma, todos os meios são expropriados, das mais diversas maneiras, desde o sujeito que trabalha em condições insalubres até o meio ambiente que passa a ser explorado.

Em relação à figura da mulher, sabe-se que a mulher se encontra em um contexto de desigualdade social e econômica em relação aos homens, o que faz muitas vezes as mulheres aceitarem trabalhos precários e com baixa remuneração para estarem inseridas nesse contexto. Para tal entendimento, foi perguntando às mulheres catadoras como se deu sua inserção nas associações de catadores e se já trabalhavam com reciclagem antes.

*Não, eu nunca trabalhei com reciclagem. Tinha amigas minhas que trabalhavam com reciclagem, daí passava lá, daí eu passava lá e dava uma olhadinha, daí eu precisava ficar ali mesmo e me achei (Participante A).*

*Eu comecei com a reciclagem quando me separei do meu ex-marido, isso faz cinco anos (Participante B).*

*Eu já trabalhei alguns anos atrás, aí eu saí porque arrumei outro serviço, daí não deu certo e eu acabei voltando. Daí tô ali há 1 ano agora (Participante C).*

*Pois eu faz uns 7 anos que já tô trabalhando na reciclagem. Mas antes eu já trabalhava e sabe como que eu trabalhava, tinha um comprador, atravessador no meu bairro, então lá nós era muito que não tinha várias coisas, daí nós juntava e vendia pra aquele atravessador, daí ia aprendendo. Daí quando eu entrei na associação já faz 7 anos, eu já entrei sabendo, entrei já, saí com eles arrecada lugar para nós ponhar, aí não conseguia e a prefeitura ajudou nós e tá lá até agora, faz 7 anos que nós tá lá. Só que a gente se dá muito bem, nós somos tudo unido (Participante D).*

*Tenho 41 anos, sou presidente lá. E eu fui trabalhar também porque uma amiga minha foi antes daí eu falei: “- vou lá pedir serviço” e já fazem 10 anos (Participante E).*

*Eu comecei juntando com carrinho, daí quando abriu a associação eu fui para associação. Daí continuei trabalhando lá até hoje, faz 15 anos, desde abriu eu tô lá (Participante F).*

*Eu fui trabalhar na primeira reciclagem que saiu. Eu trabalhei muito tempo no lixão, vivendo na contramão e na contramão deu certo. Daí fui para rua trabalhar, faz 8 anos, é faz 12 anos (Participante G).*

*Faz mais de 25 anos que eu tô na reciclagem. Trabalhei 10 anos na rua e agora eu tô lá na associação (Participante H).*

*Catava na rua também, aí fui entregar uma carta no barracão e já fiquei lá, fazem 12 anos (Participante I).*

*Trabalhava no lixão e do lixão fui catar na rua, daí da rua quando começou a associação fui para lá (Participante J).*

*A gente corre atrás, vai para 8 anos já. E era carrinheira também, trabalhava na rua, daí nós tivemos reuniões no CRAS e conseguimos lá (Participante K).*

*Quase todo mundo me conhece, trabalhei de carrinheira desde 2005, faz 25 anos que eu lido com reciclagem [...] (Participante L).*

Através dessas falas, percebe-se que seis das doze mulheres entrevistadas já trabalhavam antes com reciclagem, e duas delas trabalharam por muitos anos no lixão. Quando as participantes levantaram essa questão, perguntou-se como era a vida de trabalhar e praticamente morar no lixão para essas mulheres. Os aspectos levantados sobre tal questão foram, majoritariamente, positivos economicamente para elas, o que pode ser compreendido na seguinte fala:

*Era sofrido, mas tirava bem (Participante G).*

Quando questionada a frequência de trabalho no lixão, as participantes responderam da seguinte maneira:

*Dia e noite (ênfase na voz). Posava e morava lá. Sempre eu ficava e o marido vinha com a carga, tinha que pesar, tinha que ver as crianças (inaudível). Sempre nós vinha no final de semana, na sexta-feira de tarde, sábado de manhã com a última carga. Daí lá nós dormia um pouquinho debaixo da barraca (Participante G).*

Bastos e Magalhães (2016) compreendem que, com os fechamentos dos lixões, cumpriu-se o que foi exigido pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Mas os trabalhadores de lá seguem esquecidos, deslocados em relação às suas atividades, identificando-se na catação de materiais recicláveis como uma das únicas atividades possíveis para sua inserção. Esses trabalhadores não têm oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal depois que se ausentou a fonte de renda que lhes garantia a sobrevivência.

É sabido também que, o encerramento dos lixões afetaria diretamente o universo dos catadores, ladeado por redes de influências perversas que afetam sobremaneira a condição de sobrevivência, bem como o seu acesso a bens e serviço como qualquer trabalhador brasileiro (BASTOS; MAGALHÃES, 2016, p. 394).

Os lixões não foram apenas um local para armazenamento do lixo não reciclável, mas também um local de sobrevivência de muitos sujeitos que acabam por viver em condições subalternas.

Como mencionado anteriormente, nas falas de uma das entrevistadas percebeu-se certos aspectos positivos em trabalhar/viver no lixão. Essa considerou que a renda era superior em relação à atual das associações de catadores, mesmo que as condições de trabalho fossem ainda mais insalubres e precárias.

Em algumas falas, as participantes relatam os sofrimentos e as dificuldades desse período de suas vidas:

*Era bem sofrido, nós ia todo dia e voltava (Participante J).*

*Nós ficava, Eu e meu marido ficava (Participante G).*

Quando questionado sobre as necessidades fisiológicas, as participantes responderam:

*Nós ia lá no rio assim e voltava (Participante G).*

*Tinha uma lagoa lá perto (Participante J).*

*Tinha que ir no mato (Participante G)*

Em relação à rotina das mulheres que trabalhavam no lixão, estas afirmaram que era difícil e sofrido, e também relataram o que retiravam de lá, sendo confirmado pelas seguintes falas:

*Era muito sofrido, sabe, um tempo desse frio, acordar 4 horas da manhã para ir pro lixão não era muito fácil, eu às vezes até posava lá (Participante J).*

*Só que lá ganhava super bem. Se aqui ganha 50 real lá tirava de 250 a 300 real o dia, ganhava super bem (Participante G).*

Segundo Paixão (2005), as catadoras do lixão realizam um trabalho que, além de não ser reconhecido, desqualifica quem o realiza. É um trabalho marcado pela luta cotidiana, pela sobrevivência e pela tentativa de provar aos outros e a si

mesmas que são dignas trabalhadoras. O lixão é visto como o último dos recursos em uma sociedade, a qual é marcada pela redução da oferta de empregos. O lixão se mostra como uma alternativa que está sempre de portas abertas, enquanto as outras estão fechadas.

Há um benefício suplementar propiciado pelo lixão, importante na economia familiar. Elas recolhem produtos que atendem às necessidades da casa, como alimentos, roupas, calçados, utensílios domésticos, além de outros objetos: bijuterias, livros, revistas, celulares etc. (PAIXÃO, 2005, p. 144).

Compreende-se então o porquê de as catadoras considerarem que no lixão suas rendas eram maiores, uma vez que tudo lá era reaproveitado. O que é lixo para grande parte da população é reaproveitado e vira renda para eles.

Em relação à ocupação profissional duas das demais catadoras, relataram as atividades profissionais que tiveram antes de estarem inseridas no processo da reciclagem.

*No meu caso eu, trabalhava no mercado, trabalhei cinco anos no mercado. Daí eu me separei e vim pro Jardim Monte Carlo. Na realidade, eu poderia ter arrumado um outro serviço, só que daí eu queria tá fazer tudo junto. Eu tinha as crianças pequenas, o trabalho perto, sabe, então criança na creche, trabalho pertinho, então, apareceu a reciclagem e para mim então foi o melhor negócio para mim (Participante A).*

*Bom, antes de trabalhar registrada eu já era catadora na rua, só que catava com carrinho de mão. Tinha duas crianças pequenas também que deixava com a vizinha. Vendia uma carga de manhã, outra depois do almoço. Parei, daí fui trabalhar registrado. Não deu certo mais, a firma faliu, daí eu não tinha outra opção e encontrei a associação também e tamo lá até hoje (Participante B).*

Como dito anteriormente, seis das doze participantes já trabalhavam com reciclagem, duas trabalhavam no lixão e apenas duas relataram suas experiências profissionais antes de entrarem nas associações de catadores (falas essas que foram mencionadas acima), sendo que as outras duas optaram por não falar.

O desemprego aparece como elemento fundamental para os sujeitos se inserirem na catação, uma vez que essa se mostra como uma atividade alternativa para obtenção de renda e acaba por garantir a sobrevivência do catador e de seus familiares (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Percebe-se então que, majoritariamente, essas mulheres trabalhavam com a reciclagem, sendo em carrinhos ou diretamente no lixão; apenas duas tiveram uma

experiência profissional formal, mostrando assim o pouco acesso delas ao mercado formal de trabalho.

b) O reconhecimento ou a ausência dele diante das pessoas e do poder público.

Medeiros e Macedo (2006) interpretam sobre a profissão do catador que, pouco a pouco, os catadores estão construindo sua história e seu reconhecimento profissional, e uma prova disso está na oficialização da profissão em 2002 na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.

No ano de 2003, o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de lixo. Dentre outras atribuições esse comitê deveria implantar projetos que visassem garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo, bem como apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros. Contudo, observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 66).

A profissão do catador(a) de materiais recicláveis tem uma grande trajetória, mas ainda se percebe que seu reconhecimento é pequeno e o seu estigma grande, tornando maior ainda a necessidade da valorização da profissão por órgãos, gestores públicos e também pela sociedade civil em geral.

Quando questionamos as participantes do grupo focal em relação ao reconhecimento da profissão, foi unânime o sentimento de desvalorização e a necessidade do reconhecimento dessa ocupação profissional.

*Nós pelos menos deveria ter o NPS (INSS) pago que já ajuda. Uma vez contaram lá para nós sobre o INSS, mas tem que pagar 80 real por mês, e nessa época nós ganhava sabe quanto? R\$160,00; R\$150,00, se nós tirava esse dinheiro para pagar, iria comer o quê? E ali tem gente que depende, que nem eu mesma, eu sou sozinha, eu crio meus filhos sozinha. Eu iria tirar para mim e iria faltar para eles (Participante G).*

*Eu acho que tinha que valorizar mais o serviço nosso, porque não é lá né (gesto com as mãos) nós que fazemos tudo, limpeza, nós fazemos tudo a limpeza (ênfase na voz) e não dão valor (Participante H).*

*Acho que nós tinha que ter mais valor, ser mais reconhecido [...] (Participante J).*

*Eu acho que ele deveria ser reconhecido como qualquer outro tipo de*

*emprego (Participante K).*

*Eu acho que tinha que ser mais reconhecido esse trabalho, ter direitos né, facilitaria a vida [inaudível] tinha que ser mais reconhecido [...] (Participante L).*

Quando foram abordados os temas reconhecimento e valorização, imediatamente as catadoras do grupo focal identificaram esses com políticas públicas<sup>17</sup>, sendo as principais e mais questionadas: a aposentadoria e a licença maternidade.

Como abordado no primeiro capítulo, sobre gênero e políticas públicas, existe uma necessidade de o Estado se responsabilizar pelas questões relacionadas à desigualdade de gênero, uma vez que a mulher se afasta do mercado de trabalho devido à gravidez e à responsabilidade com os filhos e cônjuge. Saffiotti (2015) considera que a licença maternidade deu uma maior segurança para as mulheres, mas ainda não é suficiente, devido às grandes responsabilidades que lhe são naturalizadas.

Em relação às políticas públicas, Rocha (2016) considera que essas são necessárias em respostas às necessidades apresentadas pelo desenvolvimento capitalista. A luta das mulheres é constante e, para a conquista de seus direitos, foram muitas as reivindicações e participações em espaços como conselhos de políticas públicas, de direitos da mulher. Mesmo com tantas dificuldades e entraves, ainda há de se considerar que existem avanços. Dentre esses avanços, cita-se em 2003 a Secretária Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), a qual teve status de Ministério.

Assim como os organismos estaduais e municipais, sobretudo do primeiro escalão, a SPM trouxe modificações nas relações com os demais órgãos governamentais e na dinâmica da formulação, coordenação, articulação e implementação de políticas para as mulheres (ROCHA, 2016, p. 318).

Contudo, neste atual contexto, com novo governo no País, desmanchou-se muito do que se tinha e ainda não é possível observar iniciativas prósperas de impacto para esta realidade.

Rocha (2016) pontua, nesse processo de construção, a importância das

---

<sup>17</sup> Nesse primeiro momento da análise, não serão discutidas questões sobre direitos e políticas públicas. Esses debates serão aprofundados nas análises posteriores, como mostrou-se no quadro acima.

Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (2004, 2007, 2011), com grande participação dos movimentos de mulheres e feministas na preparação e concretização de tais eventos e na materialização dos Planos Nacionais (2004, 2008, 2013).

Ressalta-se que as mulheres, durante décadas, vivem de forma a serem exploradas, subordinadas e dominadas pelo patriarcado e pelo capitalismo. As mulheres foram e continuam sendo uma mão de obra barata, e muitas vezes acabam por se inserir em trabalhos precários para sua sobrevivência.

O INSS foi citado nas falas das participantes do grupo focal; porém, essa não é uma política pública específica para as mulheres. O INSS faz parte do tripé da seguridade social: saúde, assistência e previdência, e nessas falas percebe-se a insegurança das mulheres em relação à previdência, uma vez que, de forma majoritária, as mulheres participantes não são contribuintes da previdência social.

c) A experiência do que é ser catadora e seu significado para si próprias.

Como falado anteriormente, metade das participantes do grupo focal já trabalhava como catadora nas ruas antes de participar de associações de catadores, e duas delas trabalharam antes nos lixões da cidade em questão. Assim, sabe-se que as catadoras têm experiência do que é ser catadora. Nesse sentido, buscamos também compreender o que significa para elas mesmas o trabalho que realizam. Para melhor compreensão dessa categoria, no dia da realização do grupo focal foi mostrada a elas uma foto de uma mulher catadora de rua, para que essas se identificassem com a imagem em questão. As respostas<sup>18</sup> apresentadas foram as seguintes:

*A gente tem que gavar muito, porque a gente aprendeu a fazer isso e tem que continuar até quando der. Só que é muito bom para limpeza dos bairros, não tem mais aquela sujeira que tinha né. Primeiro a gente [inaudível]. Agora não, agora a rua já tá mais limpa, os esgotos não tem mais né, que o que ninguém aproveitava jogava no esgoto. Agora com essa lei que veio, com esse tipo de serviço é aproveitado (Participante D).*

*[...] porque nós sempre, de cada semana nós vamos pros rios, sabe? Na verdade, de carro e antigamente tinha bicho morto e sujeirada, sujerama*

<sup>18</sup> Apenas três das participantes responderam tal questão. Mas, durante o grupo focal e sendo comprovado pela gravação, todas elas concordavam gesticulado e concordando com as respostas dessas participantes.

*nas águas, hoje a gente já não encontra, porque os catadores já não estão deixando poluir né (Participante L).*

*Eu acho que ele deveria ser reconhecido como qualquer outro tipo de emprego (Participante K).*

Quando questionada a forma de valorização que essas mulheres esperam, elas foram unânimes e responderam que é em forma de salário, uma vez que compreendem que o trabalho que realizam é de utilidade pública.

Bosi (2008) traz que foi a partir dos anos 80 que os catadores se tornam uma força de trabalho cada vez mais visível na sociedade. Mas também é preciso levar em conta que essa categoria profissional não emergiu de forma livre entre os trabalhadores, mas sim pela precariedade do mercado formal, pois a grande maioria dos catadores não exerceu outra profissão por determinação do mercado ou por incapacidade física.

Atualmente, há discussões sobre o pagamento dos recicladores pelos serviços que prestam aos municípios. Contudo, essa discussão ainda está muito incipiente. A bolsa reciclagem é uma realidade presente em poucas cidades do cenário brasileiro. Goulart (2015) analisa a realidade do estado de Minas Gerais, comparando-o a Brasília, onde há um projeto de lei semelhante. A bolsa reciclagem tem o repasse direto às associações de catadores, com base na quantidade (toneladas) separada e vendida de cada tipo de material, trimestralmente.

O estado de Minas Gerais, por exemplo, instituiu a bolsa reciclagem, o que as catadoras compreendem como um reconhecimento/valorização da profissão do(a) catador(a).

Seguindo à tendência que seria instituída pela PNRS, o estado de Minas Gerais aprovou, já em 2011, a lei estadual 19.823/2011, criando um programa denominado Bolsa Reciclagem. Trata-se de incentivo financeiro direto, por meio de repasses trimestrais, às associações de catadores de materiais recicláveis, com intuito de fomentar o trabalho destas associações e melhorar a condição socioeconômica destes trabalhadores, historicamente inseridos em classes sociais abnegadas pelo sistema econômico, pelo poder público e pela sociedade (GOULART, 2015, p. 7).

Percebe-se, portanto, que os(as) catadores(as) de materiais recicláveis, ao mesmo tempo que são incluídos, são excluídos, já que se busca a inclusão desses sujeitos em um trabalho para obtenção de sua renda, mas, ao mesmo tempo, são excluídos pelo próprio trabalho no qual se inserem, já que esse trabalho é

considerado precarizado e sujo.

### 3.3.2 CATEGORIA 2: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES(AS): QUAL O PAPEL DE CADA UM?

Como se viu no decorrer do capítulo 1, a divisão sexual do trabalho emergiu no sistema capitalista, uma vez que a categoria trabalho também emergiu no atual sistema econômico. Sabe-se que a acumulação e o lucro são os principais objetivos do capitalismo e, conseqüentemente, nele acontece a exploração da mão de obra.

A divisão sexual do trabalho considera duas acepções: a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, e as diferenças no tempo e no espaço dessa distribuição; e se compreende como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Recapitulando ainda o capítulo 1, existem dificuldades que são visíveis e constantes entre homens e mulheres, pois são naturalizadas. As mulheres são responsáveis por todo cuidado entre os filhos e o cônjuge, uma vez que essa é considerada uma figura doce, amável e carinhosa. Nessa mesma sociedade patriarcal, o homem é a figura responsável por questões monetárias, já que sua figura é naturalizada como forte e provedora.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003, p.55).

Kergoat (2003) analisa as relações sociais de sexo, as quais são construídas socialmente e têm como base o trabalho. A divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo e relega, como base, as mulheres às esferas reprodutivas e os homens à esfera produtiva.

Kergoat (2003) coloca a divisão social do trabalho em dois princípios organizadores: o princípio da separação, o qual considera que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio da hierarquização, pelo qual um

trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher. Desta forma, consegue-se analisar as profissões em que predominam majoritariamente homens e, conseqüentemente, são ocupações de maior valor, tanto para o mercado, quanto socialmente (engenheiros, advogados, médicos, etc.), e as profissões onde há majoritariamente mulheres, que são ocupações com menores valores (professoras, pedagogas, enfermeiras, etc.).

Kergoat (2003) afirma que a ideologia naturalista acaba por empurrar o gênero para o sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuais. Ainda, aponta que o mesmo papel considerado amplamente feminino em uma sociedade pode ser considerado masculino em outra, ou seja, os papéis variam de acordo com o tempo e o local.

Foi através de uma tomada de consciência que mostrou ser evidente que o trabalho das mulheres era realizado de forma gratuita e invisível. Foi a partir disso que se percebeu que, o que era considerado obrigação para muitas mulheres, era, na verdade, um trabalho realizado sem valor e sem visibilidade.

Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades (KERGOAT, 2003, p. 59).

Hirata (2007) analisa, sobre a precarização do trabalho das mulheres, que esta se encontra não apenas no mercado de trabalho, mas também na família e na esfera doméstica. Nesse sentido, como mencionado anteriormente, sugerem-se três indicadores do trabalho precário: 1) a ausência de proteção social e direitos sociais; 2) horas reduzidas de trabalho que, conseqüentemente, resultam em salários baixos, levando à precariedade; 3) níveis baixos de qualificação, levando a baixas rendas, refletindo na precariedade.

Como apresentado, considera-se que a precarização da mulher abrange tanto sua exploração no trabalho formal, quanto no trabalho doméstico, uma vez que o trabalho da mulher é considerado uma mão de obra barata e seu trabalho doméstico é considerado invisível e sem valor. Conforme já mencionado, o trabalho público é aquele que é visto, valorizado e todos reconhecem; já o trabalho privado é aquele sem valor, feito para os filhos e cônjuges e não é reconhecido nem por estes.

a) Divisão sexual do trabalho: A divisão do trabalho por gênero.

A divisão sexual do trabalho acontece em todas as classes e culturas, tendo grande amplitude, demandando assim o aprofundamento em áreas específicas, como o caso das mulheres catadoras.

Com o trabalho, emergiu a precarização, uma vez que o objetivo do sistema econômico é o lucro e as condições adequadas acabam ficando em segundo e terceiro planos.

A divisão sexual do trabalho, mesmo quando velada, em ambientes considerados igualitários, mostram-se presentes, como podemos compreender nas seguintes falas analisadas:

*Para mim não tem diferença porque tudo que um homem faz uma mulher também faz (Participante E).*

*Também acho (Participante B).*

*Eu também (Participante C).*

*Mas pede socorro. Eu sou uma delas que pede socorro lá né, porque eu e ela fazemo fardo, fardo de 200 kg, 250kg de material aí nós pedimo socorro pros homens, né, nós precisamos de homem para ajudar nós (Participante D).*

*Igual caso, existe pessoa que a gente já pede. Igual para mim é as meninas que pesam, agora que to com homem, não tinha homem, não trabalhava com homem. Não gostava de trabalhar com homem, nós pegava vários homem e era tudo preguiçoso. Agora a gente pegou mais porque a mulher cansa também né, força fica fazendo. Lá você se admirou do piá buscar a menina na creche, que é mulher que faz é ele que faz (Participante E).*

*Lá na associação é lugar de mulher, porque não vejo homem cozinhando lá [risos]. Mas nada contra né, até porque hoje em dia tem cozinheira e cozinheiro (Participante E).*

*Mas os nossos lá não são (Participante B).*

*Os nossos não (Participante A).*

*Os nossos lá não cozinham, mas daí é dividido a tarefa, antigamente era um dia de cada um limpar (Participante L).*

Para melhor compreensão da divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as), foi usada como exemplo a divisão de tarefas domésticas. Grande parte das participantes faz o trabalho considerado braçal sem mostrar algum problema. Em relação ao trabalho doméstico das associações, em todas as

associações é realizado unicamente por mulheres; em apenas uma associação este já foi realizado por homens:

*Antigamente, daí digamos assim, seu Antônio hoje, daí semana que vem seu José. Agora, igual eu to falando para você, agora não, porque tem uma fixa, mas antigamente faziam, era um dia de cada, só lavavam a louça e limpavam o chão (Participante L).*

As diferenças entre uma associação e outra são visíveis: o trabalho considerado pesado em algumas é realizado por homens, mas já em outra é realizado por mulheres.

Problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete, portanto, a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar simultaneamente seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão (KERGOAT, 2003, p. 56).

Sobre a divisão sexual do trabalho, Kergoat (2003) a coloca de forma dialética, considerando todas as variações, uma vez que sua reprodução social acontece das mais diversas maneiras e em todas as realidades.

Scott (1995) analisa a força de trabalho do homem, a qual é considerada superior à da mulher e, por isso, o homem acaba por se apropriar de outros espaços de trabalho, isto é, o homem acaba por ocupar outros espaços profissionais, uma vez que leva em vantagem a força física.

Como já explanado no capítulo 1, Perrot (2005) constata que as mulheres sempre trabalharam, mas isso não quer dizer especificamente que tinham uma profissão, ou seja, no trabalho há um modelo biologicamente naturalizado, o qual coloca o trabalho da mulher como invisível e sem valor, sendo esse trabalho o doméstico.

Como vimos nas falas, o trabalho doméstico continua por ser realizado especificamente apenas por mulheres nas associações de catadores e houve apenas uma associação na qual havia um rodizio para limpeza e organização. Foram unânimes as respostas em relação a cozinhar, pois todas as participantes afirmaram que sempre foram mulheres que cozinham nas associações. Desta maneira, observa-se que a responsabilidade pelas atividades domésticas ainda é

majoritariamente das mulheres, sendo que, em uma das observações nas associações, percebeu-se que a mulher responsável pelo trabalho na cozinha recebia um valor inferior aos demais trabalhadores.

Foi abordado com as participantes do grupo focal sobre a contratação de um homem para realizar o trabalho doméstico<sup>19</sup> (cozinha e limpeza) e as mulheres responderam que essa nunca foi uma possibilidade.

Entre as associações de catadores há uma associação que não permitia a entrada de homens, o trabalho era realizado único e exclusivamente por mulheres, e há pouco tempo as associadas passaram a aceitar homens.

*Na verdade, ele entrou, foi lá um pia que precisa trabalhar. Lá dentro é tudo parente (Participante E).*

Como abordado no capítulo 1, mesmo com o passar dos anos, a responsabilidades dos trabalhos domésticos ainda é das mulheres, pouco mudou no decorrer do tempo essa dupla/tripla jornada de trabalho.

Biroli (2018) compreende que boa parte do feminismo faz uma crítica à maternidade, que tem sido historicamente definida pela divisão sexual do trabalho, sobrecarregando assim as mulheres, principalmente as pobres. Isso restringe sua participação em outras esferas da vida e, em contrapartida, libera os homens das responsabilidades e do cuidado com os filhos. Ademais, essa responsabilidade histórica das mulheres se transforma em mais um fator para sua vulnerabilidade. A dedicação desigual em tempo e energia das mulheres em trabalhos domésticos faz com que tenham maiores dificuldades para o exercício do trabalho remunerado (BIROLI, 2018). Desta forma, entende-se a necessidade de as mulheres se inserirem em trabalhos com jornadas flexíveis e trabalhos precários, como no caso das catadoras de materiais recicláveis.

Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade. As escolhas das mulheres podem ser analisadas como respostas às dificuldades de conciliar o exercício do trabalho remunerado e o cuidado com as crianças, em contextos nos quais as famílias se transformaram, as relações de trabalho não atendem a uma lógica que incorpore a dependência de outras pessoas em relação às trabalhadoras, os equipamentos públicos são insuficientes e os recursos

---

<sup>19</sup> O trabalho da limpeza e da cozinha nas associações de catadores(as) é terceirizado. As associações contratam alguém e pagam referente ao que eles recebem no mês.

para a compra de serviços no mercado são escassos (BIROLI, 2018, p. 107).

Com essa análise da autora, consegue-se fazer um contraponto com Hirata (2007), que trabalha a divisão sexual da precariedade, uma vez que Biroli (2018) considera que a vulnerabilidade é agravada pela dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres. A divisão sexual do trabalho é agravada pelas questões socioeconômicas de cada mulher e também pela ausência de políticas públicas ofertadas pelo Estado, visto que as mulheres trabalhadoras precisam recorrer a escolas públicas para estarem inseridas no mercado de trabalho.

b) A divisão desigual e instrumentos de poder dentro das associações de catadores.

Nos últimos anos, muito tem mudado nas relações do trabalho feminino – maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, luta por equidade salarial, lutas feministas, maior inserção das mulheres na política, entre outros. Mas, ao mesmo tempo que são grandes conquistas, ainda são pequenas, uma vez que a desigualdade de gênero ainda é presente nesse contexto.

Como trabalho anteriormente, entende-se que a divisão sexual do trabalho está presente em nossa sociedade e em várias culturas, e até nas classes mais vulneráveis acontece a divisão sexual do trabalho, como é o caso das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa – PR.

Nas associações de catadores, existem funções que podem ser consideradas de maior importância e, conseqüentemente, têm um campo de disputa maior entre os membros das associações. Com as observações realizadas, percebeu-se que uma das funções de poder está no manuseio da prensa de materiais, essa majoritariamente realizada por homens: de quatro associações de catadores, em apenas uma são as mulheres que fazem.

Godinho; Teixeira (2003) compreendem que, com as taxas de desemprego elevadíssimas, para aqueles que possuem um emprego as condições são de precariedade: terceirização, trabalho sem registro, trabalho em domicílio e outras formas de subcontratação. Foi no trabalho doméstico que mais cresceu a inserção de mulheres – um trabalho precário e que não exige muita qualificação.

Hirata (2003) destaca que, na década de 90, o mercado de trabalho mudou,

tanto para os homens, quanto para as mulheres. O emprego masculino passou por uma regressão, ou melhor, uma estagnação. A liberação do comércio e a intensificação da concorrência internacional teve como resultado o aumento do emprego e do trabalho feminino. Houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho; no entanto, foram trabalhos precários e vulneráveis.

O aumento do número de empregos remunerados, acompanhado de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, é um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero. Por outro lado, é possível dizer que as desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram atenuadas, e que a divisão do trabalho doméstico não foi modificada de maneira significativa, apesar de um maior envolvimento das mulheres em suas responsabilidades profissionais (HIRATA, 2003, p. 19).

Hirata (2003) considera que, ao mesmo tempo que há o aumento de empregos remunerados, estes vêm acompanhados de precarização e vulnerabilidade. A globalização representa novas oportunidades, mas também apresenta novos riscos para as trabalhadoras.

Com relação à precarização e à divisão sexual do trabalho nas associações de catadores(as), apontamos as seguintes falas:

*Lá nós temo o preneiro, o caminhão chega e ele fica lá, não, só escute, ele fica só pensando se carrega o caminhão agora ou não, se não for lá e falar para ele “- É para carregar pro motorista vir buscar” ele não se mexe (Participante G).*

*Mas nós lá é parecido (Participante L).*

*Tem que chegar e mandar (Participante G).*

*Tem que mandar, mandar mais, se não eles não fazem (Participante A).*

*Mas pede socorro, eu sou uma delas que pede socorro lá né l. porque eu e ela fazemo fardo, fardo de 200 kg, 250kg de material ai nós pedimo socorro pros homens, né, nós precisamos de homem para ajudar nós (Participante D).*

Quando perguntado se em todas as associações os homens eram preneiros, as mulheres responderam da seguinte forma:

*Não (Participante A).*

*Não (Participante B).*

*Na nossa são homens (Participante E).*

Há apenas uma associação onde os homens não são preneiros, e na mesma associação há homens na presidência e na tesouraria. Uma das participantes afirmou que agora são homens, mas antes eram mulheres:

*Agora sim, agora, porque antes era nós (Participante K).*

*Já foi tentando colocar homem na prensa, não vai (Participante B).*

*Agora o nosso homem ele é brabo, mas é bom (Participante G).*

*É trabalhador (Participante H).*

*Não dá falar com ele, mulher falar com ele é pedir para brigar. Ele tem um trauma tão grande mulher (Participante G)*

*Os nossos preneiros, da nossa lá, eles querem fazer fardo muito grande, aí deixa baixar, aí quando chega lá em cima não tem como tirar (Participante B).*

*E eles fazem 2, 3 fardos por semana, aí não tem como (Participante A).*

*Lá tem umas boa de prensa, a L. a T, uma porção (Participante K).*

*Tem uma lá que se tiver material faz 16, 17, 18 fardos, por dia, sozinha (Participante G).*

A prensa pode ser vista – e, pelas nossas observações, ela tem esse patamar – como um instrumento de poder dentro das associações de catadores. Ocorrem disputas internas para ocupar a função de preneiro(a), uma vez que a prensa é indispensável para agregar valor aos materiais em processo de reciclagem, pois o comprador compra o material somente se estiver prensado, sem contar que, prensando, o peso fica maior e a associação recebe mais.

A divisão sexual do trabalho, como trabalhada no capítulo 1, compreende que existem trabalhos para homens e mulheres, como também trabalho hierarquizado, ou seja, o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher. Consegue-se fazer esse paralelo em relação à função de preneiro(a), que é ocupada em grande maioria por homens. Na única associação onde isso não acontece, os homens ocupam cargos na diretoria, na qual não precisam dispor sua força física para o trabalho.

Outra questão relacionada se refere à tomada de decisões dentro das associações de catadores, buscando compreender se as mulheres dentro das

associações, por serem em maioria, tinham voz. Questionou-se se nas decisões das associações prevaleciam a dos homens e, em relação a isso, as mulheres responderam da seguinte forma:

*Sim (Participante A).*

*Isso (Participante B).*

*Nós lá já é pelo homem (Participante B).*

*Lá sim (Participante C).*

*Lá participa, fica na reunião, mas não é como eles querem (Participante E).*

*Lá não, nem participa da reunião (Participante L).*

*É, eles que falam a última palavra (Participante B).*

*É sim, eles falam nós queremos assim e vamos fazer assim (Participante A).*

Dentro das associações de catadores, o processo democrático se faz muito importante, uma vez que se considera que não há cargos superiores e nem inferiores e que, teoricamente, as decisões seriam de acordo com o voto da maioria.

Para tal compreensão, faz-se aqui um paralelo com a democracia brasileira, a qual ainda é frágil, principalmente no que se diz respeito às mulheres. Biroli (2018) compreende que o direito ao voto foi uma das conquistas mais visíveis do feminismo, e foi a partir do século XIX que as mulheres conquistaram o direito ao voto em diferentes partes do mundo, com uma variação de tempo de inclusão. Biroli (2018) ainda cita que, na América Latina, o primeiro país a incluir as mulheres no eleitorado foi o Equador e posteriormente Uruguai, Chile, Brasil e Bolívia. Em relação ao Brasil, sabe-se que as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, mas esse só se igualaria ao dos homens com a Constituição Brasileira de 1946, quando o alistamento feminino deixou de ser facultativo.

Esse paralelo é importante, pois o direito ao voto e o exercício da democracia para as mulheres foi duramente conquistado em todos os países, mas percebe-se que, mesmo em locais de trabalho onde há uma gestão democrática, as mulheres não têm sua voz e seu voto respeitados, como é o caso dessa associação de catadores em que as falas e as nossas observações nos mostraram que as mulheres não têm direito nas decisões.

### c) A necessidade ou não de homens na associação

Com dados já apresentados anteriormente das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa – PR, conclui-se que essas são compostas majoritariamente por mulheres, contrariando os dados nacionais. Dessa maneira, perguntou-se para as participantes se há necessidade ou não do trabalho dos homens dentro das associações.

*Bom, eu para mim, no meu ponto de vista, eu to quase completamente realizada, eu adoro meu trabalho, eu voltei a estudar, coisa que eu queria tanto né, e se fosse para mudar alguma coisa no meu trabalho eu gostaria que fosse liderado só por mulher, que as mulheres entendem uma à outra; (Participante A).*

*Eu também, no meu serviço vai tudo bem Graças a Deus. Chego em casa e tenho quatro criança para cuidar [risos]. 7h da manhã tô de pé denovo, vai que vai. Enquanto tiver força e saúde, o resto vai indo (Participante B).*

*Eu também tenho a mesma opinião da (entrevistada A), gostaria que fosse só mulheres e no dia a dia também, mesma coisa, queria que a mulher fosse mais vista, mais valorizada, a gente é muito humilhada; (Participante C).*

*Eu, com a idade minha, eu gosto de ser amiga de todo mundo, conversar bastante e trabalhar bastante até que minha menina falou “- mãe o que é isso, não vá a pé para associação” mas eu vou mesmo assim [inaudível] eu chego de tarde com chuvinha, eu disse “ É, morre não leva nada, não vou trabalhar agora, vou depois” mas sempre vou trabalhar, eu sou muito conhecida no mundo (Participante D).*

*Eu acho que a gente precisa de um pouco mais de respeito, né. Eu vejo pelos comprador que chega na associação, eu não sei nos outros barracão, mas tem uns que chegam assim todo poderoso e, como é uma mulher que vai atender, eles querem ponhar preço, né, e eles se acham, né, porque é uma mulher que vai atender, eu vejo porque é eu que atendo, né. Teve um de Curitiba até, chego lá “- Ta muito caro” e eu falei “ Se quiser”. Eu já trato assim, me trate bem que eu trato bem, se quiser beleza, se não quiser acho outro lugar que compre. Então a gente vê muito isso, homem chega lá e quer dar ordem, eu até digo para as meninas “- Quando eu não tiver e chegar homem é o preço que nós queremos, se não quiser, deixa lá”. E o serviço, gosto do que eu faço, se fosse para me oferecer um serviço fichado hoje em dia eu não sairia da associação, ficaria lá mesmo (Participante E).*

*Eu gosto do serviço que eu faço também. Só acho que tinha que ser um pouquinho mais valorizado. Eu gosto. Minha menina vai para escola de manhã cedo, eu vou buscar; a pequenina de 7 anos eu falo para meu menino levar (Participante F).*

*Eu penso que, do jeito que nos trabalhamos, tinha que ganhar mais, ser mais valorizado. A gente trabalha, né, nosso serviço é mais pesado que serviço de homem, nós tinha que ganhar melhor, ter mais ajuda. Para falar bem a verdade para você, tem mulher lá que ganha de homem, trabalha mais que homem. Nós temo mulher lá que bate lixo, puxa material de*

*caminhão, mulher trabalha até mais, descarrega caco. Os homens correm, tem que ficar em cima deles (Participante G).*

*Eu fiz minha casa com reciclagem (Participante H).*

*Eu também, tudo que eu tenho é do meu serviço. O meu marido só sabia, só tinha filho, não me deu nada. Depois que eu aprendi a caminhar com minhas pernas (Participante G).*

*Na verdade, a gente só começou a trabalhar que tivemos as coisas, se tivesse com marido, não teria nada (Participante B).*

*Sei que para mim tá bom, só que tem que valorizar mais. Eu não tenho preconceito contra o homem, deixa eles, não adianta a gente ficar falando deles, a gente culpa eles (Participante H).*

*Lá na associação, os homem ajuda nós, eu eles não deixa a gente pega no pesado, nem eu, nem ela [aponta para outra entrevistada] (Participante D).*

*É difícil né, porque se a gente foi fazer um serviço e ponhar um homem junto, a gente perde deles, eles já ficam caçoando a gente, né, né, eles ficam caçoando a gente “ai eu faço mais que você” e às vezes a gente faz mais que eles, eu na minha idade já não aguento mais, né (Participante H).*

*Eu acho que tinha que ser mais reconhecido esse trabalho, ter direitos, né, facilitaria a vida [inaudível] tinha que ser mais reconhecido (Participante I).*

*Acho que nós tinha que ter mais valor, ser mais reconhecido, agora através dos homem, né, porque na nossa lá, tem uns homem que são uma frente para ajudar nós, não são todos, mas tem alguns que quando eles faltam faz falta (Participante J).*

*Eu acho que, sobre os homens, eles fazem falta no serviço mais braçal. Mas assim mesmo tem que tá pegando no pé, porque se não as mulher vão tá fazendo o serviço dos homem e os homem ficam de nós na esteira, para descarregar caminhão, também chega carga e eles não querem ir, então é bem complicado. Eu acho que para lidar com mulher é mais fácil do que lidar com homem (Participante K).*

Essas falas, assim como as observações, revelam que os homens são bem-vindos nas associações. Não se trata de “eliminá-los”, pois há um reconhecimento da necessidade deles, especialmente no que diz respeito à força física, reproduzindo a ideia de que há trabalhos para homens e mulheres, assim como o sentimento da proteção, ou seja, de que é preciso ter a presença do homem na associação para se sentirem respeitadas e protegidas frente aos agentes externos que vêm fazer as comprar de materiais, por exemplo. Essas falas só corroboram com as demais análises e apontamentos feitos no decorrer deste trabalho quanto à existência da divisão sexual do trabalho nas associações de catadores de materiais recicláveis em Ponta Grossa. Contudo, o que se destaca nas entrelinhas e que há de se ressaltar é que existe a queixa da necessidade de maior valorização e melhores condições para

as mulheres no dia a dia do trabalho da associação, e isso demonstra que há potencial de reivindicação quando espaços de diálogo são abertos.

### 3.3.3 CATEGORIA 3: A DUPLA/TRIPLA JORNADA DE TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS E A BUSCA POR RECONHECIMENTO DESSES TRABALHOS.

Quando se fala em família, automaticamente compreende-se o papel de responsabilidade da mulher em relação à casa e ao cuidado aos filhos. Como já mencionado anteriormente, a maternidade é debatida em diferentes ângulos segundo as feministas (BIROLI, 2018).

Biroli (2018), quando fala em família, considera que existem duas acepções: uma delas é a do *controle* que incide sobre mulheres e homens, o qual define, por um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas, e, de outro lado, formas de vida que, por serem estigmatizadas, acabam se tornando alvo de violência simbólica e de privações. A dimensão desses controles ressalta as conexões entre família e normatização.

Gênero e sexualidade têm grande importância aqui, uma vez que estão em questão os controles sobre os corpos e a normatização dos afetos. Ideias de sucesso na regulação das relações, como o da domesticidade feminina da maternidade e do amor romântico, estabelecem, em conjunto com a heteronormatividade, perspectiva para julgar vidas concretas que não correspondem a elas, que escapem a seus códigos (BIROLI, 2018, p. 92).

A segunda acepção trata dos *privilégios* e das desigualdades. As concepções de família são definidas através de políticas públicas e leis e, com isso, excluem formas práticas de organização. Isso não se trata apenas do reconhecimento social desigual, mas também do acesso desigual a recursos materiais e direitos, desde políticas públicas de financiamento de moradia, até o acesso de planos privados de saúde, seguridade, adoção de crianças e direito a herança, ou seja, o reconhecimento do que é ou não família envolve, desde direitos, a políticas públicas (BIROLI, 2018).

Tal entendimento é essencial, uma vez que se busca entender qual é a influência da família e da maternidade na vida das mulheres, e até que ponto esse é um fator de desigualdade econômica e social para estas. “Família e maternidade –

Em sua forma moderna e ocidental, que se tornaria referência para idealizações ainda ativas – são produtos de um mesmo contexto histórico, qual seja, o advento da burguesia como classe hegemônica” (BIROLI, 2018, p. 93).

A dupla/tripla jornada está presente no trabalho das mulheres, visto que essas são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Como explanado no capítulo 1, Sousa e Guedes (2016) trabalham com a perspectiva da história do século XIX, em que há uma divisão do trabalho: público e privado. Os homens pertenciam à esfera pública, trabalho que é visto e valorizado por todos, com o papel de provedor da família. Já a mulher “pertencia” à esfera privada, trabalho pouco reconhecido, com o papel de mulher cuidadora.

Sousa e Guedes (2016) analisam que há uma dicotomia entre público/privado, a qual está associada a trabalho remunerado/não remunerado e contribui para divisão sexual do trabalho. As atribuições são socialmente definidas para homens e mulheres, e, no fim, permanecem as concepções culturais, uma vez que as mulheres ainda são responsáveis pela reprodução social.

Em relação à dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres, os autores compreendem que a “não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 124).

Deve-se considerar a importância do tempo despendido para cada atividade, pois, quanto melhor a organização do tempo, teoricamente melhores seriam os resultados monetários. Nesse sentido, as mulheres despendem muito tempo em atividades domésticas, por muito tempo invisibilizadas, fazendo com que seu tempo para atividades profissionais fosse menor em relação ao do homem.

A divisão do trabalho proveniente das “relações sociais de sexo” reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

Sousa e Guedes (2016) fazem uma análise importante em relação às horas trabalhadas de trabalho profissional/trabalho doméstico entre homens e mulheres no cenário brasileiro. Tal análise já foi apresentada no capítulo 1, mas recapitulemos

aqui com o objetivo de maior compreensão da dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres no cenário brasileiro. Sousa; Guedes (2016) analisam que as mulheres desprendem pelo menos 12 horas a mais que os homens para os afazeres domésticos.

Durante um período considerável de tempo, as mulheres estiveram restritas ao espaço doméstico, tendo seu direito de interagir nos espaços políticos e nas questões sociais cerceados. Esse aspecto se deveu, principalmente, ao lugar de cuidadora ocupado pela mulher na sociedade. Com base na discussão feita neste artigo, essa atribuição “feminina” contribuiu para uma separação fundamental entre os sexos na esfera pública e privada, e entre as “escolhas” de trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Nessa dicotomia de espaços e funções sociais foram destinados aos homens os espaços públicos e as atividades produtivas remuneradas e às mulheres, os espaços privados e as funções reprodutivas gratuitas (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 136).

Sousa e Guedes (2016) ainda consideram que o modelo de família e de sociedade ocidental vem enfraquecendo, graças aos novos arranjos familiares, à feminização do emprego e à necessidade de as mulheres contribuírem com o sustento familiar.

Biroli (2018) faz uma importante constatação no que se refere à educação e ao cuidado dos filhos. As mulheres em seus cotidianos encontram diversos desafios e dificuldades para a criação dessas crianças, e isso implica em solidariedade e superação, mas também em sofrimento.

Mas ainda assim se faz necessário que a luta pela igualdade e por direitos das mulheres seja constante, uma vez que a dupla e tripla jornada ainda é presente, a mulher ainda está inserida em contextos de trabalhos precários e ainda há uma responsabilidade muito grande em relação a seu papel no contexto familiar. Desta forma, busca-se compreender as dificuldades que mulheres encontram diante de jornadas exaustivas de trabalho.

a) Do lar ao trabalho profissional: as dificuldades que mulheres encontram diante de jornadas cansativas de trabalho.

Neste item, busca-se compreender quais as dificuldades que as mulheres das associações de reciclagem encontram diante de suas jornadas de trabalho. Esta análise é realizada com base nas principais reclamações das mulheres, tanto de

dificuldades para realizar seu trabalho, quanto das reclamações que têm em relação ao seu trabalho.

*Eu acho que [...] Eu, pelo menos lá em casa, 5:40 a.m to em pé. Tenho que arrumar o pai do piazinho para sair, embarcar meu netinho no ônibus da creche, para ir ainda, às vezes vou a pé, às vezes vou de ônibus, olhe, 1h e 30 minutos todo dia para ir e para vir, ai chegar em casa, tomar banho, fazer janta, lavar a louça, ai vai deitar meia noite, quando é quatro, cinco tô em pé de novo, não é fácil né, não é fácil (Participante L).*

*E meu piação pergunta, o que é que você tem? (Participante K).*

*Às vezes, você chega meio encabulada “O que que viu hoje?” “- O que que vi hoje, fiquei a semana inteira fazendo uma hora e meia da caminhada, chegava em casa cansada todo dia (Participante L).*

*Lá nois temo o preneiro, o caminhão chega e ele fica lá, não, só escute, ele fica só pensando se carrega o caminhão agora ou não, se não for lá e falar para ele “- É para carregar pro motorista vir buscar” ele não se mexe. (Participante G).<sup>20</sup>*

*Nós também, chega o caminhão e os homens não fazem nada, tipo lá na verdade tem homem que nós pegava para ficar na prensa, na mesa, tem uns que vai, tem uns que trabalha igual mulher, mas [negação com o rosto] (Participante E).*

*Tem hora que você precisa de um homem, lá nós temos cinco homem, na hora que você precisa de um, cadê eles? (Participante A).*

*Eu levanto 5h da manhã, lavo roupa, limpo a casa, deixo tudo feito para depois ir trabalhar, faço tudo para depois ir pro serviço (Participante H).*

Um dos primeiros pontos a se destacar é com relação à invisibilidade do trabalho do catador, que está associada ao preconceito, estigma e a marginalização sofrida pelos catadores em geral, não só os homens, e que está documentada historicamente. Esses trabalhadores são indesejados por grande parte da sociedade e do poder público. “A proximidade física existente entre eles e as demais pessoas que transitam diariamente pelas ruas é subordinada a um forte distanciamento oriundo das fronteiras sociais e econômicas erigidas histórica e culturalmente” (MAGALHÃES, 2012, p.21).

Escrever sobre catadoras(es) de materiais recicláveis remete para um contexto marcado pela heterogeneidade das relações no que tange à diversidade de práticas exercidas. Contudo, percebemos que há uma característica comum do trabalho realizado por mulheres nos galpões de reciclagem: em um contexto de precariedade, as mulheres ocupam a

<sup>20</sup> As quatro próximas falas encontram-se também na página 126. Repete-se tais falar, uma vez que elas são importantes e se encaixam nos dois contextos dessa análise.

margem mais precária e mais desgastante na cadeia produtiva da catação/reciclagem [...] (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 252).

A inserção da categoria profissional de catador(a) dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) trouxe uma forma de reconhecimento teórico à atividade do catador; mas, em relação à prática, isso nada mudou, pois, o catador continua sofrendo preconceitos, não houve mudanças salariais em sua rotina e esses ainda trabalham em uma situação precária.

Segundo Magalhães (2012), há uma grande necessidade do reconhecimento e da valorização da profissão, uma vez que o direito sobre o material reciclável só é dado ao catador enquanto não há um terceiro interessado nesse material.

Uma forte reivindicação se faz presente, assim, em relação ao reconhecimento do trabalho dos catadores por parte da sociedade. É nesse sentido que ocorre uma forte apropriação, tanto pelo MNCR como também por políticas governamentais, do catador como “agente ambiental” e “educador ambiental”. A exigência de um reconhecimento em relação aos serviços ambientais prestados pelos catadores pode ser observada, então, tanto nos discursos de diversos catadores organizados, notadamente os integrantes do MNCR, como também em apresentações realizadas pelos organizadores de cursos de capacitação e seminários (sendo estes integrantes do MNCR, membros de organizações não governamentais e, por vezes, representantes de órgãos governamentais, em geral nas instâncias federal e estadual do executivo) para grupos de catadores (MAGALHÃES, 2012, p. 101).

Então, compreende-se que a reciclagem é a fonte de renda e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Essa historicamente é fonte de sobrevivência dessas pessoas e se faz necessário que ocorra a regulamentação e o reconhecimento para a profissão do catador, uma vez que esses precisam de garantias, pois, mesmo num trabalho com tantas condições precárias, existe a necessidade de garantias e regulamentação.

b) A ausência de políticas públicas para garantir às mulheres sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

A desigualdade entre homens e mulheres ainda é fortemente marcada pelas diferenças biológicas. “O debate em torno da igualdade social *versus* diferença natural entre mulheres e homens constitui, deste modo, o pano de fundo sobre o

qual decorre a procura de políticas promotoras da igualdade entre os sexos” (FERREIRA, 2004, p. 77).

Ferreira (2004) considera que há análises que relevam progressos no mercado, na autonomia e nas condições de vida das mulheres. Em contrapartida, destaca-se o caráter limitado desses avanços, como também uma grande incerteza em relação ao futuro.

A crescente aceitação dos direitos das mulheres e do princípio da igualdade é, em parte, devido precisamente aos esforços de redes internacionais de organizações de mulheres que conseguiram impor a visão de que metas consensuais como o “desenvolvimento econômico”, a “defesa dos direitos humanos” e o “desenvolvimento auto-sustentável” só podem ser alcançadas se se tiverem em conta as relações sociais de sexo (FERREIRA, 2004, p. 98).

Soares (2004) coloca que o Estado não é neutro em relações às desigualdades, nem mesmo as desigualdades de gênero; por isso, as políticas públicas se mostram tão necessárias para tentar minimizar seus efeitos. O Estado tem um papel fundamental nas mudanças culturais e de condições de vida das mulheres, portanto as ações devem estar voltadas para a construção de igualdade.

No grupo focal, as catadoras citaram por várias vezes a necessidades de políticas públicas<sup>21</sup>, principalmente no que se refere a políticas públicas de maternidade.

*As nossas meninas lá quando engravidam, nós por conta pagamo 15 dias, nós pagamos 15 dias antes de ganhar e 15 dias depois que ganham (Participante G).*

*E elas voltam geralmente? (Pesquisadora 1).*

*Elas voltam (Participante G).*

*E geralmente elas voltam com quanto tempo depois que têm bebê? (Pesquisadora 1).*

*Olhe, eu vou te falar a verdade, o meu último filho que eu tive ele tem 9 anos e eu voltei com 12 dias (Participante G).*

*12 dias depois que você teve o neném? (Pesquisadora 2)*

*12 dias, né, dona S. O meu, eu ganhei 12 dias, eu saí antes do serviço, saí e não me pagaram nada, e meu piazinho tava com uns 15, 16 dias quando voltei (Participante G).*

<sup>21</sup> Na análise anterior, foi citada a Previdência Social, a qual foi relatada pelas catadoras como uma das preocupações em relação ao acesso das políticas públicas.

*As outras associações também fazem isso? (Pesquisadora 1)*

*Na nossa não aconteceu (Participante K).*

*Ninguém teve bebês? (Pesquisadora 1).*

*Não, só a menina, mas ela já tinha saído antes (Participante L).*

*A gente tenta ajudar o possível que tá no alcance da gente. Igual, na dieta, eu mesmo já não deixo voltar, a gente tem preocupação, né, mas a gente paga 15 dias, né, e não corre risco de, já aconteceu lá com nós, de gente ficar internado com os filhos, a gente para. Porque isso não é uma coisa que é culpa da mãe, acontece, né (Participante E).*

*Lá com nós também acontece, e tem gente que é boa e quer pagar, mas tem gente que é tão ruim que não quer (Participante G).*

*Viu, mas então, levantando uma suspeita aqui... Lá, com nós, isso aí não acontece. Que nem, vocês sabem, igual eu, agora, graças a Deus, tô tranquila com meu netinho, porque vocês sabem, eu crio meu netinho. Ele tem problema de bronquite asmático e quando ataca vocês sabem que a criança fica ruim. Aí o pai precisa trabalhar também, porque a criança não vai sobreviver só do vento, o quê que nós fazia? Eu trabalhava na associação durante o dia, uma noite eu posava lá no hospital com ele, ficou 22 dois, aí na outra noite o meu piá vinha dormir na casa para ficar com ele na casa né, mas assim por diante. Se você precisar assim para um neto, não é você que tá doente, então não tem direito (Participante L).*

*Nós se ajudamos (Participante E).*

*Você vai no médico, nós não pagamos. Para você ganhar um dia só, se você trabalhar meio (Participante L).*

Através dessas falas, percebe-se uma relação de solidariedade e de cuidado entre as associadas. Duas das quatro associações realizam esses acordos para as mulheres poderem se recuperar do período pós-parto.

Como já mencionado anteriormente, Saffiotti (2015) considera que a mulher é responsável pela reprodução da sociedade através da maternidade e, com a licença maternidade, deu-se a maior uma maior garantia às mulheres em relação ao trabalho.

Em contrapartida, percebe-se que nas associações de catadores não há garantia nenhuma em relação ao trabalho, muito pelo contrário. Muitas vezes, ainda debilitadas depois do pós-parto, essas mulheres voltam para seus trabalhos, o qual exige delas muitos esforços físicos.

Biroli (2018) considera que, quando se aborda o tema maternidade, as desigualdades são bastante evidentes, sendo que há muitas tensões entre a autonomia das mulheres e a criação dos filhos. A maternidade define historicamente

a divisão sexual do trabalho.

Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado. Implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida pública, como a política. Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres [...]. Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade (BIROLI, 2018, p. 107).

A maternidade, ao mesmo tempo que é considerada algo importante para a mulher, acaba limitando sua autonomia e sua independência. Nessas condições de catadoras, a questão é muito pior, pois limita também economicamente, porque não há licença maternidade; há a necessidade de trabalhar ou não terá a renda desse dia de trabalho.

O que ocorre em algumas associações, como se pode perceber em Ponta Grossa, é que as mulheres das associações fazem um acordo entre si, para garantir saúde para as mulheres que se encontram grávidas, demonstrando a total falta de políticas públicas voltadas para a condição da mulher. Ainda há que se considerar que em nem todas as associações podemos observar isso, como nos mostram os seguintes relatos:

*Então, é que a determinação não depende só de nós. Por exemplo, se ela fica doente (aponta a colega ao lado), e eu quero pagar para ela, os outros não aceitam. Na realidade, nós lá fazemos assim, nós temos uma diretoria e nós decidimos. Por exemplo, a S. ela ficou doente esses dias, a diretoria se reuniu e resolvimos pagar o dia dela (Participante A).*

*No nosso, maioria não aceitam, porque não é justo, ela ficou doente não sei o quê (Participante B)<sup>22</sup>.*

*Me diz uma coisa, quando acontece assim, alguém ficou doente, é, é mais fácil aceitar dividir se for uma questão de doença vinculada à mulher ou não? Ou o homem também já aconteceu e vocês aceitaram? Como que é isso? Assim, quando é a mulher, vocês têm um cuidado a mais se é uma mulher, com relação à questão, porque vocês conhecem se é uma mulher, quando ela tem bebê, ou fica doente, ou tem alguma coisa no útero, ou tem alguma coisa com o neto... É mais fácil de decidir, ou seja, as decisões são mais fáceis ou não? (Pesquisadora 1)*

*Ah, para mulher sim, porque tem homem que nós já sabemos que ele não ficou doente, ele já ficou na casa por causa de bebedeira, então nós vamos mais pelas mulheres, pelos homens não (Participante A).*

---

<sup>22</sup> As entrevistadas A e B fazem parte da mesma associação.

*Então vocês olham mais o sentido de mulher defender a mulher (Pesquisadora 1).*

*Mas lá, nossos homens também não ficam doente, eles são fortes (Participante A).*

*Por que será que os homens não ficam doentes? (Pesquisadora 1)*

*Nós temos um lá que sempre fica doente, mas nós sempre pagamo para ele (Participante G).*

*Só que nós não, porque nós já sabemos que ele não ficou (Participante A).*

*Tão se quebrando de jogar bola, homem e mulher, o quê que a gente fez? A gente não iria deixar eles passarem necessidades. Culpado foi eles, né. Não podia, mas aconteceu, feito. A hora que pessoa precisou, por exemplo, a Z. os homens também ajudaram a pagar, então vamo ajudar eles (Participante E).*

As entrevistadas A e B, que relataram que, na associação, elas não tinham direito a voz e voto, são as mesmas que relataram que em suas associações não há acordos de licença maternidade para as mulheres, pois, segundo as participantes do grupo focal, os demais não aceitam, afirmando que não é justo, até mesmo em casos de doença.

Nas falas acima, as mulheres também relatam as faltas e ausência dos homens em dias de trabalho. As falas foram relacionadas a bebida e a lesões no futebol. As mulheres se mostram solidárias e preocupadas em relação tanto à saúde das mulheres quanto dos homens.

Vale ressaltar que a fala sobre os 15 dias de licença que são dados para as mulheres gestantes é das participantes que só aceitavam mulheres em sua associação.

Carloto (2004) considera que cada vez mais as feministas estão buscando discutir a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas, principalmente no que se refere ao combate à pobreza. Há programas que colocam mulheres sendo as beneficiárias, com a concepção de igualdade, direitos e cidadania numa perspectiva emancipatória para as mulheres. “As políticas sociais no Estado do bem-estar social (welfare-state) e, principalmente, no neoliberalismo dependente das atividades de assistência realizadas no âmbito privado pelas mulheres e as de cunho comunitário e assistencialista” (CARLOTO, 2004, p. 150).

Os programas focalizados de “desenvolvimento”, principalmente os

propostos pelo Banco Mundial, têm como eixo o combate à pobreza; como preocupação, a eficiência das medidas e, como alvo preferencial, a família e, dentro destas, as mulheres. A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares. Há uma valorização da família como locus privilegiado de superação das seqüelas da questão social, por um Estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e pouco tem implementado, em termos de política social, estratégias de superação das desigualdades sociais. O enfoque prioritário tem sido o papel das mulheres na esfera doméstica, relacionado fundamentalmente à maternidade. Assim as mulheres são tratadas como receptoras passivas mais que participantes ativas, sendo a criação dos filhos seu papel mais efetivo (CARLOTO, 2004, p. 151).

Entende-se então que, mesmo as mulheres estando inseridas em um contexto de desigualdades, elas acabam sendo atingidas por algumas políticas públicas por estarem dentro de um contexto familiar, não por serem uma classe desprivilegiada. “A premissa básica é que não só as mulheres são mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas” (CARLOTO, 2004, p. 151).

Fica evidente a ausência de políticas públicas tendo como foco as mulheres. No que tange às políticas públicas de reciclagem em geral, incluindo homens e mulheres, falta muito ainda nesse cenário para se ter o mínimo de condições de trabalho, proteção e dignidade aos catadores e catadoras. Neste trabalho, porém, o destaque é para a questão de gênero, considerando tudo que já foi dito nos capítulos e itens acima, em que se destacou a forte presença feminina cumprindo tarefas num mercado informal de trabalho, assim como tarefas também no âmbito da educação, nos espaços públicos, na vida privada. Esses apontamentos evidenciam a demanda e os desafios na elaboração e execução de políticas públicas que possibilitem modificar as desigualdades sociais, alterando as relações de poder e o acesso a direitos, visando também a transformar situações que permitam às mulheres reverter sua condição de desigualdade como as evidenciadas pelas falas e observações neste trabalho.

c) Diferença salarial entre homens e mulheres, desvalorização do trabalho da mulher e a divisão de tarefas domésticas.

Como já dito anteriormente, é visível a diferença salarial entre os homens e mulheres, principalmente pela dupla jornada de trabalho que a mulher possui. Vale lembrar que, devido às duplas/triplas jornadas de trabalho que as mulheres possuem, fica mais difícil a dedicação para o trabalho profissional. Nas associações de catadores, o salário é equivalente ao número de horas trabalhadas, fazendo com que muitas vezes a mulher acabe por receber menos que um homem.

Biroli (2018) compreende que há uma distinção entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado e é através do trabalho que as mulheres realizam sem remuneração que os homens ficam livres para engajar no trabalho remunerado. A autora ainda faz uma importante observação que, para muitos que não realizam o trabalho doméstico, não é evidente que este toma tempo, como, por exemplo, aqueles que não se preocupam com a limpeza da casa e o cuidado com os filhos podem torná-lo irrelevante ou simplesmente não o enxergar, mas mesmo assim tal trabalho continuará sendo realizado, não exigindo desses nem tempo, nem esforço, nem energia.

Dessa maneira, colocam-se aqui as principais falas das mulheres em relação à diferença salarial delas em relação aos homens, dada pela diferença de horas trabalhadas.

*Na nossa se for contar são os homens, porque os homens é bem mais prático né, o homem chega em casa fica de boas, nós mulher... nós não, nós mulher chega e tem tarefas para fazer (Participante B).*

*E isso prejudica lá no trabalho? (Pesquisadora 1)*

*Com certeza, eles trabalham bem mais sossegados (Participante B).*

*Bem mais sossegado (Participante A).*

*Nossa, se fosse para eu trabalhar como um homem lá, eu tava no céu (Participante B).*

*Na realidade, deveria ter só mulher (Participante A).*

*Para nós lá, na verdade, não faz falta homem (Participante B).*

*Não faz falta para vocês? (Pesquisadora 2)*

*Não, nem um pouco (Participante A).*

*Não, porque nós já trabalhamos em mais mulher mesmo, né. Se for para carregar o caminhão, são as mulher que vão ajudar (Participante B).*

*Tem hora que você precisa de um homem. Lá, nós temos cinco homem, na hora que você precisa de um, cadê eles? (Participante A).*

A partir dessas falas, percebe-se que as entrevistadas A e B foram as que mais relataram sobre as dificuldades na realização do trabalho juntamente com os homens das associações.

Questionou-se também o que as mulheres achavam quando um homem tinha uma renda superior à delas no ganho semanal ou quinzenal, e essas responderam:

*Nossa eu fico filha da mãe da cara, mas não posso fazer nada (Participante B).*

*Isso já aconteceu comigo, porque eu trabalho a semana inteira na prensa, e teve um dia que nois tinha carregado a carga do caminhão já, tinha feito todos os fardos, aí eu precisei faltar e no dia que eu fui receber descontaram de mim, e falaram “olhe eu vou ter que ter tanto porque você faltou” e eu falei “que bom né, mas graças a Deus a carga já tava completa” e o caminhão já tinha ido, com a carga toda completa, tudo empilhado e eu precisei faltar e os homens receberam mais que eu e não é justo, porque eu peguei cada fardo daquele, eu fiz cada fardo daquele e eu precisei faltar um dia, perdi o dia e me descontaram a venda, não é justo (Participante B).*

*Lá nós temos o direito só até meio dia, o dia todo não e temos que trazer alguma coisa que comprove (Participante C).*

*A falta que a gente desconta é quando eles tã de gancho, porque eles não são muito de falta e quando eles faltam, eles contam onde foram, aí a gente entra num acordo, tanto mulher quanto homem, porque o homem também tem compromisso; (Participante E).*

*E escola também, né, porque tem muitas mulheres que são mãe e pai, eu sou uma, ela também [aponta para colega de lado dela] (Participante C).*

*Nem sei a última vez que fui na escola, eu tenho um piázinho que tá na creche e é só minha menina que vai, vai nas reuniões, nas apresentações, eu nem na apresentação dos dia das mães eu fui (Participante B).*

*Verdade (Participante A).*

*Porque se a gente fosse, a gente perde (Participante B).*

*É descontado (Participante A).*

Nessas falas, percebe-se que muitas mães acabam se tornando ausentes da vida escolar dos filhos para poderem cumprir o trabalho profissional. Essas transferem suas responsabilidades para suas filhas mais velhas, o que acaba sendo a única opção viável para conseguirem conciliar a criação dos filhos e o trabalho profissional.

Nessas falas acima, também se percebeu a indignação das mulheres em relação a receber menos que um homem, mesmo quando essas deixam o trabalho em dia para não prejudicarem ninguém e nem serem prejudicadas.

Foi relatado pelas participantes da pesquisa que, na associação que até pouco tempo era composta apenas por mulheres, há uma liberação para as mães participarem do dia das mães dos seus filhos.

*Eu pego e digo para elas, largue o serviço e vá. Às vezes, tem duas, três que têm, amanhã as que têm vão, mas não é perdido, só não vão se não quiser, se ela não quiser ir, daí não vai, mas não perde (Participante E).*

*E na de vocês? (Pesquisadora 2).*

*Na nossa, perde o dia (Participante B).*

*Perde também (Participante L).*

*A nossa perde também (Participante G).*

Como já mencionado anteriormente, Sousa; Guedes (2016) reforçam que a entrada da mulher no mercado de trabalho não equilibrou as funções atribuídas aos sexos.

A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA, GUEDES, 2016, p.125).

Desta forma, questionou-se as mulheres do grupo focal sobre a divisão dos trabalhos domésticos em suas casas, e as respostas obtidas foram as seguintes:

*Eu só tenho um filho de 23 anos, então não tem muito trabalho, meu filho chega dez horas, vai trabalhar dez horas da manhã, chega dez horas da noite (Participante G).*

*Eu levanto 5h da manhã, lavo roupa, limpo a casa, deixo tudo feito para depois ir trabalhar, faço tudo para depois ir pro serviço (Participante H).*

*Eu também deixo tudo pronto (Participante L).*

*Quando eles eram pequenos, era sofrido. Eu não trabalhava na associação, trabalhava na rua, e muitas vezes a gente podia levar as crianças, aí eu levava eles no carrinho comigo (Participante H).*

*Aí eles vão crescendo e têm vergonha de fazer isso (Entrevistada K).*

*Mas hoje em dia não pode fazer isso, sair com a criança em cima do lixo sentada na gaiota carregando, não pode (Participante H).*

*Os meus se criaram dentro da gaiota (Participante G).*

*A Z. trabalha até 11:20, sai correndo, leva para escola, leva para casa, para daí ir trabalhar (Participante E).*

*Os meus não pegam uma latinha na rua. Se eu falar “pegue a latinha para mãe”, eles falam “eu não mãe, pegue você” (Participante B).*

*O meu netinho, às vezes fica doente, não vai para escola. No outro dia, o conselho tá lá. Acontece qualquer coisa, né, porque na ausência do meu piá quem responde é eu, o pai trabalha em Castro. Quinze para as cinco, o ônibus entrega, já falaram, quinze para as cinco tem que tá aqui para pegar o piá, porque se for para escola nós acionamos o conselho. O que eu faço é, eu saio correndo tudo, do jeito que eu to, eu saio (Participante L).*

*No nosso, quem tem criança na escola ou mora longe, trabalha até 16:30, quem tem criança né, e quem não tem criança até 16:45 (Participante E).*

*Lá no nosso não acontece isso. Eu tenho piazinho que tá pelo conselho e Deus o livre se acontece alguma coisa, eu que vou presa, ninguém vai por mim responder. Eu saio de lá do jeito que eu estou, as vezes tô suja, suja, suja, não quero nem saber, saio correndo pra pegar o ônibus (Participante L).*

*Meu nenê tem um ano e cinco meses e tenho um de quatro anos (Participante B).*

A partir dessas falas, percebem-se várias situações que as mulheres catadoras passam em seu dia-a-dia. Quando ainda crianças, as catadoras carregavam seus filhos em suas gaiotas, e esse era um símbolo de amor e cuidado que as mães tinham com seus filhos, considerando que era a única maneira que elas encontravam para realizar seu trabalho profissional e o cuidado e afeto com seus filhos.

Através dos relatos, observa-se que as mulheres, para manterem suas rotinas de duplas e triplas jornadas de trabalho, acabam por terem jornadas diárias exaustivas, acordam de madrugada e vão dormir de madrugada, e realizam todo o trabalho doméstico para poderem fazer o trabalho das associações.

A maioria das mulheres que participou do grupo focal é separada ou mãe solo. Para melhor compreensão delas em relação à divisão sexual do trabalho, mostrou-se a elas uma imagem de um homem fazendo o trabalho doméstico e quando foi perguntado o que elas pensavam sobre isso, as respostas foram as seguintes:

*Um sonho (Participante A).*

*Queria ter um homem desse (Participante C).*

*Marido ajudando em casa (Participante L).*

*Que bom seria, né (Participante D).*

*O meu piá, ele lava até roupa, na dieta dela eu tava ocupada e foi ele que cuidou, né. Ele leva na creche de manhã, ele busca na creche a menina, ele que faz quase tudo na casa, só que daí a mulher se aproveita. Eu tenho 3 filhos na família e os 3 fazem as coisas, eles lavam roupa, eles fazem pão (Participante D).*

*Eu tenho quatro também que fazem tudo pras muié (Participante L).*

Ao mesmo que as mulheres reconhecem que é algo bom, um sonho, o homem estar realizando o trabalho doméstico, as que têm filhos homens acabam por considerar que as esposas deles se aproveitam por eles realizarem o trabalho doméstico. Nessas falas, encontra-se uma dicotomia, uma vez que elas compreendem a necessidade da igualdade do trabalho doméstico, mas quando esse é de fato realizado, elas julgam como exploração/abuso das mulheres.

*Eu como não tenho homem, tudo que eu tinha que fazer eu fazia [risos]. Mas o homem tem que ajudar a mulher. Agora quem não tem, tem que fazer sozinha. Eu como não tenho ninguém que me ajude, se eu chegar e tiver um copo sujo, eu tenho que lavar, se eu deixar aquele copo para amanhã mais um copo é dois, eu tenho que chegar e lavar aquele copo que tá sujo, o prato, porque não tem quem faça. Se eu tenho a casa suja para varrer, eu tenho que varrer a casa porque não tem quem faça (Participante E).*

*Mas eu acho assim, não sei se elas concordam, do meu ponto de vista é assim, eu to tão acostumada com aquela correria do dia a dia, que o dia que eu to em casa, eu to me batendo. Eu pego enxada, vou mexer com galinheiro, vou carpir, porque sei lá né, acho que a gente já acostumou, aí eu não consigo ficar parada, tenho que ficar procurando alguma coisa para fazer (Participante L).*

*Eu tenho meu rapaz que me ajuda, mas eu chego final de semana e faço tudo de volta [risos]. Eu não fico parada (Participante C).*

*Eu fico procurando coisas para fazer. Que nem, de noite eu lavo louça, eu deixo tudo ajeitadinha, para ficar mais fácil no outro dia. Aí quando é sexta-feira, eu pego enxada, vou loquiar, fazer buraco, mexer no gainheiro e cortar pasto para as galinhas, já acostumei sabe (Participante L).*

Enfim, com essas falas, destaca-se que existem desigualdades de gênero, num contexto em que há um conjunto das desigualdades sociais a serem combatidas. Isso torna o desafio ainda maior, incidindo especificamente sobre a questão da divisão sexual do trabalho, pois não se trata apenas de pensar os pontos de vista de padrões e valores, mas trata-se também da ampliação de equipamentos sociais, em especial, como se demonstrou no decorrer desta pesquisa, aqueles que interferem no trabalho doméstico, assim como os relacionados à educação infantil.

Assim, ao serem implementadas, tais políticas possibilitam, de um lado, reduzir a desigualdade por intermédio da ampliação do acesso a serviços e, por outro, ampliar a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos, o que em geral significa trabalho das mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separa do homem. Somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta” (Simone Beauvoir).

Pode-se afirmar que o debate sobre gênero, feminismo, divisão sexual do trabalho, dentre outros que perpassam esses citados, está presente com ênfase e com distintos significados dentro e fora das universidades. Vivenciamos um contexto no qual se percebe cada vez mais a luta de mulheres por direitos e por igualdade, por outro lado, nunca se discutiu tanto sobre o papel da mulher, seja na sociedade, no casamento, no cuidado com os filhos e principalmente no mercado de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe uma dicotomia, ao mesmo tempo em que há o direito da liberdade econômica e social conquistada para e pelas mulheres, também existe uma exploração da sua mão de obra, considerada essa mais barata, onde há uma maior produção da mais-valia (quando analisada pela lógica materialista). Além do quê, as mulheres quando inseridas no mercado de trabalho não dividiram suas funções em relação às atividades domésticas, ou seja, elas passaram a acumular mais trabalho.

Com efeito, o problema central nesta pesquisa teve como intuito analisar as relações de gênero e as configurações da divisão sexual do trabalho na realidade das associações de catadores de materiais de recicláveis de Ponta Grossa/PR. Realidade essa cercada de desafios, de condições de pobreza, histórias de vida com trajetórias marcadas pela informalidade, com total ausência de políticas públicas efetivas, de lutas diárias para manter a própria existência do espaço de trabalho, sendo que, de um dia para outro, as associações podem não existir mais.

Pode-se afirmar que se conseguiu atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, tendo em vista a verificação de certas desigualdades entre o trabalho de homens e mulheres nas associações de catadores de materiais recicláveis em Ponta Grossa, não só na divisão de tarefas, mas também na medida em que se adentrou nas discussões sobre a experiência, vivência e cotidiano das mulheres participantes da pesquisa.

Com relação ao número de mulheres catadoras na cidade de Ponta Grossa-PR ser superior aos dados nacionais, pode-se considerar hipoteticamente que ocorre pela questão que as mulheres vão no Centro de Referência de Assistência

Social (CRAS) à procura de trabalho e os profissionais, acabam por encaminhar essas mulheres as associações de catadores mais próximas de suas casas, uma vez que, na ausência de políticas públicas o trabalho precário acaba por torna-se a única alternativa para as mulheres em situação vulnerável.

Percebeu-se pelos resultados da pesquisa que as mulheres na sua maioria, nunca participaram do mercado formal de trabalho, tendo suas trajetórias marcadas pela reciclagem como meio de sobrevivência, recolhendo os materiais na rua seja com gaiota ou com o carrinho de mão, em jornadas exaustivas e perigosas, com condições climáticas adversas, carregando um peso superior ao que seus corpos poderiam aguentar com o intuito de sustentar a família.

Ao contextualizar as associações de catadores e os condicionantes vinculados as questões da divisão sexual do trabalho, percebe-se que a organização dos catadores de materiais recicláveis em associações facilitou seus trabalhos, isso foi possível depois da aprovação da Lei dos Resíduos Sólidos, a qual foi uma importante conquista no cenário brasileiro. Contudo, destaca-se pelos resultados da pesquisa que apesar de serem mulheres fortes, que se orgulham de fazer todo tipo de trabalho que precisar, são mulheres que ainda continuam com um trabalho árduo dentro das associações, e que não estão trabalhando apenas para complementação de renda, ao contrário, sua participação é fundamental para a manutenção da família.

Com ênfase, pode-se inferir que a forma como vem acontecendo a dinâmica de organização, regras de funcionamento e gestão das associações de reciclagem em Ponta Grossa, por mais importante e essencial que esteja sendo todo trabalho de todos envolvidos com as associações, que tem garantido o mínimo que seja de renda a essas famílias, acabam por reforçar a questão de gênero e impactando numa divisão sexual do trabalho que tem reforçado desigualdades nas relações sociais e no trabalho onde já se tem inúmeras outras desigualdades.

Há fragilidades no que tange as políticas públicas para os(as) catadores(es) inseridas(as) nas associações na cidade, mas em especial, para a mulheres catadoras. Como se destacou no capítulo anterior, o que acontece em algumas associações são acordos baseados na solidariedade, como no caso de doença, gravidez, ou compromisso com a família. Considera-se que a solidariedade é importante no trabalho das catadoras, mas essa não é suficiente, necessita-se da

responsabilidade do estado em relação as mulheres, visto que essas encontram-se em um contexto de desigualdade, como também, há que considerar que estes(as) realizam um trabalho de utilidade pública, deveriam ser mais assistidos, mais valorizados e as mulheres terem a saúde, os direitos sexuais e reprodutivos, o bem estar dela e da família melhor preservados possibilitando autonomia e bem estar das mesmas nestes e tantos outros aspectos que vem sendo negligenciados.

Dessa forma, a sororidade acaba por ser um fator importante nessa pesquisa, uma vez que as mulheres acabam por compreender e ajudar uma a outra, esse aspecto fortalece o trabalho das mulheres dentro da associação e consequentemente ajuda na permanência das mulheres no trabalho, pois compreende-se a grande rotatividade que há nas associações de catadores pelo fato que homens e mulheres acabam por considerar melhor um emprego formal com direitos trabalhistas garantidos do que o trabalho dentro das associações de catadores. Sendo assim, a sororidade que acontece na relação entre mulheres e mulheres acaba por torna-se um fator de fortalecimento das associações.

Outro ponto de destaque a partir dos resultados desta pesquisa é que claramente perceptível é que essas mulheres possuem duplas/triplas jornadas de trabalho. Entre as participantes do grupo focal, haviam mulheres as quais ainda têm crianças pequenas e para conseguir dar conta das atividades acaba fazendo a filha mais velha cuidar dos filhos menores, incluindo a participação em reuniões escolares. Grande maioria das mulheres participantes não tinham cônjuges, mas tinham filhos as quais acabavam por cria-los e educa-los sozinhas. As mulheres mostraram-se indignadas em relação a desvalorização e a invisibilidade de seus trabalhos, mas ao mesmo tempo mostraram-se acostumadas com jornadas tão árduas de trabalhos, tanto na reciclagem quanto no trabalho doméstico, o que acaba fragilizando aspectos de luta por melhores condições e valorização.

Destaca-se, portanto, que há uma grande divisão sexual do trabalho nas associações de catadores da cidade de Ponta Grossa/PR, mas essa muitas vezes é velada, inclusive pelas próprias mulheres que consideram não gostar de falar sobre determinado assunto. Mas ao mesmo tempo elas majoritariamente reconhecem que gostariam de trabalhar em apenas mulheres, acreditam que os trabalhos que são realizados por homens dentro das associações, poderiam ser realizados por elas mesmas e que isso facilitaria melhores acordos no que tange as necessidades delas

mesmas enquanto mulheres. Muito dessas considerações surgiram logo após a reflexão sobre as decisões tomadas dentro das associações, grande maioria das mulheres afirmam serem ouvidas e que têm direito a voz e voto, mas, nas observações realizadas não se pode deixar de registrar que são poucos os momentos em que se pede ou permite opinião, e quando se pede ou permite, em muitos momentos, por mais peculiares que sejam, os homens acabam direcionando a tomada de decisões.

Outro aspecto ainda, que não foi abordado nesta pesquisa, mas que no decorrer das observações e pelo contato que já se tinha antes mesmo da dissertação com o universo das associações de reciclagem, em especial a condição da mulher catadora, diz respeito a necessidade de se enfrentar questões de dominação que perpassam pela violência doméstica e sexual, que não se teve tempo e não era o foco desta pesquisa, mas que está muito presente também no cotidiano das mulheres catadoras e fica como sugestão de agenda de futuras pesquisas.

Fica evidente também a partir de toda realidade experienciada nessa pesquisa, a necessidade da dimensão educativa que se deve ter, tanto por parte do Estado, como das entidades que acabam assumindo parceria com as associações de reciclagem, de atuação que possa incidir sobre valores, comportamentos, relações, defesas das mais diversas instâncias. As ações num contexto geral não podem ser vistas como atos desconexos, mas, sim, devem estar coerentes com um propósito de transformação, tendo como pano de fundo a possibilidade de superação das desigualdades de gênero seja um dos seus elementos imprescindíveis.

Acredita-se que não se deve perder de foco as orientações de ações que sejam fundamentadas em projeto de ações com vistas a fortalecimento das mulheres, expandindo a cidadania e democracia, de forma a contribuir para construção de maior igualdade, em especial das catadores que já vivem em condições extremamente vulneráveis, embutidas de diversas desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho: Ensaios da Sociologia do Trabalho**. 1ed. Bauru-SP: Editorial Práxis, 2013.

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na era global**, 2ed. Práxis, Londrina, 1999.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Os novos proletários do mundo na virada do século. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, v. n.6, p.112-124, 1999.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Portugal. Edições 70, 1977, p. 9 – 226.

BASTOS, V.P.; MAGALHÃES, A. O. lixão de gramacho: impactos do encerramento para os catadores, **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, p. 379 – 398, jan./jun., 2016.

BEZERRA, H. G. E. P. Thompson, e a teoria na história, **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 12, p. 119-127, out. 1995

BEZERRA, Í. C. **Particularidades do trabalho feminino: Um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho**. 2014, 141f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**. 1ed. Rio de Janeiro, v.59, n.3, p.719-751, 2016.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BACKES, D. S.; COLOMÉ, J.S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista O mundo da saúde**. São Paulo, v. 35, n.4, p.438 – 442, 2011.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n.67, p. 101-116, 2008.

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v.6, n.1. p. 41-52, 2006. Disponível em: <[www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71)>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

BRASIL. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável, 2013, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea**, Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf)> acesso em dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Diário Oficial da União, Brasília, 03 de agosto de 2010, Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12305.htm)>. Acesso em: 04 de outubro de 2018.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CARLOTO, C. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva, In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 149 – 156.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DEVREUX, A. A teoria das Relações Sociais de Sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.20, n.3, p. 541-560, set/dez, 2005.

DIAS, S. M. ; MATOS, M ; DUARTE, M. (Orgs). Da teoria à ação: gênero e reciclagem de resíduos: um Kit de ferramentas para professores, pesquisadores e profissionais, livro 3: recursos. Belo Horizonte : WIEGO, Brasil. 2012. 40 p. Disponível em: <http://www.wiego.org/sites/default/files/resources/files/Dias-Ogando-Ge%CC%82nero-e-Reciclagem-de-Resi%CC%81duos-livro-3.pdf> Acesso em: 09 de mar. 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas públicas. Estudos Feministas, Florianópolis, 2004, v.12, n.1, jan./abril, p. 47– 71.

\_\_\_\_\_, Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p.127 – 142.

FERREIRA, V. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas

públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 77 –102.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FONTOURA, O. N.; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Nota técnica, [S.l.: s.n.] novembro, 2009.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e humanas**. Brasília: Liber, 2005.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de Pesquisa Social, 2ed. São Paulo : **Atlas**, 2008.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 55 – 64.

GODINHO, T.; TEIXEIRA, M. Emprego e cidadania ativa para as mulheres A experiência do projeto na cidade de São Paulo. In: Teixeira, M.; EMILIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas. [S.l.: s.n.], Prefeitura municipal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 101 – 109.

GOULART, T.S. Remuneração às associações de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal pelos serviços ambientais prestados, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12924/1/2015\\_TiagoSchwingelGoulart.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12924/1/2015_TiagoSchwingelGoulart.pdf)> acesso em 09 de março de 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, v.37, n.132, p. 595-609, set/dez. 2007. Disponível em: <[scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132](http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132)>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, n21, p.24-41, jan/jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Género, Tecnología e Trabajo**, v4, n.7, p5-28, 1998.

\_\_\_\_\_. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho In: Teixeira, M.; EMILIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas. [S.l.: s.n.], Prefeitura municipal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 15 – 30.

\_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 43 – 54.

HORST, L. V. M. A educação ambiental e sua contribuição para o desenvolvimento comunitário: O caso da cooperativa dos catadores e agentes ambientais de Irati (cocaair), 2015, 153 f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual Do Centro-Oeste, Irati, 2015.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Teixeira, M.; EMILIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Orgs). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres desafios para as políticas públicas. [S.l.: s.n.], Prefeitura municipal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 55 – 64.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124 – 136, 2004.

LOURENÇO, J. C.; LIRA, W. S. Logística Reversa: Uma Análise Comparativa entre Três Processos Reversos de Resíduos Vítreos. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. Campina Grande, v.2, n.4, p.19-34, Set/Dez, 2012.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 1ed. São Paulo: Educ, 1997.

MAGALHÃES, A.O. Estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais na vida dos catadores de materiais recicláveis pós-encerramento do lixão de gramacho, 2016, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (Dissertação de mestrado) Rio de Janeiro, 131f.

MAGALHÃES, B.J. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valoração social. In: XVI Seminário Sobre a Economia Mineira, 2012, Diamantina, p. 1 – 26. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/catadores-de-materiais-reciclaveis-consumo-e-valoracao-social.pdf>> acesso em 09 de março de 2019.

MARIANO, S.A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa bolsa família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n. 3, set./dez, 2009, p. 901 – 908.

MARTINS, I.G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, N. B.; SANTOS, T. N. S.; CABRAL, L. R. Reciclando as relações de gênero: A divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs). Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional, Rio de Janeiro, 2016, p. 75 – 98. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331\\_livro\\_catadores.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf)> Acesso em 09 de março de 2019.

MARTINS, S.A. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura, **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, 2006, v.2, n.2, ago./dez., 2006, p. 113 – 126.

MARTINELLI, M.L. Conferência: A pesquisa em Serviço Social - produção do conhecimento e intervenção profissional. In: Encontro de pesquisa em Serviço Social, 2., 2008. **Anais...** São Paulo: UNITAU, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 2ed, São Paulo: Martin Claret, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO; K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*; v.18, n. 2, 2006, mai./ago. p. 62-71.

MEIRA, J. C. A contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos. *Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v.5, n.1. jan./jun, 2014, p.188 – 207.

MELO JUNIOR, J. A. C.C. O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, **Anais...** São Paulo, jul/2011, 11p.

MELO, V. A. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Revista: Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n.45, p. 5 – 26, jan./jun., 2010

MIGUEL, L.F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Cadernos Feministas**, Florianópolis-SC, v.25, n.3, p.1219-1237, set/dez, 2017

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Orgs.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1994, 22ed, p.7 – 80.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MIRA, M. M.; AKSENEN, E.Z.; CASTEX, L.C; MICHALOVICZ, C.C. Edward P. Thompson e a pesquisa em educação: a formação de professores em questão. **Revista: Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 657 – 671, set./dez. 2017.

MOREIRA, L. M. M. Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a Economia Solidária, 2013, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 134f.

MULLER, R. G.; MORAES, M.C.M. Pesquisa Social e Lógica Histórica: a atualidade de E. P. Thompson. In: XI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: Saberes e práticas, 623, 2008, Lisboa, **Anais...** Lisboa, 2008, 14p.

PAIXÃO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abril, 2005, p. 141-170, 2005.

PASQUALETO, K.C. **Protagonismo político e consciência de classe: O caso dos Recicladores de Materiais Recicláveis do Vale do Rio Sinos**, 2018, 237f. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

PEREIRA, B. C.J.; GOES, F. L. Catadores de materiais recicláveis : um encontro nacional, Rio de Janeiro, Ipea, 2016, 566f.

PERROT, M. **As mulheres ou o silêncio da história**. 1ed. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

PINHEL, J.R. **Do lixo à cidadania**: Guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. 1ed. São Paulo, Petrópolis, 2013.

PONTA GROSSA, Lei nº 12.657, de novembro de 2016 Institui diretrizes para a implementação da política municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos, com prioridade para a coleta seletiva. **Diário Oficial do Município de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 11 de novembro de 2016.

PRATES, J.C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revistas Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

QUEIROZ, V.S.; ARAGÓN, J.A.O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras, Estudos Econômicos, São Paulo, 2015, vol.45, n.4, out./dez, p.787 – 819.

RAHIER, A. P.; SCHIMANSKI, E. SANTOS, F. R.; SZUL, K. D.; MEDEIROS, M.; MOURA, R. R.; SCHEFFER, S. M. **(In) segurança alimentar associação de recicladores de Ponta Grossa**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Relatório final de pesquisa, , [S.l.: s.n.], 2018, p. 11 – 47.

RAMOS, L.; AGUAS, M.F.F.; FURTADO, L.M.S. Participação feminina na força de trabalho metropolitano: O papel do status socioeconômico das famílias. **Economia Aplicada**, São Paulo, 2011, v. 15, n. 4, pp. 595 – 611.

RAMOS, L.; SOARES, A.L. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília DF, Out/1994.

RIBEIRO, I.M.; NARDI, H.C.; MACHADO, P.S. Catadoras(es) de materiais

recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. Revista: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Porto Alegre – RS, v. 15, n. 2, p. 243 – 254, 2012.

ROCHA, L.M. L.N. Feminismo, gênero e políticas públicas: Desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Políticas Públicas**, v. 20, [número especial] 2016, p. 313 – 322;

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, T. S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **Ser Social**, Brasília, v.10, n.22, jan./jun, 2008, p. 97– 128,

SCOTT, J. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**, Educação e Realidade v. 20, n.2, jan./jun, 1995, p. 71 – 99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> acesso em: 09 de março de 2019.

SILVA, E. C. A. **As mulheres e as muralhas do patriarcado e do capitalismo: Terceirização e precarização do trabalho no sistema do capital**, 2012, 206f. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, P. H. I. **O que fazemos do que fazem de nós: Trajetórias Sociais e Militância entre os Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil**, 2015, 227f. (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, R. B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Inthertesis**, Florianópolis-SC, v.3, n.2, p. 1-40, jul/dez, 2006.

SILVEIRA, M.L.S. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade, In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. Políticas públicas e igualdade de gênero, [S.l.: s.n.], São Paulo, Prefeitura municipal de São Paulo, 2004, p. 113 – 126.

SOUSA, L.P; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, São Paulo, v.30, n.37, p. 123-139, maio/agosto, 2016.

SOUZA, M.A.; SILVA, M.M. P.; BARBOSA, M.F.N. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. *Revista Monografias Ambientais - REMOA* v.13, n.5, dez. 2014, p.3998 – 4010

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária Inglesa I: A árvore da liberdade, 4ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária Inglesa II: A maldição de Adão, 5ed. Rio da Janeiro : Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária Inglesa III: A força dos trabalhadores. 3ed. Rio da Janeiro : Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLIN, I.C. **Gênero e Meio ambiente:** Dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis. 2016, 152f. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2016.

WALDMAN, M. **Lixo: Cenários e desafios:** abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. 1ed, São Paulo: Cortez, 2010.

YARED, B. Y.; MELO, M.M.S.; Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um curso de Medicina sobre sexualidade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga – Portugal, v.31, n.2, p. 175-195, dez/2018.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

# **Universidade Estadual de Ponta Grossa**

## **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: [seccoep@uegp.br](mailto:seccoep@uegp.br)

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você \_\_\_\_\_, está sendo convidado a participar da pesquisa **A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO** tendo como pesquisador responsável **Dr<sup>a</sup>. Reidy Rolim de Moura** e como pesquisadora participante Camila Sopko, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo da pesquisa é: Analisar as relações de gênero e as configurações da Divisão Sexual do Trabalho na realidade das Associações de Catadores de Materiais de Recicláveis de Ponta Grossa/PR.

A sua participação no estudo será no fornecimento de informações sobre a divisão sexual do trabalho por meio de participação no grupo focal e observações as quais as pesquisadoras farão nas Associações. Garantimos que suas informações só serão utilizadas após o seu consentimento, ou seja, a assinatura deste documento, mediante o sigilo de sua identidade. Também informamos que as análises e resultados desta pesquisa serão utilizados na elaboração de artigos que deverão ser publicados em revistas e eventos científicos.

Após as análises você será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Reidy Rolim de Moura**

Rua: Nelson Basilio Kulscheski nº 43 – Ponta Grossa /PR Telefone: (42) 999121885

**Camila Sopko**

Rua: Chefe Ignácio de Lara nº 244 – Ponta Grossa /PR Telefone: (42) 999030793

**COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS**

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 12

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: [seccoep@uegp.br](mailto:seccoep@uegp.br)

---

Assinatura do convidado para a pesquisa

---

Assinatura pesquisador responsável

---

Assinatura pesquisador participante

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL REALIZADO COM CATADORAS  
DE MATERIAIS RECICLAVÉIS DE PONTA GROSSA/PR**

## **ROTEIRO DO GRUPO FOCAL DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLAVÉIS DE PONTA GROSSA/PR**

- 1) Como foi o contato de cada uma aqui presente no trabalho da reciclagem?
- 2) Como se deu a entrada de cada uma aqui presente nas associações de catadores? E em que ano isso aconteceu?
- 3) Para vocês o que é ser uma catadora? (imprimir fotos de mulher catadora, uma na associação outra em rua)
- 4) O que é ser mulher e ser catadora no mundo de hoje?
- 5) Vocês veem diferença entre ser homem e ser mulher na sociedade? Como vocês sentem isso?
- 6) Há e como vocês percebem diferenças entre homens e mulheres dentro da associação?
- 7) Há divisão de tarefas entre homens e mulheres na associação, quais? Por que? E como vocês se sentem?
- 8) Há diferenças quando vocês tomam decisões quando vocês tomam decisões na associação? (remuneração, opressão – atitude de se aproveitar das diferenças, dominação)
- 9) Na associação há trabalhos que são definidos para os homens e para as mulheres?
- 10) Por que os homens ficam na prensa?
- 11) Por que apenas mulheres ficam na cozinha?
- 12) É correto um homem que trabalha na associação ganhar mais que uma mulher que trabalha na cozinha?
- 13) Como vocês conciliam o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos com o trabalho de catadora? (Mostrar foto de homem fazendo trabalho doméstico)
- 14) O companheiro de vocês divide as atividades domésticas com vocês? Vocês acham normal?

**ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE  
ÉTICA EM PESQUISA.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

**Pesquisador:** REIDY ROLIM DE MOURA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 84031418.7.0000.0105

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.621.864

#### **Apresentação do Projeto:**

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **Objetivo Primário:**

Analisar as relações de gênero e as configurações da Divisão Sexual do Trabalho na realidade das Associações de Catadores de Materiais de Recicláveis de Ponta Grossa/PR.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

##### **Riscos:**

Essa é uma pesquisa a qual envolve sujeitos, sendo estas mulheres empobrecidas, as quais são analfabetas ou semianalfabetas. Sendo assim, há necessidade de deixar claro todos os objetivos e a metodologia de pesquisa para estas, pois trabalharemos com pessoas as quais não sabem ler documentos e muitas vezes podem ficar consternadas com alguma situação.

##### **Benefícios:**

A trajetória de trabalho das mulheres catadoras são marcadas pela desigualdade social,

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 2.621.864

|                                                           |                                               |                        |                      |        |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|----------------------|--------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1074756.pdf | 24/04/2018<br>20:46:01 |                      | Aceito |
| Folha de Rosto                                            | folhaderosto2.pdf                             | 24/04/2018<br>20:45:21 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | PROJETOFINAL_DST.pdf                          | 22/02/2018<br>21:51:29 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | RESPOSTAARREP.jpg                             | 22/02/2018<br>21:47:43 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | RESPOSTAACAMARUVA.jpg                         | 22/02/2018<br>21:47:17 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | RESPOSTAACAMARU.jpg                           | 22/02/2018<br>21:46:46 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | RESPOSTAACAMARO.jpg                           | 22/02/2018<br>21:46:23 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | PEDIDOARREP.jpg                               | 22/02/2018<br>21:45:58 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | PEDIDOACAMARUVA.jpg                           | 22/02/2018<br>21:45:35 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | PEDIDOACAMARU.jpg                             | 22/02/2018<br>21:45:13 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | PEDIDOACAMARO.jpg                             | 22/02/2018<br>21:44:29 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Modelo_TCLE_catadores.pdf                     | 22/02/2018<br>21:43:38 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Modelo_TCLE_catadores.doc                     | 22/02/2018<br>21:43:16 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |
| Cronograma                                                | Cronograma.docx                               | 22/02/2018<br>21:41:19 | REIDY ROLIM DE MOURA | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3108 E-mail: coep@uepg.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 2.621.864

econômica, dupla jornada de trabalho e estigma de trabalhar com algo sujo. As políticas públicas para as mulheres catadoras são as mínimas. Esta pesquisa nos dará embasamento e resultados para o reconhecimento da profissão do (a) catador (a) junto aos mais diversos setores governamentais e desta forma o aumento de políticas públicas para estes (as)

### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente trabalho tem como objetivo compreender como são as relações de gênero e as configurações da Divisão Sexual do Trabalho na realidade das Associações de Catadores de Materiais de Recicláveis desta cidade. Esta problematização se dá a partir de pesquisas empíricas onde se pode observar que na cidade de Ponta Grossa – PR existem quatro associações de catadores de material reciclável e em todas estas o número de mulheres é muito superior ao de homens, sendo em média 20 mulheres em cada associação para 3 homens, como também há uma associação de apenas mulheres, onde não aceita a figura masculina em sua organização. Isso no faz questionar do porquê cada vez mais temos mais mulheres inseridas nas associações e isso remete também a permanência de mulheres em trabalhos informais e precários. Para a concretização desta, será feita uma pesquisa quantitativa com o objetivo de utilizar dados para um maior embasamento para a pesquisa de campo.

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo

### Recomendações:

Enviar relatório final ao término do projeto

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

### Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|---------|----------|-------|----------|
|----------------|---------|----------|-------|----------|

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3108 E-mail: coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 2.621.864

Não

PONTA GROSSA, 25 de Abril de 2018

---

Assinado por:  
**ULISSES COELHO**  
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B  
Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
UF: PR Município: PONTA GROSSA  
Telefone: (42)3220-3108 E-mail: coep@uepg.br